

Este segundo volume da coleção Encontros em Comunicação, editada pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará, inicia com uma entrevista com o jornalista Lúcio Flávio Pinto, nome referencial do jornalismo alternativo na Amazônia. O volume traz, também, contribuições sobre diversos outros temas: a publicidade belemense no ciclo da borracha; as práticas comunicacionais e culturais numa quadra junina; a relação de viajantes e jornalistas com a alteridade amazônica; a representação de Belém na obra de Dalcídio Jurandir; a construção da identidade amazônica no encarte institucional de uma grande empresa; a imagética e a representação de comunidades tradicionais e as estratégias de comunicação de saúde em comunidades ribeirinhas amazônicas. A Coleção tem por objetivo publicar resultados de pesquisa e reflexões teóricas e metodológicas produzidas pelos pesquisadores associados ao PPGCom.

Alda Cristina da Silva Costa;
Célia Regina Trindade Chagas Amorim e
Marina Ramos Neves de Castro (Organizadoras)

volume 2

PPGCOM | UFPA | COMUNICAÇÃO E PESQUISA NA AMAZÔNIA: PERSPECTIVAS E PRÁTICAS

Coleção
Encontros
e
Comunicação

COMUNICAÇÃO E PESQUISA NA AMAZÔNIA: PERSPECTIVAS E PRÁTICAS

Alda Cristina da Silva Costa;
Célia Regina Trindade Chagas Amorim
e Marina Ramos Neves de Castro
Organizadoras

volume

2

ppgCom
Programa de Pós-Graduação
Comunicação, Cultura e Amazônia • UFPA



Encontros em Comunicação

Comunicação e pesquisa na Amazônia: perspectivas e práticas

Volume II



2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho
Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Rômulo Simões Angélica



Programa de Pós-Graduação em Comunicação Cultura e Amazônia
Coordenador do Programa: Fábio Fonseca de Castro
Vice-Coordenadora do Programa: Elaide Martins da Cunha

Conselho Editorial do PPGCOM

Alda Cristina Silva da Costa, Alexandre Barbalho, Antônio Fausto Neto, Célia Regina Trindade Chagas Amorim, Danila Gentil Rodriguez Cal Lage, Elaide Martins da Cunha, Fabiano de Souza Gontijo, Fábio Fonseca de Castro, Jelder Silveira Janotti Junior, João de Jesus Paes Loureiro, Lívia Lopes Barbosa, Luciana Miranda Costa, Luiz Cezar Silva dos Santos, Manuel Sena Dutra, Manuela do Corral Vieira, Netília Silva dos Anjos Seixas, Otacílio Amaral Filho, Regina Mendonça Alves, Rosaly Seixas Brito, Silvio José de Lima Figueiredo, Vânia Maria Torres Costa, Walter Lima Teixeira Junior

Programa de Pós-Graduação Comunicação Cultura e Amazônia

Universidade Federal do Pará
Cidade Universitária José da Silveira Neto
Setor Básico - Campus Belém
Av. Perimetral, nº 1, Guamá
Belém-PA, Brasil, CEP: 66075-650
www.ppgcomufpa.com
poscomunicaoufpa@gmail.com

Alda Cristina Silva da Costa
Célia Regina Trindade Chagas Amorim
Marina Ramos Neves de Castro
Organizadores

Encontros em Comunicação

**Comunicação e pesquisa na
Amazônia: perspectivas e práticas**

Volume II



2018

Copyright dos autores

Diagramação: Alex Leonardo Guenther
(www.alexguenther.com - contato@alexguenther.com)

Gráfica: Editora e Gráfica Mega Mestre Ltda.

Capa: Oficina de Criação da FACOM-UFPA

Planejamento editorial: Marina Ramos Neves de Castro

Encontros em Comunicação. Comunicação e Pesquisa na
Amazônia: perspectivas e práticas. Vol. 2. Organizado por Alda
Cristina Silva da Costa, Célia Regina Trindade Chagas Amorim,
Marina Ramos Neves de Castro. Belém, PPGCOM/UFPA, 2018.

160 p. il.; 17x23,3cm
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-64462-26-7

1. Comunicação; 2. Mídia; 3. Política; 4. Sociabilidades

CDD – 302.23

S U M Á R I O

9

Apresentação

Alda Cristina Silva da Costa

Célia Regina Trindade Chagas Amorim

Marina Ramos Neves de Castro

15

Capítulo 1

Lúcio Flávio Pinto e a narrativa jornalística crítica na Amazônia

Célia Trindade Amorim

Alda Costa

Lanna Paula Ramos da Silva

Milene Costa de Sousa

Mariana Pereira da Silva

Gabriel da Mota Ferreira

Rogério Silva

Luciana Vasconcelos

37

Capítulo 2

Umolhar belle époque de binóculo: Análise da publiCIDADE impressa em alguns periódicos na cidade de Belém

Luiz LZ Cezar Silva dos Santos

54

Capítulo 3

A conformação do gosto nas interações da quadra junina

Marina Ramos Neves de Castro

71 **Capítulo 4**
Viajantes e jornalistas: Escrita e a busca do ‘outro’ amazônico
Vânia Torres Costa

90 **Capítulo 5**
Belém: Útero de areia representação poética e agônica na cidade
decrépita de Dalcídio Jurandir
Paulo Jorge Martins Nunes

104 **Capítulo 6**
A Amazônia e a construção imagética da identidade: Uma
leitura fenomenológico-hermenêutica da revista Amazônia Viva
Lídia Karolina de Sousa Rodarte

122 **Capítulo 7**
Imagens cotidianas das mídias e a construção da identidade amazônica: para
uma fotomorfose do olhar
Carolina Maria Mártyres Venturini Passos

138 **Capítulo 8**
Estratégias de comunicação da saúde em populações
ribeirinhas da Amazônia
Fábio Fonseca de Castro, Everaldo de Souza Cordeiro

156 **Informações sobre os organizadores**

157 **Informações sobre os autores**

Apresentação



*Alda Cristina Silva da Costa
Célia Regina Trindade Chagas Amorim
Marina Ramos Neves de Castro*

Com este volume, mais uma edição da série Encontros em Comunicação está sendo entregue pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom) da Universidade Federal do Pará (UFPA) à sociedade. Esperamos contribuir, com o volume, para a democratização do processo de circulação do conhecimento produzido pelos pesquisadores do Programa.

Concebemos a produção e a partilha do conhecimento como um movimento complementar e dialético, função constituidora da universidade pública e de seus pesquisadores, em seu compromisso de diálogo com a sociedade. O ato de produção da pesquisa não teria sentido sem o complementar ato de sua divulgação, afinal, o conhecimento é um processo pelo qual o homem se lança ao mundo para compreendê-lo e para recompreendê-lo. Com essa perspectiva, podemos dizer que a publicação renova o conhecimento, permitindo o diálogo entre a pesquisa, suas instituições promotoras e a sociedade.

Perceber-se-á, nessa perspectiva, a discussão do pensador Boaventura de Souza Santos (2002) a respeito do caráter social da ciência: o conhecimento seria um conjunto de enunciados, institucionalizados ou não, que o homem produz e do qual necessita na pragmática da sua vida social. Nesse processo, destaca-se o caráter coletivo, mais que a dimensão individual, do ato da pesquisa.

É sabido que a publicação de revistas e livros não se constitui como ponto final da atividade científica, mas realimenta um ciclo importante, uma vez que, conforme afirma Maneghini, “os cientistas constituem o elemento mais importante do ciclo; eles são tanto a mola propulsora quanto o resultado,

nocicloqueasseguraacontinuidadeeofortalecimento doprocesso” (2012, p. 3). Assim, deixar de publicizar a pesquisa realizada ou em andamento equivaleria a romper um elo do processo e, conseqüentemente, interromper um avanço da área de estudo em que o ciclo se insere.

Na Amazônia esse processo precisa ser fortalecido, consolidado e continuado, com ampla divulgação das produções à sociedade. É nessa linha de raciocínio que Ima Vieira expõe o pensamento do sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto, o qual argumenta sobre a saída, o caminho, para a construção de uma Amazônia para todos:

[...] sema ciência na vanguarda de qualquer ação na região, pública ou privada, a região não terá futuro digno. Só sabendo mais do que ninguém sobre a Amazônia e tendo uma estrutura institucional respeitável, estaremos em condições de separar o joio do trigo. Precisamos disso porque sem o intercâmbio científico e tecnológico a região estará sempre atrasada em relação à sua história, incapaz de responder aos desafios nos momentos em que eles se apresentam de forma prática (Vieira, s/d).

Ou, ainda, na tarefa proposta por Paes Loureiro, quando destaca que *“oprimeiro englobante de quem vivena Amazônia é a sua cultura. Seu contexto local também condiciona, em potência, a necessidade de desbravamento na busca e penetração no universal”* (2017, p. 31).

Este segundo volume da série Encontros de Comunicação procura expressar, por meio dos textos aqui publicados, essa experiência de circulação do conhecimento produzido pelo PPGCom. No bojo desta coletânea, percebe-se a relação interdisciplinar presente no Programa e, mais à fundo, no campo da pesquisa em comunicação. Os capítulos deste livro buscam releituras do saber constituído, colocando em foco debates que refletem a Amazônia e as suas relações interativas, com questões que atravessam o jornalismo crítico, construções identitárias, estratégias comunicativas, consumo infantil, cidade midiática, o olhar dos viajantes e jornalistas, conformação do gosto nas manifestações culturais e a poesia, que, segundo Ernani Chaves, *“oferece, da mesma maneira que a filosofia ou a ciência, um conhecimento sobre o que chamamos de ‘realidade’, embora o faça por caminhos*

diversos” (2003: 11).

Nessa perspectiva de construção do saber, o primeiro capítulo do livro é fruto do esforço de professoras e discentes da graduação da Faculdade de Comunicação (Facom) e do PPGCom na elaboração de uma entrevista com o sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto, em comemoração aos seus 52 anos de jornalismo e 30 anos do Jornal Pessoal, periódico alternativo que nasceu na Amazônia em setembro de 1987 e que resiste, como bastião de um jornalismo independente na região. A entrevista intitula-se “Lúcio Flávio Pinto e a narrativa jornalística crítica na Amazônia” e foi realizada pelas pesquisadoras Célia Regina Trindade Chagas Amorim e Alda Cristina Costa, docente da Facome do PPGCom, em colaboração com os/as alunos/as bolsistas Lanna Paula Ramos da Silva, Milene Costa de Sousa, Gabriel Mota Ferreira, Mariana Pereira da Silva, Luciana Moraes Vasconcelos e Rogério Souza da Silva.

Essa entrevista destaca um panorama da trajetória do jornalista, um homem que sempre atuou ao longo de sua vida pessoal e profissional como um crítico das grandes questões da Amazônia. Trata-se de assumir um jornalismo “*que enfrenta os acontecimentos do dia com a lupa do saber organizado [...] estabelecendo o elo entre o presente e o passado, e sempre que possível com o futuro*”, como mesmo afirma Pinto (2007: 22).

O fazer publicitário e jornalístico dos periódicos impressos paraenses ‘A Folha do Norte’ (1896), ‘O Binocular’ (1897), ‘O Condor’ (1897), ‘O Empregado do Commercio’ (1899), ‘Echo Juvenil’ (1899) e ‘O Jornal’ (1900), publicados no final do século XIX e início do século XX, está em foco nas análises realizadas pelo pesquisador Luiz Cezar Santos (UFPA), no artigo “Um olhar *belle époque* de *binocular*: Análise da publicIDADE impressa em alguns periódicos na cidade de Belém”. Nesse período, denominado de *belle époque*, Belém do Grão-Pará experimentava o *boom* econômica da borracha, período de produção de riquezas que permitiu importantes experiências jornalísticas e publicitárias. O autor analisa as construções discursivas dos jornais sobre esse período.

A estética sensível das manifestações culturais paraenses leva a doutoranda em Antropologia/UFPA Marina Ramos Neves de Castro a

interpretar o fenômeno do gosto na experiência estética e comunicativa de um grupo de quadrilha junina, manifestação tradicional existente em diversas regiões brasileiras, mas que apresenta singularidades nos locais. Em “A conformação do gosto nas interações da quadrilha junina”, a pesquisadora acompanha uma quadrilha junina de Belém e observa a cultura material e as práticas sociais envolvidas nessa dimensão estética sensível dos sujeitos na sua vivência.

O olhar sobre a Amazônia produzido pelos viajantes, cronistas, escritores ou jornalistas é tema do artigo da pesquisadora Vânia Torres, da Universidade da Amazônia, cujo título é “Viajantes e jornalistas: escritas e a busca do ‘outro’ amazônico”. Na sua análise, a autora problematiza os discursos produzidos que representam os sujeitos amazônicos desde o século XVIII. Também argumenta que os diários de viagem de ontem e hoje nos permitem analisar modos de inserir o ‘outro’ amazônico e suas apropriações por autores-narradores em tempos diferentes. A análise do discurso dos diários, as ilustrações do passado e as fotografias atuais nos revelam a reiteração da negação dos saberes locais e da suposta superioridade que se presentifica na enunciação dos viajantes.

A cidade numa perspectiva poética é tecida na escrita do professor, escritor e poeta Paulo Nunes, no artigo “Belém: Útero de Areia, representação poética e agônica na cidade decrepita de Dalcídio Jurandir”, partindo de um enfoque na modernidade baudelairiana, que ganha contornos temáticos incisivos na escrita de autores da literatura universal. Belém, que sob o ponto de vista da história do capitalismo internacional, viveu o fausto durante o ciclo da Borracha (Belém e Manaus, segundo Benedito Nunes e Milton Hatoum eram duas das capitais importantes da América Latina no século XIX). Desde então, a capital ocidental da Amazônia brasileira, Belém, se representa no discurso do consenso e do contrassenso através da melancolia do fausto. Em Dalcídio Jurandir, o pesquisador analisa o estilo irônico e desnuda as hipocrisias e maledicências de uma sociedade corroída que tem a cidade como discurso de sacrifício, tensão e distensão.

No capítulo seguinte, “A Amazônia e a construção imagética da identidade: uma leitura fenomenológico-hermenêutica da revista Amazônia

Viva”, Lúdia Karolina Rodarte, tem-se uma leitura hermenêutica de uma publicação institucional veiculada como encarte em jornal de grande circulação. Partindo da perspectiva hermenêutica de Paul Ricoeur, a autora enfoca a vivência no tempo e a influência do outro na construção do si-mesmo, analisando como as narrativas são tecidas por meio dos textos e das leituras ao longo da história, e a dificuldade de identificar e diferenciar, em alguns momentos, os elementos reais ou ficcionais dentro da narrativa da identidade. O objeto dessa análise é a edição 40 da revista *Amazônia Viva*, encartada no jornal paraense *O Liberal*, com destaque à identidade amazônica.

O capítulo sete chama-se “Imagens cotidianas da semiosfera ribeirinha amazônica – para uma fotomorfose do olhar”, de autoria da doutoranda Carolina Mártires Venturini, professora da Facom, por meio do qual analisa o uso da fotografia como ferramenta documental e artística das ciências sociais, no registrar e refletir cotidianos culturais do/no espaço/tempo vivido pelos ribeirinhos amazônicos.

Nesse contexto, reflete a fotografia como possibilitadora de uma transcendência do real na relação do homem-natureza e enquanto instrumento de construção de espaços e tempos.

Por último, a coletânea traz o capítulo “Estratégias de comunicação da saúde em populações ribeirinhas da Amazônia”, dos pesquisadores Fábio Fonseca de Castro e Everaldo Cordeiro. O artigo analisa a atuação da Organização Não-Governamental do projeto Saúde e Alegria junto aos habitantes de Suruacá, comunidade ribeirinha localizada na reserva extrativista Tapajós-Arapiuns, no estado do Pará. Os autores buscam compreender as estratégias de comunicação produzidas na relação entre projeto e comunidade com a finalidade de descrever o impacto intersubjetivo produzido pela ONG sobre a população observada. Nas construções teóricas, Castro e Cordeiro debatem as diferenças entre as estratégias de comunicação culturalistas e as de processo de sensibilização cultural.

Esta edição é resultado de um esforço conjunto dos que têm se dedicado a entender a realidade amazônica e dos que têm o compromisso com o saber nas suas mais diversas áreas, cientes de que a aventura do conhecimento é construída todos os dias.

Referências

CHAVES, Ernani. Prefácio. In OLIVEIRA, Relivaldo Pinho. **Mito e Modernidade na Trilogia Amazônica, de João de Jesus Paes Loureiro**. Belém: UFPA/NAEA, 2003.

LOUREIRO. João de Jesus Paes. **À beira do rio. À beira do mundo**. Belém: UFPA/Facom, 2017.

MENEZHINI, Rogério. **Publicação de periódicos nacionais de ciência em países emergentes**. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0102-46982012000200020>. Acesso em: 30 abr. 2017.

PINTO. Lúcio Flávio. **Contra o Poder. 20 anos de Jornal Pessoal: Uma paixão amazônica**. Belém: Edição do autor, 2007.

VIEIRA, Ima Célia Guimarães. **Lúcio Flavio Pinto e a ciência amazônica**. Disponível http://saturno.museugoeldi.br/inct/index.php?option=com_content&view=article&id=114. Acesso em 30 abr. 2017.

Capítulo 1



Lúcio Flávio Pinto e a narrativa jornalística crítica na Amazônia

Célia Trindade Amorim

Alda Costa

Lanna Paula Ramos da Silva

Milene Costa de Sousa

Mariana Pereira da Silva

Gabriela Mota Ferreira

Rogério Silva

Luciana Vasconcelos

Resumo

Em 52 anos de jornalismo, destes, 30 anos de *Jornal Pessoal*, comemorados em setembro de 2017, o sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto assumiu em sua narrativa “o método crítico-analítico para com a Amazônia, com textos que apresentam sempre uma visão diferenciada do que está acontecendo na região, longe dos filtros exóticos que insistem pairar sobre tal lugar” (AMORIM, 2008, p. 96). Tanto na grande imprensa quanto na imprensa alternativa, o jornalista sempre apresentou questionamentos provocativos à abertura do campo de visão do fazer jornalístico. Em uma rápida pesquisa em sites de buscas da internet, indagamos “Quem é o jornalista Lúcio Flávio Pinto?”, sem mencionar outras referências, encontramos aproximadamente 482 mil resultados como respostas à procura. Do mesmo modo, ao refinar a pesquisa, identificamos expressões e atitudes que já se tornaram marcas do trabalho do jornalista, numa clara demonstração da força do seu fazer comunicativo na região: Amazônia, crítica, opinião, grandes projetos, combativo, processos na justiça, prestígio, credibilidade, comunicação de resistência, jornalismo alternativo. A presente escritura faz parte de duas entrevistas com Lúcio Flávio Pinto, realizadas em 2015 no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e em 2016 no Parque da Residência, ambos em Belém do Pará, para a equipe dos projetos de extensão Documentários Biográficos na Amazônia (DocBio)¹ e de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia².

Palavras-chave: Amazônia; Ciência; Jornalismo Alternativo.

1. Jornalismo crítico

Em 52 anos de jornalismo, o paraense Lúcio Flávio Pinto tem escrito a sua história e a da Amazônia pautadas num jornalismo crítico, numa clara demonstração de um contrapoder na região. Aliás, *Contra o poder* (2007) é o nome de um de seus 21 livros, que narra a história de 20 anos de existência do *Jornal Pessoal*. Nele, Lúcio Flávio Pinto (2007, p. 09) diz que o alvo de seu jornalismo é a elite amazônica, por isso desenvolve um fazer jornalístico que agrega muitas informações de conjuntura e argumentações crítico-analíticas fundamentalmente sobre a Amazônia, diferente do fazer diário dos periódicos de grande massa. Nesse contexto, Amorim afirma:

Um dos pontos-chave de sua crítica se localiza no contexto histórico recente da região, a partir da década de 50 do século passado, culminando com a ditadura civil-militar (1964-1985) e seus planos desenvolvimentistas, capítulo em que muitos chamam de a integração da Amazônia. (2008: 96)

Incomodado com a padronização de um jornalismo que cada vez mais diz menos sobre a realidade, e sem profundidade, Lúcio Flávio, nos idos de 1987, lançou o *Jornal Pessoal*, alternativo que se configura como uma espécie de “tribuna onde quinzenalmente chama ao debate a elite política, econômica e cultural do Estado e da região”, conforme declara Veloso (2011: 01).

Para Lúcio Flávio Pinto, o jornalismo ou o profissional que exerce essa função, deve ser concebido como uma espécie de auditor do povo, isto é, aquele que investiga, apura, fiscaliza e informa, constituindo-se em um tipo de antipoder, com profundidade de análise e em respeito à sociedade. Trata-se de assumir um jornalismo “que enfrenta os acontecimentos do dia com

1 Documentários Biográficos da Amazônia – DocBio – é um projeto de extensão coordenado pelas pesquisadoras Célia Regina Trindade Chagas Amorim e Alda Cristina Costa, desenvolvido no Academia Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA), com o objetivo de narrar, por meio do audiovisual, a relação estabelecida pelas pessoas com a Amazônia, especialmente aquelas que contribuíram ou contribuem, nas mais diversas áreas, com o desenvolvimento da cultura na região. O projeto parte do seguinte questionamento: Quem é o homem amazônico? A partir dessa ideia central persegue esse sujeito amazônico, fazendo-o narrar sua própria cultura que, em última instância, é a cultura da Amazônia. O projeto tem o apoio da Proex-UFPA.

a lupa do saber organizado [...] estabelecendo o elo entre o presente e o passado, e sempre que possível com o futuro” (PINTO, 2007: 22).

Dessa forma destacamos que a compreensão da narração de um jornalismo crítico se insere naquilo que nos aponta Rabatel (2016, p. 16), ao definir o *Homo narrans*, os traços dos processos interacionais e pragmáticos em que o escritor opera escolhas, em função da situação, do gênero, da imagem dos leitores, entre outros. Essas escolhas, afirma o autor,

produzem efeitos no leitor, são analisáveis tanto como indicadoras de pontos de vista sobre a história como sobre a narração. Elas intensificam a análise das interações entre as atividades de construção da diegese e as de sua colocação em palavras, e, por isso, enriquecem a interpretação da obra (RABATEL, 2016: 16).

Portanto, a escritura e o próprio Lúcio Flávio Pinto se inscrevem no “homem que narra”,

[...] por intermédio de uma lógica da narração que confere a essa voz um corpo, um tom, um estilo, uma inscrição em uma história (em todos os sentidos do termo), gostos e desgostos, posições assumidas [...] profundamente modificada e interrogada por esse processo criador, devido à sua dimensão radicalmente dialógica (RABATEL, 2016: 17).

2. Perfil

Nascido em 23 de setembro de 1949, em Santarém, município localizado na região do Baixo Amazonas, na Amazônia paraense, Lúcio Flávio Pinto, formado em Sociologia, pela Universidade de São Paulo (USP), começou suas atividades jornalísticas ainda adolescente, aos dezesseis anos, como repórter do jornal *A Província do Pará*, de Belém do Pará, no ano de 1966. Esse seria o pontapé inicial para uma rica história no jornalismo brasileiro. Exerceu atividades em várias redações de âmbito regional e nacional:

Correioda Manhã e *Diárioda Noite*, do Rio de Janeiro; *Diáriode S. Paulo*; *Estado de São Paulo*, *Veja*, *Istoé* e *Realidade*, de São Paulo; *O Liberal*, *TV Liberal*, de Belém do Pará, etc. Participou também, em paralelo com as atividades desenvolvidas na grande mídia, da imprensa alternativa do período da ditadura civil-militar (1964-1985), um dos símbolos de resistência contra o autoritarismo da época. Atuou como colaborador dos alternativos *Movimento*, *EX*, *Versus*, de São Paulo; *Opinião*, do Rio de Janeiro. E como principal jornalista do *Bandeira* (3) e *Informe Amazônico*, de Belém do Pará. Entretanto, com a redemocratização do país Lúcio Flávio Pinto não encontrou a liberdade necessária para exercer o seu jornalismo, assim lança o alternativo *Jornal Pessoal*, em Belém do Pará, no ano de 1987, em pleno período democrático.

Ao longo desses anos, sua trajetória é marcada, por um lado, por processos no Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE); por outro, por premiações concedidas por importantes organismos internacionais, nacionais, regionais. Tais homenagens estão ligadas à luta pela liberdade de expressão e pela promoção da justiça social no território amazônico. No período de ditadura, Lúcio Flávio Pinto respondeu a um processo na justiça do Estado do Pará. Em pleno período democrático, já foram trinta e três, todos impetrados por grileiros, donos de grandes corporações midiáticas da Amazônia, políticos e empresários, elite regional que é alvo do seu jornal e que tenta, por meio judicial, calar a voz do jornalista.

A seguir, apresenta-se a entrevista realizada com Lúcio Flávio Pinto no dia 10 de abril de 2015, no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e no dia 21 setembro de 2016 no Parque da Residência, em Belém do Pará. As duas entrevistas totalizaram 10 horas de gravação.

3. Amazônia é vida

Lúcio, como você se define?

Lúcio: Bom, eu sou um amazônida, embora às vezes não pareça. Eu comprometi minha vida com essa região desde o início e com o jornalismo,

né? Vou fazer 50 anos [hoje está com 52] de jornalismo e nunca tive nenhuma dúvida de que a minha missão aqui é fazer o que eu tenho feito.

O seu jornalismo tem a Amazônia como matéria-prima central, o que é a Amazônia? E o que essa terra significa pra você?

Lúcio: A Amazônia é um produto específico da combinação de água, luz e floresta. Esses três componentes são fundamentais, eliminar um é eliminar a Amazônia como um organismo harmônico. O mais impressionante na Amazônia é que a sua diversidade contrasta com a sua harmonia. O quadro de harmonia exige que essa diversidade seja encaixada. Quando você tira um elemento desse encaixe, todo o mais se desarruma. Então, a Amazônia é um organismo, como no início do século XX o suíço, o suíço é Hans Bluntschli, a chamou de organismo harmônico.

Esse organismo harmônico não pode ser alterado na parte porque altera o todo. Não é que ela deva permanecer intocada. A Amazônia não é intocável, mas ela tem que ser precedida pelo conhecimento. As pessoas têm de saber como penetrar na Amazônia e o que fazer na Amazônia para destruir o mínimo possível, que é exatamente o oposto do que nós estamos fazendo. Ela significa para mim uma razão de ser, ela é o meu ethos.

Eu tive uma prova disso na construção da hidrelétrica de Tucuruí. A primeira viagem que eu fiz para Tucuruí foi em 1973, o ano da criação da Eletronorte, que surgiu com a missão de construir a que deveria ser a quarta maior hidrelétrica do mundo. Depois de muitas viagens e acompanhamento crítico das obras de Tucuruí, eu solicitei à Eletronorte a informação a respeito do dia em que o rio Tocantins, o vigésimo quinto maior rio do mundo, iria ser barrado pela primeira vez pelo homem.

Eles não cumpriram esse acordo, eles não me avisaram. Eu também não confiava na Eletronorte, como não confio até hoje. Eu tinha uma fonte em Tucuruí, e essa fonte me disse: “Lúcio, corre que estão fechando o último vertedouro”. Eu fretei um teco-teco (você vê que a informação é cara, o Jornal Pessoal jamais podia fazer isso), fretei um teco-teco porque eu era correspondente do jornal O Estado de São Paulo e fui para lá. E quando eu estava a caminho, o aeroporto era operado pela Eletronorte de Tucuruí,

a torre de Tucuruí perguntou quem estava vindo de teco-teco, e o piloto disse o meu nome. Nessa hora foi uma operação de guerra para mandar um engenheiro me receber no aeroporto e tentar conduzir a minha matéria.

O engenheiro, de nome William, depois eu o encontrei no CREA [Conselho Regional de Engenharia e Agronomia] aqui em Belém, disse que estava ali para me servir. Quando nós chegamos no platô e eu vi a hidrelétrica, a barragem fechada, totalmente fechada e pela primeira vez na sua história aquele rio barrado pelo homem, nessa hora eu comecei a chorar. Aí o William me disse: “Porque você está chorando?”. Eu comentei: “Porque veio o impulso”. Eu vi que eu era um homem da água, desde bebê na beira do Tapajós [Santarém-Pará], e que a água era fundamental. Eu chorei mesmo durante um bom tempo. Depois eu afirmei com raiva: “Você vai me acompanhar? Então, nós vamos subir e descer todas essas adufas”. Subíamos e descíamos setenta metros. Ele estava bem gordinho, barrigudo, não aguentou mais. E comentou: “Eu juro, eu juro que é tudo igual, não adianta irem todas”. Aí eu disse: “Mas eu estou fazendo isso de castigo para vocês, porque vocês não cumpriram o acordo comigo”. Então, a Amazônia, para mim, é vida, é a vida! Eu me dedico a ela porque ela está dentro de mim. E nesse dia, em Tucuruí, em 1974, eu vi como ela é forte dentro de mim.

4. A ciência na Amazônia

Há em seus textos o argumento de que “Nós estamos perdendo a oportunidade de criar, imprimir uma marca pessoal, fazer história de carne e osso na Amazônia”. Por quê?

Lúcio: O mundo está vindo para a Amazônia de uma forma bem intensa. Vamos olhar para a história de Carajás: começou como um projeto dos Estados Unidos. O proprietário da área era a *United States Steel*, que era a maior siderúrgica do mundo numa época em que a siderurgia era daqueles altos fornos imensos. Terminou como propriedade da Vale, que era estatal e virou privada, e o mercado já não era mais dos Estados Unidos, era da Ásia.

E para você fazer uma mudança de estratégia de um projeto de viabilidade econômica e comercial, é um trabalho de engenharia monumental.

Se nós tivéssemos essa perspectiva de que a Amazônia é parte do mundo, nós teríamos percebido que entre o início da implantação do projeto Carajás e o início do funcionamento dele, a operação do primeiro trem em fevereiro de 1985, o mundo siderúrgico mudou. A *United Steel*, que era a campeã, caiu, ficou inviável; a China hoje produz um terço do aço do mundo; as grandes siderúrgicas, com imensos altos fornos, foram substituídas por minis siderúrgicas.

Tudo mudou. Se nós tivéssemos um centro tecnológico acompanhando isso, nós íamos ver que o Brasil poderia ter implantado o negócio, ao invés de usinas de ferro-gusa (que é a sujeira do processo siderúrgico e não acrescenta nada, só apresenta perda), nós podíamos ter feito aciaria com energia elétrica porque Tucuruí ia ter uma oferta enorme de energia, que hoje fez do Pará o terceiro maior exportador de energia bruta, que é uma coisa colonialíssima. Nós não fizemos isso, então nós perdemos.

O que somos hoje? Exportadores de matéria-prima, de commodities que estava a 180 dólares a tonelada e hoje está chegando a 50. Nós pensamos a curtíssimo prazo, e nós somos levados pelas ondas, manipulados por aqueles que pensam a longo prazo. A mesma coisa aconteceu no alumínio.

O alumínio é o produto mais eletrointensivo do mundo. Um terço dos custos de produção do alumínio é energia. A fábrica da ALBRÁS, que é a oitava maior do mundo, consome uma vez mais energia que o Pará inteiro. Então, o que aconteceu quando começou a corrida ao alumínio no Pará? Também mudou o mundo por causa do choque do petróleo, o primeiro choque da energia. O Japão, que era o maior produtor de alumínio, passou a ser o maior consumidor porque fechou todas as quarenta e uma fábricas japonesas e abriu a maior delas, a 20.000 km do seu território.

Se nós estivéssemos acompanhando essas transformações, o que nós podíamos ter feito? Nós quebrávamos o cartel do alumínio das seis irmãs, trazíamos o Japão de uma forma favorável para nós, fazíamos um polo de alumínio, que iria até o último processo de verticalização. Não fizemos nada disso. Então, ao contrário do que aconteceu na África e na Ásia, onde o

poder de dominação dos impérios era determinante, hoje não. Hoje, com acesso à tecnologia, com o acesso à informação, com as mudanças rápidas, nós podíamos ter feito essa história em que nós não seríamos uma colônia. Nós poderíamos ser uma região industrializada, uma região de utilização do produto final e não do produto primário.

Essas possibilidades existiam? Não existiram porque nós não fomos contemporâneos da história. Então só pode ser contemporâneo da história na Amazônia, com a rapidez com que as coisas acontecem na Amazônia, quem estiver dois passos à frente daquele que está estabelecendo a atividade produtiva na região.

Como fazer essa ciência?

Lúcio: Bom, a minha última esperança, a minha utopia, é o kibutz científico. O propósito é o seguinte: ao invés do cientista vir atrás das frentes de expansão, das frentes econômicas, o cientista vai na frente. Porque hoje a ciência vem atrás só para constatar os males. Raramente ela induz a conciliação entre a atividade produtiva e o conhecimento científico. Ela é o recolhedor das destruições que acontecem na Amazônia, e a principal das quais é a da floresta.

Então qual é a minha utopia: é transformar o cientista no que o Gramsci chamava “opríncipe”. O cientista vai para frente, antes de chegar o madeireiro, antes de chegar o fazendeiro, antes de chegar o colono, o posseiro, qualquer outra personagem, vai o cientista. De que forma? Você quer fazer um curso de graduação em Engenharia Florestal, fez vestibular para Engenharia Florestal, então você vai para um campus, vamos dizer, em São Félix do Xingu. Esse campus em São Félix do Xingu vai ter toda a estrutura de suporte para uma vida digna, decente.

O estudante vai ter uma bolsa, vamos dizer, 8 mil, 9 mil reais por mês, uma bolsa gigantesca. É para ele ficar com uma reserva para poder gastar em livro e em que ele mais quiser para investir em conhecimento. Ele vai ficar os quatro anos, cinco anos, seis anos da graduação ali, todo o período de pós-graduação. Ele vai ser acompanhado por orientadores que virão de todas as partes do mundo que têm conhecimento de vanguarda sobre

Engenharia Florestal, sobre floresta. Ele não receberá nenhum documento, nenhum título, nenhum diploma se não for até o final da carreira como doutor. Se ele for até o final da carreira, ele recebe diploma de doutor. Se ele não for, não recebe nenhum. Ele vai ter de apresentar na graduação um projeto para desenvolver nesses seis, sete, oito anos que ele estiver no campus. Vamos dizer: ele quer desenvolver um projeto de enriquecimento natural conduzido na floresta num talhão de 500 hectares.

A União dá para ele um comodato de 500 hectares. A União dá o dinheiro para ele comprar os insumos, os implementos todos que ele precisar, dá o dinheiro para ele contratar o mateiro, para ele desenvolver o projeto. E ele só recebe o título se o projeto der certo. Se o projeto não der certo, ele não vai receber o título. Então o que é que ele vai fazer? Ele vai usar a ciência de vanguarda, o melhor conhecimento do mundo sobre aquilo, vai aplicar e, se der certo, ele tem um efeito demonstrativo sobre a região. Então a população nativa, os migrantes vão olhar “Bom, o cara fez bem e está ganhando dinheiro. Então vamos fazer igual a ele!”. Esse sim é o projeto demonstrativo.

Então, se ele é um engenheiro florestal, um engenheiro agrônomo, um engenheiro mecânico, um sociólogo etc., todos eles iriam para esse campus, onde eles poderiam se transformar em agentes. Por exemplo: terminou o projeto, executou, deu certo? Ele é o dono da terra. O comodato é transformado em título de propriedade definitiva. A partir daí ele pode vender, ele pode fazer o que quiser, mas o projeto está implantado. Sem isso, não acredito mais em nada que possa mudar a Amazônia, que possa preservar a Amazônia, que possa impedir que ela seja mais uma região colonial.

5. A internacionalização da Amazônia

Lúcio, ainda na linha da discussão acima, no seu livro *Amazônia decifrada* (2013), você diz que a Amazônia conta com uma significativa biblioteca teórica e acadêmica, em contraste com uma quantidade insuficiente

de registros de conjuntura. Ainda não tem um carimbo da história, mas já é história. Como você analisa a internacionalização da Amazônia?

Lúcio: O grande problema de conhecer a Amazônia é que você tem que ser contemporâneo do mundo. A Amazônia é a região mais internacionalizada do Brasil, e é brasileira de forma tardia. Foi a última região incorporada ao Brasil. Então, essa mitologia sobre internacionalização da Amazônia, de que agora está sendo ameaçada, a internacionalização sempre existiu na Amazônia e continua existindo. Tem o lado ruim, qual é o lado ruim? É o saque dos recursos da Amazônia sem a retribuição devida. E tem o lado bom, qual o lado bom? É o lado do interesse das pessoas.

Nós temos aqui o melhor açaí do mundo na região das ilhas, na ilha do Marajó. Mas qual a importância de ter o melhor açaí, se as pessoas que mais consomem hoje o açaí com grama, com banana, açaí com guaraná? Para elas, o açaí é um componente que não tem importância. Para o tomador de açaí tem, mas o que adianta você ter isso se cada vez mais o açaí vai para fora? Então, tem que fazer aqui com o açaí o que os franceses fizeram com o vinho, o terroir do açaí, para que as pessoas paguem a mais por esse açaí.

Então, você tem que estar no mundo para fazer isso, você não pode ficar fechado. A Amazônia está ligada ao mundo. Neste momento que nós estamos conversando, tem um trem [da Vale S.A.] indo e um trem voltando entre Carajás [Pará] e a Ponta da Madeira [Maranhão]. É o maior trem de carga do mundo. Todos os dias ele movimenta 40 milhões de dólares em minério de ferro. É o melhor minério de ferro do planeta. Sessenta por cento dele vai pra China, vinte por cento para o Japão, ou seja, ele percorre vinte mil quilômetros para chegar à Ásia e ser utilizado pela indústria, pela rede de construção civil, principalmente na Ásia. Tem de saber o que está acontecendo na Ásia, tem de saber o que está acontecendo no mercado mundial de alumínio.

Para você saber o que está acontecendo na Amazônia, não basta estar aqui olhando o que tá acontecendo aqui. Você tem que estar olhando para onde vão os recursos da Amazônia, porque nós temos aqui, a 50 quilômetros, a maior fábrica de caulim do mundo. Nós temos aqui, a 50 quilômetros, a

maior fábrica de alumina do mundo, a melhor mina de ferro do mundo, o maior trem de carga do mundo, a maior mina de bauxita do mundo. Então você só pode saber o que está sobre seus pés se você tiver uma visão global da Amazônia. O ponto de origem, o ponto de chegada e todo o processo intermediário.

Esse é um desafio enorme, é um desafio porque a história é invisível, ela não está na internet, você não obtém isso. Eu me lembro de um dia, três anos atrás, houve uma grande cheia na baixada maranhense, uma das regiões mais pobres do Brasil e do mundo, por onde passa o maior trem de cargas do mundo [o trem da Vale S.A]. Choveu muito. Eu estava nesse dia com um ócio criativo, e me perguntei: “Essa chuva está caindo sobre os maranhenses?”. Foi uma chuva tão intensa que deixou isolados vários povoados, paupérrimos. A única forma de quebrar o isolamento era por helicóptero da FAB, mas o helicóptero não podia mais pousar, porque as pessoas estavam tão famintas, tão desesperadas que corriam em cima do helicóptero e tinha o risco de o helicóptero atingir quem fosse mais afoito para pegar os pacotes atirados do aparelho.

6. Jornal pessoal: uma agenda pessoal?

Alguns críticos dizem que o *Jornal Pessoal* é uma agenda pessoal do próprio Lúcio Flávio Pinto. O alternativo é uma agenda pessoal?

Lúcio: Eu gostaria que fosse. Eu estou com 68 anos, tenho 52 anos de jornalismo, portanto mais de meio século de jornalismo, e eu sou uma pessoa que me preocupa muito com a cultura. Eu gosto de ler, eu já fui poeta – infelizmente não sou mais –, mas se eu pudesse fazer uma agenda pessoal, eu faria um jornal mais vinculado à cultura. Assim, eu não estaria tão preso à agenda cotidiana. E é uma grande preocupação que eu tenho.

Como eu sou o único produtor de texto do *Jornal Pessoal*, fora as cartas e as colaborações que alguém me manda, eu tenho a preocupação de fazer a pauta, como se eu, como pauteiro, me dissociasse do repórter que

vai executar. Então, eu procuro fazer uma pauta com tudo aquilo que eu acho que é o mais importante, que está acontecendo naquele momento. Apesar dos recursos extremamente limitados do *Jornal Pessoal*, se você for analisar o jornal, você vai ver que tem temas que só saem no *Jornal Pessoal*.

Vou dar um exemplo que é chocante. Um dia me informaram: “Olha, um daqueles caminhões fora de estrada de Carajás, que têm 240 toneladas (um caminhão grande tem 10 toneladas, aquele tem 240) passou em cima de uma pessoa”. Fiquei alerta, eu disse: “Vai ser um prato cheio para o Diário do Pará, que gosta de sangue. Vai mostrar foto do cadáver esmagado, sangue para tudo quanto é lado...”. Ninguém deu nada! Isso eu já me interessava. Quando ninguém dá nada, é porque tem alguma razão secreta. E em plena democracia, o problema maior é a autocensura. A autocensura imposta pela empresa, a autocensura aceita pelo repórter e a autocensura da covardia do jornalista, que não quer fazer. Então, aí eu entro na história, porque o *Jornal Pessoal* existe não para fazer a minha vontade, não é para ser a minha agenda, é para publicar informações importantes, sobretudo aquelas que são songadas.

Eu comecei a investigar o acidente. Mas não peguei só o acidente com o ftiago [Santos Cardozo]. Como ele morreu ali? Ele estava às quatro horas da madrugada com um refletor manual, o caminhão fora de estrada não tem iluminação traseira, não tem visor traseiro, passou por ele de ré, o esmagou, ele não devia estar ali, ele devia ter um refletor de pé, alto... Então, já era um absurdo! Um acidente que poderia ter sido prevenido, porque Carajás funciona com três expedientes, três turnos. Mas não só isso. Eu descobri que as duas juntas de Conciliação e Julgamento, a maior quantidade de processos do Brasil, eram as de Parauapebas [Pará] e 95% eram os casos da Vale do Rio Doce [Hoje Vale S.A.]. E descobri que a Vale preferia que as pessoas que tivessem reclamando, reclamassem na Justiça, porque saía mais barato para ela fazer um acordo na Justiça do que respeitar os direitos prévios.

Se você for fazer uma pesquisa no *Google*, a única matéria sobre isso saiu apenas no JP. E não saiu só dizendo o fato, que ele foi esmagado pelo caminhão, mostrei o contexto da exploração da mão de obra na maior mina

de ferro do mundo, em Carajás, no Pará.

7. Violação de direitos humanos

O Pará é um dos Estados do país que mais viola os direitos humanos, sobretudo no que diz respeito aos conflitos ligados a terra. Há os marcados para morrer, e muitos da lista já se foram. Você que publica e denuncia esses crimes, já recebeu ameaça de morte? E o que te motiva a resistir, apesar disso?

Lúcio: Realmente, a violência é uma coisa impressionante. A violência, às vezes, é explícita, é convencional. Outras vezes é uma violência que você não percebe. Por exemplo: nas áreas de fronteira, na beira de estrada, as pessoas trabalham sete dias por semana, sem horário, e isso é uma violência.

Eu me lembro de uma cena (logo no início da Transamazônica, em [19]71) de um grupo de colonos que iam para o templo evangélico num dia de folga, e com a melhor roupa que eles tinham. Foram de um jeito para o templo; voltaram cobertos de pó. Então, isso é uma violência. Isso fere a dignidade da pessoa que não pode ficar decentemente vestida, limpa, porque a estrada de barro levanta poeira. E há a violência extrema, que é eliminar a vida.

Uma vez, em 1982, eu fui junto com o senador Teotônio Vilela, o deputado federal (à época) Jader Barbalho (Pará), a deputada federal Cristina Tavares, de Pernambuco; o Antônio Carlos Queiroz, que era um jornalista, e eu. Fomos ver a situação dos padres franceses que tinham sido presos em São Geraldo do Araguaia, do lado paraense do Araguaia. Mas tinham que pousar em Xambioá, do lado que na época era Goiás, hoje é Tocantins. E, ao atravessar de voadeira o rio para chegar em São Geraldo, tinha um PM armado com fuzil embalado (a bala na agulha), e o senador Teotônio Vilela, que era muito convicto da condição senatorial, disse ao soldado, que solicitou a apresentação de seus documentos: “Eu estou no meu país. Eu estou no meu país! Não vou apresentar nada. Eu sou senador da República!”. O PM

ficou nervoso, porque estava cumprindo ordem. Eu disse: “Senador, aqui nós estamos no reino da violência. Esqueça que o senhor é senador. Pegue a sua identidade senatorial e mostre para ele, porque pode acontecer alguma coisa”, como aconteceu com o padre Burnier, que foi morto em Mato Grosso por um PM nas mesmas circunstâncias.

Então, a vida vale pouco na fronteira amazônica. A vida vale muito menos. E a fronteira, ela está em descompasso com o tempo histórico nas outras áreas. Ela está sempre recuada. E por isso a violência é tão grande. E a partir de um momento em que você começa a incomodar, aquelas pessoas incomodadas sempre pensam em ameaças, sobretudo quando determinados assuntos mais incômodos saem apenas em um veículo. Aí o raciocínio do incomodado é: “Se eu eliminar esse veículo, acabou. Ninguém vai publicar”. O jornalista tem dois compromissos nessas situações: uma, não pode se alarmar, não pode andar gritando para todo mundo que está ameaçado de morte se antes, como jornalista, não se comportar em relação a si como se comporta com relação aos outros casos de ameaça de morte.

Eu já fui ameaçado de morte várias vezes. A primeira vez que você recebe um telefonema anônimo lhe ameaçando de morte, você treme na base. Depois, você começa a conviver com isso. Toda vez que me ameaçaram de morte, eu fui atrás do fato. Primeiro: se era uma brincadeira de mau gosto, humor negro, ou se realmente tinha consistência. E uma vez tendo consistência, eu ia atrás e me antecipava à pessoa que estava me ameaçando. Então, a melhor defesa de um jornalista é o fato de ele ser bem informado. Daí porque o jornalista não pode inventar informação, não pode inventar fontes, não pode ficcionar ascoisas. Ele tem que ser estritamente ligado aos fatos, à realidade.

Vou dar um exemplo: um dia, depois de muita ameaça de morte por telefonema anônimo, ligaram para *O Liberal* e falaram com o cidadão que foi com quem eu comecei o jornalismo, o Cláudio Augusto de Sá Leal, que nessa época era o diretor de redação de *O Liberal*. Aí o Leal ficou apavorado, porque a pessoa mandou o seguinte recado: “Doutor Leal, [...]” (ele conhecia o Leal) “[...] prepare a manchete de amanhã: ‘Lúcio Flávio Pinto assassinado’”.

O Leal foi até o Rômulo Maiorana, que nessa época estava vivo. O

Rômulo me ligou para dizer que ele ia mandar dois seguranças para me proteger. Eu disse “Olha, primeiro, eu nunca andei armado, nunca andei de segurança, e nunca andarei armado, e nunca andarei de segurança. O segurança, na melhor circunstância, mata o assassino, não evita o assassinato. Eu vou me informar. Não aceito nada, nenhuma proteção”. E me informei, e soube de onde vinha. E vinha do lado do governador, então Jader Barbalho.

Eu liguei para o Jader e disse que eu estava escrevendo uma carta para o dono do jornal *O Estado de São Paulo*, Júlio de Mesquita Neto, informando-o sobre a ameaça e destacando que, caso acontecesse alguma coisa comigo, a culpa era do governador Jader Barbalho. Aí o Jader, ao telefone, disse “Lúcio, nós estamos desavindos [...]” (nessa época era o primeiro governo dele, e eu estava fazendo denúncias sobre corrupção no governo), “[...] mas eu jamais faria uma coisa dessas contigo e jamais permitirei que isso aconteça, enquanto eu for governador. Me dá 24 horas. Não manda essa carta. Porque se tu mandares essa carta, vai ser a minha ruína política”. Então afirmei: “Faz, toma uma providência, Jader, porque é melhor tu teres a tua ruína política do que eu morrer”. E 24 horas depois ele me ligou, e disse: “Tu tens razão, mas eu já desfiz”. Não satisfeito com isso, eu chequei com o chefe da segurança dele, que era meu informante, que gostava do Jader, se dedicava inteiramente ao Jader, mas por um fator desses que existem na vida, ele gostava de mim e me informava. Então ele comentou: “Lúcio, o chefe [...]” (ele dizia “o número um”) “[...] fez uma reunião e disse a seguinte frase: ‘Se fizerem mal para ele, eu corto o saco’”. Assim mesmo, a frase que o Jader usou com todo o esquema de segurança, porque ele sabia que tinha uma pessoa que estava pensando nisso. Então ele deu essa ordem.

Eu me protegi como? Com informação. Da mesma maneira como eu soube que um cara do SNI [Serviço Nacional de Informações] estava na gráfica onde rodava o jornal. Aí eu identifiquei a pessoa, chamei ele para o lado e disse: “É o seguinte: some daqui, porque se tu não sumires daqui, eu destruo a tua vida sem precisar fazer nada, só dizer que tu és um dedoduro”. E assim a pessoa sumiu.

Então eu acho que nós, jornalistas, somos ameaçados pelo que nós

publicamos, pelo que nós dissemos. E isso tem de ser continuado. Você se assusta, você às vezes recua, mas nunca pode abandonar o compromisso com a informação, porque essa ameaça significa que você está desempenhando uma função vital; tanto que os prejudicados tão reagindo.

8. O nascimento do Jornal Pessoal

Nos 30 anos de Jornal Pessoal, comemorados em setembro de 2017, gostaríamos de voltar para o começo. Por que lançar um jornal alternativo em plena democracia?

Lúcio: Eu estava, nodia em queo Paulo [Fonteles, deputado estadual pelo PMDB e advogado de posseiros no Sul do Pará] foi assassinado, [dia 11 de junho de 1987], cobrindo uma reunião do Conselho Deliberativo da Sudam. E um repórter de Polícia – eu me lembro da cena cinematograficamente – veio se abaixando por causa das pessoas que estavam sentadas, e disse: “Lúcio, mataram o Paulo”. Eu tinha falado com o Paulo três dias antes, conversado longamente com ele. Foi uma coisa incrível, porque ele fez confissões que ele nunca tinha me falado. Nós éramos amigos há bastante tempo.

Nessa época eu tinha carro – hoje eu não tenho carro –, peguei um táxi, pois esqueci que eu estava com carro, e fui para o posto de gasolina, a 30 km (que era o Marechal Quatro), e fui a primeira pessoa a chegar ao local. Ele estava sentado no banco do carona do carro, ainda com a perna cruzada, o cigarro ainda estava nos dedos dele, com a perfuração da bala no lado esquerdo da cabeça (havia três perfurações), um estrago terrível. Eu fiquei chocada como repórter e como amiga dele.

Nessa hora, chegou o irmão, o Zé. Eu tentei segurar o Zé para ele não alterar a cena do crime, mas ele estava desesperado. Ele era muito forte, e agarrou o irmão sangrando. Naquele momento, eu disse para mim mesmo que eu ia me empenhar para que aquele assassinato fosse totalmente esclarecido. Não só como amigo do Paulo, mas porque era a primeira vez que um crime político acontecia em Belém com uma pessoa que atuava no meio rural.

Até então a regra era o seguinte: você vai para o interior do Estado, você está correndo todos os riscos. Portanto, trabalhei na reconstituição do assassinato de Paulo Fonteles durante três meses. Eu reuni neste período a história completa. Nessa época eu ainda escrevia em *O Liberal*, e ofereci [a reportagem](...) para a Rosângela Maiorana Kzan, pois o pai já tinha morrido. Ela leu, ficou impressionada com a matéria e disse: “Mas a gente não pode publicar essa matéria”. Eu denunciava o nome dos dois principais anunciantes do jornal *O Liberal*: o revendedor da Volkswagen, [Jair Bernadino]; e o maior armador fluvial do mundo, dono da Jonasa, [Francisco Joaquim Fonseca]. Eu questionei: “E se eu fizer um jornal?”. Rosângela disse: “Então tá, a gente imprime aqui, desde que tu não cites a gráfica”. E foi a maior tiragem do jornal [Pessoal]. Foram cinco mil exemplares, e foi de graça porque ela se sentiu aliviada de não precisar ter que fazer em *O Liberal*. Então, foi uma matéria que teve muito impacto, ganhou o prêmio FENAJ, da Federação Nacional dos Jornalistas, no ano seguinte, como melhor reportagem.

9. Processos na justiça do Pará

A quantos processos você responde no momento, por praticar jornalismo alternativo na Amazônia, e quem são essas pessoas que te processam?

Lúcio: Bom, ninguém do povo ainda me processou. Todos que me processaram são poderosos. O interessante é que esses processos começaram em 1992, em plena democracia, já tínhamos sete anos de volta à democracia. Os primeiros cinco processos foram pelas mãos daquela que eu conversei para publicar a matéria do assassinato do Paulo Fonteles, a Rosângela Maiorana Kzan, porque, a partir desse momento, a imprensa se sentiu incomodada por um jornal que dizia tudo, toda a verdade e que eu tinha informações de cocheira.

No caso da matéria [do Paulo], era de alto interesse público. Então foram cinco primeiros processos, e de lá pra cá os irmãos Maiorana já

impetraram 19, dos 33 processos que eu respondo desde 1992. Então, é uma coisa triste porque você vê que a justiça se transformou num instrumento de coação e de constrangimento na liberdade de informação e de expressão.

Eu pesquisei como isso aconteceu em alguns lugares. A República de Weimar foi intermediária entre o fim da Primeira Guerra e o início da Segunda Guerra Mundial, foi uma república com algumas das maiores expressões da vida pública da Alemanha, no entanto, ela permitiu a subida do Hitler. Se não tivesse fracassado a República de Weimar, o Hitler jamais teria se estabelecido como um núcleo de poder. E quem favoreceu muito a ascensão do Nazismo e é poucas vezes apontado na história é a Justiça.

Existe um estudo feito por um alemão, um grande cientista político, Franz Neumann, que fugiu da Alemanha porque ele estava sendo perseguido pelo Hitler, foi para os Estados Unidos. Lá nos Estados Unidos, ele publicou um livro chamado Behemoth. Uma parte do livro é análise dos julgados da justiça de Weimar, e a justiça de Weimar julgava de forma diferente um nazista e um socialista, ou um comunista pelo mesmo modelo atribuído a eles. O nazista recebia uma pena leve ou era inocentado, enquanto os socialistas, os comunistas recebiam penas pesadas. Aliás, o próprio caso do Hitler.

O Hitler participou daquele famoso atentado de Munique, na cervejaria de Munique. Houve morte, teve tiroteio e ele ficou preso numa prisão especial com todas as mordomias, recebendo visitas, e foi nessa prisão que ele escreveu o livro dele, Mein Kampf, Minha Luta. Então é risível o que aconteceu, por quê? Porque a justiça estava do lado dele. Como hoje a Justiça se coloca do lado desses que perseguem. Quem que me processou? Dono de jornal, desembargador, desembargadores, madeireiro, o maior grileiro de terras do mundo, dono de uma das maiores empreiteiras do Brasil. Nenhum João da Silva, nenhum Zé de Sousa me processou.

Então, dos trinta e três processos que já foram apresentados na Justiça contra mim, estão ativos ainda cinco. E esses cinco processos são todos os que foram propostos depois que eu fui agredido pelo Ronaldo Maiorana, que é um dos donos do grupo Liberal. Como uma tática, uma estratégia de advogado, eles entraram com quinze processos contra mim, cíveis e criminais, para me intimidar, para me desviar da minha atividade, para me

causar danos. E, realmente, isso foi um grande tormento da minha vida e tem sido um grande tormento da minha vida. Desses cinco processos, tem três que vão ser sentenciados, estão para ser sentenciados a qualquer momento, e os outros dois estão em curso ainda. Continua essa espada pendente sobre a minha cabeça.

Como você avalia os processos judiciais que você enfrenta por narrar fatos importantes da Amazônia?

Lúcio: Em primeiro lugar, eu acho que o profissional [do Jornalismo deve ser] o auditor do povo, aquele que informa para o povo, aquele que é o antipoder (um dos meus vinte e um livros tem o título de Contra o Poder). Não é anarquismo! Mas você tem de estar do lado da sociedade, não do lado do poder. E o poder sempre tem. Nunca houve uma entrevista coletiva em que o autor da entrevista dissesse: “Olha, eu vou dar a entrevista porque eu sou ladrão, eu realmente roubei dinheiro na Petrobrás”. Ninguém diz isso.

A verdade tem de ser conquistada. A verdade é ocultada. E o jornalista tem de ir atrás da verdade. Então, os processos são, de certa forma, um prêmio. Porque você está incomodando os poderosos, não é um cidadão comum [que me processa], são todos os poderosos que entraram com processos.

E qual é a força que você tem? Eu vou dar um exemplo: Cinco processos criminais dos Maiorana, eu pedi a exceção da verdade. A exceção da verdade é um recurso jurídico em que você muda os polos da ação. Quando entram com uma ação contra mim, eu sou o réu; e o oponente é o autor. Ele entra com a ação contra mim, como os Maiorana entraram, aí eu usei esse recurso jurídico chamado a exceção da verdade e eu me comprometi a provar tudo aquilo que eu disse. E eu provei tudo aquilo que eu disse. E como eu provei, eles nem apareciam nos processos (nunca apareceram para testemunhar, nunca apareceram para depor), e a ganhei todos os processos. Porque aquilo que eu disse é a verdade. E isso é muito importante no jornalismo.

Eu tenho essa preocupação pela verdade. E como é uma verdade? A verdade pode ser uma prova material. Vou lhe dar um exemplo. Quando eu vim de São Paulo todo mundo falava na corrupção nas vendas de terras de Carajás. Como eu podia ter a verdade aí? Em primeiro lugar: o processo

da venda de terras. Então, eu fui atrás do processo que estava na Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Peguei uma cópia: mais de mil páginas. Li uma vez, não descobri nada. Li pela segunda vez o processo, e descobri a fraude feita dentro do processo, mas você só descobre se passar quatro, cinco dias lendo o processo e tendo o processo.

Então, a verdade mais cristalina é aquela que está materializada, aquela que é a prova material. Em todos os processos, eu provei a verdade. Às vezes, eu fui condenado, mas fui condenado não porque eu não provei a verdade, foi justamente pelo contrário: porque eu provei. O processo mais incrível foi o do Cecílio do Rego Almeida. Eu provei que ele estava grilando terras, o Tribunal do Estado do Pará tomou atitude contra a grilagem, extinguindo o cartório onde foi feita a grilagem, mas me condenou.

Então, você está naquela situação surreal de que você está sendo punido porque você defendeu o patrimônio público.

Você tem de ter estrutura para aguentar isso porque é revoltante provar as coisas e ainda ser condenado. Mas faz parte da história! Você sabe que a primeira vítima de qualquer situação ruim é o mensageiro das más notícias. As más notícias são aquelas que não agradam aquele que está recebendo as notícias. Na história, o mensageiro chega com uma notícia para o rei de que ele perdeu a batalha, o rei, o que faz com o mensageiro? Corta a cabeça do mensageiro. Então o jornalista sabe que ele, muitas vezes, é o mensageiro das más notícias. Mas eu procuro preservar a minha cabeça.

10. Jornalismo alternativo na internet

Agora vamos falar um pouco do seu blog. Qual a importância de ter o retorno do público no blog, da maneira mais instantânea, possibilitada pela internet?

Lúcio: Eu fiz um *antiblog*. Meu blog não tem imagens, meu blog não tem fofoca, meu *blog* não reproduz vídeos etc. É um jornalismo impresso na internet. E o meu objetivo são dois: primeiro, eu acredito que as pessoas

podem ler matérias mais longas na internet, desde que a matéria seja sobre temas de interesse e bem escritas; segundo, os internautas podem participar de debates que não sejam meras trocas de acusações e declarações absurdas que vêm à cabeça. Que os debates sejam feitos através de argumentos, de provas, de raciocínios.

Eu não quero ser sucesso na internet. Eu quero que o *blog* seja uma forma de debate de temas graves, que normalmente não aparecem na internet. O *blog*, quando completou seis meses, tinha cem mil acessos. Eu não sei dizer se cem mil acessos representam um número grande, ou não; mas o maior objetivo dele está sendo alcançado. As pessoas estão começando a debater temas sérios sem agredir um ao outro, sem dizer asneiras, como é comum na internet.

Recentemente você publicou um texto em seu *blog* sobre a redução dos seus leitores, tanto no Jornal Pessoal impresso quanto no *blog*. Como você analisa essa queda?

Lúcio: Não, no *blog* não! O *blog* continua com um acesso razoável para os seus propósitos. O problema é o JP. Bom, primeiro tem uma crise do jornal impresso. Alguns dos grandes jornais do mundo não têm mais o formato em papel. Eu quero que o JP vá até o fim impresso em papel. Não só porque eu acho que é preciso que haja uma mídia alternativa mais próxima do convencional, como também porque eu acredito que o papel ainda é a melhor forma, a mais perene, a mais duradoura de arquivar informações. Quantos disquetes eu perdi porque eu achava que o disquete ia ser eterno? E durou muito menos do que os papéis que eu tenho. Os CDs, quanto tempo vai durar?

Então, o JP enfrenta a crise da imprensa convencional, em papel, que é universal; ele não tem anunciantes. Ele usa as bancas de revistas, e cada vez tem menos bancas, e a banca provavelmente vai desaparecer porque as pessoas não vão mais atrás das bancas, elas esperam que chegue a informação pelo computador, chegue pela assinatura na sua residência, no seu trabalho. O que aconteceu foi que o *Jornal Pessoal* reduziu a venda e algumas pessoas também acham que o *blog* tirou leitores do Jornal, porque as pessoas mais comodistas não vão comprar mais o *Jornal Pessoal*, vão para o *blog*, embora uma parte das matérias do Jornal não tem nada a ver com o *blog*.

Eu pretendo especializar o *Jornal Pessoal* como uma publicação mais cultural, analítica e mais aberta do que a instantaneidade da informação que tem no blog. Mas são experimentos e inquietações que eu tenho. Eu queria entrar na internet, mas não da forma convencional da internet. O meu *blog* jamais terá imagens. Não terá nenhuma imagem, não terá nenhum vídeo. Vai ser texto. É texto mesmo! Ele não tem atrativos gráficos, nada disso. E para esse tipo de antiblog, eu acho que o resultado está razoável.

O problema hoje é o JP, que a vendagem chegou num ponto em que provavelmente ele vai deixar de se pagar. Quando ele deixar de se pagar, como eu não tenho capital, não segui o conselho que a mãe do [Karl] Marx deu para ele. Ela disse: “Meu filho, ao invés de escrever tanto sobre o capital, você deveria estar acumulando algum”, e eu, infelizmente, não tenho essa competência de acumular capital.

A presente entrevista foi transformada em documentário pelo projeto DocBio e será disponibilizada em banco de dados do projeto, localizado no site do Academia Amazônia: <https://www.academiaamazoniaufpa.com/docbio>.

Referências

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas. **Jornal Pessoal: Uma metalinguagem jornalística na Amazônia**. Tese. Programa de Comunicação e Semiótica. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

VELOSO, Socorro. **Lúcio Flávio Pinto e a Consciência do “Ser Amazônida”**. Trabalho apresentado na II Conferência e VII CONFERÊNCIA BRASILEIRA DA ASSOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN, 2011.

PINTO, Lúcio Flávio; KZAM, Áthila. **A Amazônia Decifrada II. Para quem quer ser amazônida**. Edição dos autores, Belém, ago. 2013.

PINTO, Lúcio Flávio. **Contra o Poder. 20 anos do Jornal Pessoal. Uma paixão amazônica**. Belém: Edição do autor, 2007.

RABATEL, Alain. **Homo Narrans: Por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa: pontos de vista e lógica da narração teoria e análise**. Trad. Maria das Graças Soares Rodrigues; Luis Passeggi; João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2016.

Capítulo 2



Um olhar belle époque de Binoculo: análise da publiCIDADE impressa em alguns periódicos na cidade de Belém

Luiz LZ Cezar Silva dos Santos

Resumo

Belém do Gram-Pará, uma cidade amazônica que vivia e respirava látex, entre os anos de 1870 e 1912, uma atividade econômica proveniente da extração e venda da borracha na região. Nesse período, tudo o que acontecia na cidade e na região girava em torno dos negócios da borracha e, portanto, historicamente, serve como um termômetro de análise do(-s) conteúdo(-s) do(-s) periódico(-s) que circulavam na cidade. A partir desse fato histórico, repousa nosso interesse em pesquisar e analisar como era o discurso dos editoriais desses periódicos existentes na cidade de Belém no período da *belle époque* e, assim, descortinar quais eram seus diferenciais, suas novidades técnicas e suas notícias; que fatos eram destacados com relação à atividade jornalística e publicitária na cidade entre o final do século XIX e o início do século XX. No período estudado, já é possível perceber a importância da imprensa no cotidiano da vida nas cidades modernas, os periódicos como “araútos” representativos do ritmo alucinante ditado pela modernidade das grandes cidades e, cotidianamente, estampado nas páginas impressas dos jornais por meio das notícias, de artigos, dos anúncios e dos reclames publicados. O objetivo deste artigo é analisar a construção discursiva nos editoriais dos periódicos: A Folha do Norte (1896), O Binoculo (1897), O Condor (1897), O Empregado do Commercio (1899), Echo Juvenil (1899) e O Jornal (1900) publicados na cidade de Belém.

Palavras-Chave: *Belle époque*; Borracha; Publicidade.

1. Introdução: O papel do látex na imprensa

Belém do Gram-Pará, uma cidade amazônica que, entre os anos de 1870 e 1912, vivia e respirava látex, uma atividade econômica proveniente da extração e vendada da borracha na região. Nesse período, tudo o que acontecia na cidade e na região girava em torno dos negócios da borracha e, portanto, historicamente, serve como um termômetro de análise do(-s) conteúdo(-s) do(-s) periódico(-s) que circulava(-m) na cidade. Contudo não podemos falar dos periódicos que circulavam na cidade, à época, sem mencionar que toda esta euforia da imprensa se deve aos negócios provenientes da extração e venda da borracha.

A base de toda essa riqueza, o crescimento e o desenvolvimento econômico e o crescimento urbano da cidade de Belém estão ligados diretamente aos negócios provenientes da borracha na região. A temperatura do mercado oscilava conforme a bolsa de negociação da compra e vendada da borracha no mercado estrangeiro, como também a própria vida da cidade. A atividade de anunciar as mercadorias também acompanhava o ritmo da borracha e o humor do mercado de exportação do látex. (SANTOS, 2011: 73).

A *belle époque* paraense é motivada pelo boom da borracha, período que irá proporcionar uma aceleração no crescimento econômico e populacional da cidade de Belém. Isso proporcionou uma era de prosperidade e bons negócios, alavancando, de maneira vertiginosa, o desenvolvimento do número de periódicos impressos na cidade e a perspectiva do aumento do número de comerciantes locais e do seu interesse maior em publicar anúncios (os antigos reclames) de mercadorias (produtos e marcas) no mercado local.

Dos jornais publicados na cidade de Belém, encontramos 23 periódicos de circulação diária, entre os quais merecem destaque o *Diário do Gram-Pará* (1853-1892), por ser o primeiro jornal de circulação diária no estado, nele encontramos publicadas crônicas, notícias políticas, literárias e comerciais, além de uma seção de humor; a *Província do Pará* (1876-1947), um jornal político, comercial e noticioso, tendo como um dos seus fundadores Antonio José de Lemos (político importante na história da cidade de Belém); a *Folha*

do Norte (1896-1974), uma publicação em defesa do partido Republicano Federal e contra a política de Antonio Lemos, e o *Diário de Notícias* (1880-1898), uma publicação noticiosa, política, literária e comercial. No período, encontramos também os periódicos o *Jornal do Pará* (1862-1878), *O Liberal do Pará* (1869-1889), *Diário de Belém* (1868-1892), *A Constituição* (1874-1886), *Gazeta de Notícias* (1881-1884), *Jornal da Tarde* (1881-1884), *Correio do Norte* (1882-1884), *A República* (1886-1887), *O Commercio do Pará* (1887-1888), *Jornal das Novidades* (1888), *A Confederação Artística* (1888-1889), *Gazeta da Tarde* (1889-1890), *O Estado do Pará* (1889-1895), *O Democrata* (1890-1895), *Diário Popular* (1891), *O Século* (1891), *Correio Paraense* (1892-1894), *O Pará* (1897-1900) e, finalmente, *O Jornal* (1900).

Com circulação semanal, encontramos 27 periódicos publicados, dos quais merecem destaque o *L'Eco Del Para* (1898-1900), escrito em italiano, órgão dos interesses do Pará na Itália e dos italianos no Pará; *O Pimpão* (1891-1900), jornal ilustrado e humorístico, órgão de interesse geral; *O Binoculo* (1896-1908), órgão político, noticioso e literário; e *O Holophote* (1897), publicação noticiosa, crítica, literária e comercial. No período, encontramos também os periódicos *A Tribuna* (1870-1876), *O Santo Officio* (1871), *A Boa Nova* (1871-1883), *O Futuro* (1872), *O Filho da Viúva* (1873), *A América* (1878-1879), *Estrela D'Alva* (1880), *A Liberdade* (1881-1884), *Revista Familiar* (1883), *O Abolicionista Paraense* (1883-884), *O Cosmopolita* (1885-1889), *A Arena* (1887), *O Porvir* (1888-1889), *Revista Estudantina* (1890), *A Voz do Caixeiro* (1890-1892), *Tribuna Operária* (1892-1894), *O Cearense* (1898-1899), *O Caixeiro* (1889), *O Anão* (1890), *O Aprendiz* (1890), *O Gládio* (1890), *A Pátria Paraense* (1894) e *O Nacional* (1895-1898).

Com circulação quinzenal, encontramos 11 periódicos, dos quais merecem destaque *O Agrário* (1885-1887), órgão da Sociedade Agrícola Paraense; *A Gazeta Postal* (1889-1894), órgão dedicado aos interesses postais, divulgando os regulamentos e esclarecendo esse ramo do serviço público; *O Crepúsculo* (1890), órgão literário; *O Carteiro* (1896-1897), órgão noticioso, literário e comercial, publicado pelos empregados do correio da capital; e *Officina Litteraria* (1899-1900), órgão da Agremiação Officina Litteraria. No período, encontramos também os periódicos *A Luz da Verdade* (1871-1877),

A Regeneração (1873-1877), *O Trabalho* (1889-1890), *A Pátria* (1890), *A Escola* (1892) e *O Condor* (1897).

Com circulação mensal, encontramos 18 periódicos, dos quais merecem destaque *A Vida Paraense* (1883-1884), publicação crítica, literária, científica e artística; *A Colônia Portuguesa* (1885), publicação noticiosa e literária; *O Empregado do Commercio* (1899), órgão da Associação dos Empregados do Comércio do Pará; e *O Estado do Pará* (1895), boletim mensal do movimento de entrada, exportação e de demais informações de recebedoria de rendas públicas. No período, encontramos também os periódicos *A Flamígera* (1873), *O Pelicano* (1873-1874), *O Estímulo* (1877), *O Norte* (1877-1880), *Echo Juvenil* (1886-1899), *Colégio Salles* (1888), *O Evoluir* (1889), *Apologista Christão Brasileiro* (1890-1910), *Caridade* (1893), *A Palavra* (1895), *Ordem e Progresso* (1896-1897), *O Apóstolo* (1900), *O Tupy* (1900) e o *Cenáculo* (1900).

No período de 1870 a 1912, um total de 488 jornais³ circulou na cidade de Belém, contudo muitos desses periódicos tiveram uma vida curtíssima, com destaque apenas para os jornais *A Província do Pará* e *Folha do Norte*, ambos com longa duração. Toda essa produção de periódicos neste período é fruto da existência, na cidade, de um expressivo parque tipográfico. Economicamente, com relação aos negócios proporcionados a partir da borracha, as empresas tipográficas estabelecidas no mercado local tiveram a facilidade de veicular a publicidade (reclames e anúncios).

E se calcularmos que, em média, cada jornal publicava uma página exclusiva para as mensagens dos anunciantes (reclames publicitários), e que cada página continha, em média 10 reclames, teremos um total aproximado de 11.224 reclames publicados no mesmo período. (SANTOS, 2011: 103).

Os jornais, além de uma fonte de informações e notícias para a sociedade local, eram também uma vitrine de negócios para o comércio local, como podemos notar nas páginas dos diversos periódicos citados

3 Jornais Paraenses – Catálogo. Belém do Pará: Secult, 1985.

acima; e, portanto, é possível perceber, no período estudado, a importância da imprensa na vida das pessoas. Os periódicos apresentam-se como ‘arautos’ representativos do ritmo alucinante das cidades modernas, estampando, cotidianamente, nas páginas impressas dos jornais e, principalmente, em seus editoriais, as notícias, os artigos, os anúncios e os reclames.

2. Um olhar de binóculo

Tanto a imprensa quanto os jornais, ao longo dos tempos, já foram tema de romances e poesias; muitas vezes, como parte do dia a dia das pessoas, como um acontecimento corriqueiro, até certo ponto banal, como a cena descrita no romance *Belle Époque*, no qual a personagem “saía de manhã bem cedo, impaciente para ler os artigos que os jornais consagravam ao caso. Comprava todos os diários, instalava-se num café de boulevard, esquecendo o barulho do trânsito, os gritos dos lixeiros” (GALLO, 1989: 127).

Na Belém da *belle époque* que crescia e se transformava, a imprensa constituía-se como espaço central da divulgação pública. Principalmente nas páginas dos diversos jornais e em outras publicações periódicas da cidade, o jornalismo, a publicidade e a propaganda ganhavam visibilidade e, aos poucos, começavam a se estruturar como atividade comercial.

O movimento intelectual, na idade de ouro da Amazônia, obteve um relevo que, depois, nunca foi superado. Escritores, poetas, jornalistas, formaram brilhante constelação. Em Belém, editavam-se os jornais *A Província do Pará*, *Folha do Norte*, *O Pará*, *A República*, *Diário Oficial*, *Diário do Congresso*. (TOCANTINS, 1982: 125)

Repousa aí o nosso interesse em pesquisar e analisar como era o discurso dos editoriais destes periódicos a *Folha do Norte* (1896), *A Província do Pará* (1876), *O Binoculo* (1897), *O Condor* (1897), *O Empregado do Commercio* (1899), *Echo Juvenil* (1899) e *O Jornal* (1900), que circulavam na cidade de Belém, no período da *belle époque*, e, assim, tentar compreender quais

eram seus diferenciais, suas novidades técnicas e suas notícias; que fatos eram destacados com relação à atividade jornalística e publicitária na cidade, entre o final do século XIX e o início do século XX. E, fundamentalmente, analisar a construção discursiva nos editoriais dos periódicos citados acima.

É fato que a imprensa e os periódicos (jornais e revistas) do período estudado expõem sua opinião ‘particular’ sobre as coisas e o mundo e, em sua atuação, delimitam espaços de opinião, consensos, temas e mobilizações. Tanto que os periódicos da época, em seus editoriais, não cansam de agradecer aos leitores pelo sucesso das suas publicações, o que não deixa de ser uma forma camuflada de propaganda do próprio veículo, como podemos perceber no editorial do periódico literário, crítico e noticioso *O Binocular* (*Anno I – Num. 2*), de 06 de janeiro de 1897, ao afirmar estar mais que satisfeito com o sucesso obtido pelo humilde jornal, no dia do seu aparecimento. E ainda:

às 10 horas da manhã já a nossa primeira tiragem estava esgotada e nós para satisfazer a excessiva procura, abandonamos os folgedos próprios d’esse dia e com incomparável satisfação fomos para a nossa officina proceder nova tiragem, a qual circulou pela tarde. (*O Binocular*, 1897: 1).

Mas o fato é que, em nenhum momento, foi informada qual a tiragem do jornal que esgotou ‘rapidamente’. A seguir, o texto do editorial continua destilando algumas palavras necessárias sobre a linha jornalística do jornal:

Com firmeza inabalável havemos de cumprir o programa traçado, custe o que custar, prometendo, todavia, respeitar a vida privada de quem quer que seja, podem ficar descansados, não há de ser impressa uma só palavra que ofenda de leve sequer, a moralidade pública. O BINOCULO não foi creado para pellourinho de difamações; não, a sua missão é outra – não se enganem. (*O Binocular*, 1897: 1).

Ou seja, a missão do jornal é apenas informar o público e não se meter em fofoca da vida alheia. Em outro ponto, o editorial afirma: “*Ditas estas palavras temos a agradecer também o benévolo acolhimento que nos dispensaram alguns jornaes desta capital, dirigindo-nos palavras de animação*” (*O Binocular*, 1897: 1). Para registro, os jornais foram *A Província*, *o Diário de Notícias*.

A Folha do Norte (Anno 1 – N. 2), de 4 de janeiro de 1896, conforme está impresso no frontispício do jornal, diz ser: “*Absolutamente imparcial, a FOLHA DO NORTE recebe e publica todos e quaesquer artigos, noticias e informações, contanto que lançados em termos convenientes*” (Folha do Norte, 1896:1). Umartigona páginadoisfaladoaparecimentodojornalque venceu todas as dificuldades e conseguiu satisfazer todas as condições necessárias para os resultados proveitosos fornecidos pelo impulso jornalístico. O artigo afirma ainda:

A redacção d’esta folha, julgando ter a orientação perfeita do jornalismo moderno, d’esse incontestável vehiculo de todas as grandezas de um povo, reconhece que não attingiu ainda, nem poderia faze-lo a consecução detudo quanto constitui o fim, escopo de uma folha que toma a seus membros a árdua e gloriosa tarefa de concorrer para o progresso e o engrandecimento d’esta grandiosa região. (Folha do Norte, 1896: 1).

O Condor (Anno I – Num. 1), de 15 de abril de 1897, periódico literário, postal e noticioso, com o editorial intitulado “Novo Rumo”, afirma sob a luz da Publicidade:

Ao lançarmos hoje a luz da publicidade este novo periódico, que vem tomar o lugar que estava reservado ao Carteiro, cremo-nos obrigado a dirigir estas breves linhas aos nossos leitores e ao publico em geral, como justificativa do nosso modo de proceder e da attitude que vamos assumir. (O Condor, 1897: 1).

O proceder diário do jornal, com todas as dificuldades inerentes a um veículo novo, inclui a attitude de serem os escolhidos, não sabemos por quem, como os apóstolos ‘salvadores da pátria’ e, mais ainda, como ‘soldados de honra e do dever’:

Moços que somos e denodados apóstolos das pátrias letras, que têm encontrado n’este vasto colosso, que se chama Brazil, os mais distinctos e venerandos cultorres, não poderíamos continuar como que amesquinados, mal entendidos, a trilhar a mesma senda, sem rompermos as frágeis cadeias que nos prendiam no estreito

circulo em que gyravamos, para fitando ideal mais grandioso e mais sublime, trocamos pelo titulo com que ora nos apresentamos ao publico o modesto periódico, onde com grande somma de difficuldades, nos apresentamos como soldados de honra e do dever, fitando a imagem serena e deslumbrante da justiça e guiados pelas normas sacrosantas do direito. (O Condor, 1897: 1).

O autor não cessa de elogiar os feitos futuros dos responsáveis por todas essas mudanças nas letras pátria, ou ainda como engenheiros da reconstrução do edifício literário, como afirma o editorial:

O Condor, que ora apparece, possuído dos mais nobres intentos, visando um fim todo nobre e altruístico, qual o de concorremos com o pequeno contingente de nosso exforço intellectual para o engrandecimento das parcas letras, precisa, não nos furtamos ao dever dedize-lo, do auxilio dos que collaboram na obra da reconstrução do edificio litterario, do encorajamento dos que sabem comprehender e apreciar conscientemente as concepções grandiosas, para que assim encorajados possamos proseguir, cõscio do nosso valor, si bem que pequeno, até o tempo da difícil jornada pela senda das letras. (O Condor, 1897: 1).

Todo este esforço jornalístico é um legado precioso ‘a serviço da causa’ que é a finalidade diária do trabalho do jornal que ora está sendo lançado:

Ao passo que trabalharemos para este fim não descuraremos também de por as nossas modestas pennas a serviço da causa, que anteriormente já defendíamos, sempre que os nossos serviços forem reclamados a bem da nossa honra e do nosso caracter, que prezamos como o legado mais precioso. (O Condor, 1897: 1).

E, por fim, conclui o editorial: “*Julgamos nas breves linhas que aqui deixarmos, despretenciosas e sinceras, ter traçado a nossa norma de conduta nonovo periódico, cuja publicação agora encetamos*” (O Condor, 1897: 1). A cidade de Belém, com seus ‘modernos ares europeus’ importados de Paris e Londres, não poderia viver sem o burburinho dos cafés, os passeios de

bondes, a diversão dos teatros e a leitura dos jornais diários. Este novo veículo de comunicação, o jornal, com suas páginas impregnadas de informações, é um dos maiores arautos para a propagação de mensagens publicitárias na era moderna.

No movimento de construção de seu projeto editorial, cabe afinal indagar de que modo o periódico constrói sua perspectiva histórica, propõe um diagnóstico da realidade social em um dado processo e conjuntura, como se posiciona no campo da memória social, isto é, de que forma e com que referências articula passado/ presente/ futuro. (CRUZ E PEIXOTO, 2007: 267)

Em seu editorial, o jornal *O Empregado do Commercio* (Anno I – Num. 1), de 15 de agosto de 1899, órgão da ‘Associação dos Empregados do Commercio do Pará’, afirma, com todas as letras, estarmos vivendo em uma época em que havia mais brilho do que na época Grega:

Atravessamos um epocha de completo progresso intellectual, epocha estaquetem mais brilho do queaquellaemque Athenaserao marco, opontodemiradosSabioseGreciaanotamaispalpitantedaPoesia, abalando o próprio filho de Agrippina a disputar umpremio d’entre os mais afamados vates. (*O Empregado do Commercio*. 1899: 1).

E, em sua verve poética, apregoa os milagres da ciência e as benesses do progresso, maravilhas que não poderiam deixar de ter o apoio incondicional da classe trabalhadora dos caixeiros:

Hoje, quando o espírito humano purifica-se no Jordão dos Estudos, quando o silvo da locomotiva, o fumegar do vapor, que atravessa impávido a superfície arrogante dos mares, quando as descobertas de Newton, de Gallileu e tantos outros não constituem um milagre, quando se têmdescerrado as cortinas da Natureza à força de estudo, divisando-se as bellezas que ficam através e, finalmente, quando o homem aperfeiçoa-se, não admira que a *Classe Caixeiral* apresente-se ao publico para offerecer-lhe o fructo de seu trabalhos – um jornal – orgam de sua classe como o é *O Empregado do Commercio*. (*O Empregado do Commercio*. 1899: 1).

E conclui, ainda, citando um dos grandes poetas trágicos grego, Eurípides, que escreveu sobre mitos e tragédias e tem entre suas peças: *Medeia*, *As Bacantes*, *As Mulheres de Troia* e *Electra*. Também cita o filósofo Immanuel Kant para concluir o editorial: “*Concluindo este artigo que nos serve de apresentação, resta-nos dizer ao público que, si no todo d’estas linhas não ha a melodia das estrophes de Euripedes, ha porem a sinceridade de Kant sabendo cumprir o seu dever perante a humanidade*” (O Empregado do Commercio. 1899: 1). Esse dever, para o autor do editorial, deve ser o de reafirmar o papel social da imprensa junto ao seu público.

Em outro editorial impresso no periódico literário, crítico e noticioso, *Echo Juvenil* (Anno I–Num.1), de 20 de agosto de 1899, podemos perceber, mais uma vez, a ênfase na importância da imprensa: “*O attestado mais eloqüente do progresso de uma nacionalidade aquilata-se pela representação de sua mentalidade, notabernaculo de seus acontecimentos – a imprensa*” (Echo Juvenil. 1899: 1). E depois de se autoelogiar, o discurso jornalístico sustenta-se no apoio, que ninguém pode negar, da imprensa como ‘defensora’ dos destinos da humanidade:

Jamais poder-se-á negar os beneficos effeitos que á nobre causa da civilização presta sempre a imprensa, que seria negar o seu mais poderoso factor, seria negar seu potente auxilio nos destinos da humanidade, seria negar a própria fonte, d’onde caudalosamente brota a mesma civilização. (Echo Juvenil. 1899: 1).

Esse contingente de progresso da civilização humana está relacionado ao pensamento antagônico entre passado/presente, que nos remete ao antagonismo entre antigo/moderno, que se aplica ao embate entre duas formas de progresso: “*O do eterno retorno, circular, que Poe a Antiguidade nos píncaros e o progresso por evolução retilínea, linear, que privilegia o que se desvia da antiguidade*” (LE GOFF, 2003: 178). O editorial prossegue iluminando a trilha do verdadeiro jornalismo, ao dizer:

Verdade é que nem sempre a imprensa se arvora em viaducto áureo, por onde deviam circular os refulgentes raios da verdade, que devera sempre illuminar-lhe a trilha; o accidental, porém, não destroe o essencial; somente o modifica. (Echo Juvenil. 1899: 1).

Para então, afirma solenemente e sem nenhuma pretensão (ou será que é o inverso?): “*Não queremos de forma alguma possuir a pretensão ou vaidade de collocar nosso throno em altas espheras, nem de encher algum vácuo, que por ventura possa haver no meio paraense. Não! Longe de nós tal pensamento! [...]*” (Echo Juvenil. 1899: 1). O editorial destaca, ainda, parcimoniosamente, a “humilde” contribuição do jornal ao engrandecimento da pátria e da civilização humana:

O nosso humilde papel limita-se a contribuir, com tudo ao nosso alcance, ao lado dos nobres combatentes alistados nas fileiras do jornalismo paraense, para o engrandecimento da pátria e, por esta forma, dar também nosso humilde contingente ao progresso da civilização humana. Nosso plano é simples e de pequenas dimensões. (Echo Juvenil. 1899: 1).

A dimensão deste fim de século remete à supremacia do progresso da ciência para o presente/futuro da civilização humana moderna. É a razão crítica como premissa científica do ‘verdadeiro’ conhecimento. Sendo assim, o editorial finaliza afirmando não sofrer nenhuma interferência no cumprimento da sua função jornalística de informar, de forma crítica, os fatos a seus leitores:

Sem política de permissão, noticiaremos o que de importante ocorrer; entraremos analyticamente na apreciação dos factos; dando-lhes o cunho da critica, – critica, porém, imparcial é séria; a litteratura abrimos e dedicamos, principalmente, as nossas columnas, buscando sempre alliar o útil ao agradável e não sahindo nunca dos moldes da recta razão. (Echo Juvenil. 1899: 1).

E, por fim, afirmar categoricamente que: “*Se não formos bem succedidos, resta-nos a intima consolação de termos procurado cumprir o dever a que nos impuzemos*” (Echo Juvenil. 1899: 1). Ou seja, mesmo assim, o dever nos chama.

O desenvolvimento das técnicas de montagem e de impressão também era assunto dos editoriais dos periódicos da época, como o texto de O Jornal, publicado em 16 de setembro de 1900, em sua primeira página, dando

explicações sobre o formato do periódico:

A Direcção d'O Jornal julga necessário affirmar que o pequeno formato d'esta folha e definitivo. Recomendam-n'o as exigências de manusear um jornal no Bond. O grande formato faz de um jornal um trabalho.

Argumentando, pois, a matéria a publicar n'O Jornal argumentar-se-a o numero de suas folhas, nunca o tamanho de suas páginas.

Assim procedendo pensamos ainda em bem servir o público e, principalmente, o commercio annunciante. (O Jornal. 1900: 1).

As explicações técnicas do formato do jornal reforçam, em certo sentido, que até mesmo a experimentação por parte dos veículos deve ter como foco principal a preocupação com o público (leitor) 'manusear um jornal no Bond' e com o anunciante (comércio em geral). Essa relação de mão dupla (publicidade e jornalismo, e vice-versa) é histórica, sendo gestada, experimentada, criticada e apreendida continuamente ao longo dos tempos. Até mesmo como forma de sobrevivência dos próprios jornais.

Os movimentos do mercado, em virtude das atividades mercantis que acompanham as oscilações do câmbio, as cotações das praças, impõem ao jornalismo uma postura comercial, segundo o historiador Arthur Vianna: *"O nome Diário, dado ao livro em que o commerciante lança as suas operações, como á gazeta em que elle bebe as suas informações, revela bem a precitada analogia"* (VIANNA apud SANTOS, 2011: 98). Ainda segundo Vianna, não é de se admirar que numa capital *"onde apolítica e o commercio são as manifestações principaes, se não exclusivas da actividade humana, se encontrem todas as modalidades da imprensa, conforme a pouco observamos, concentradas n'umaúnica: o jornalismo"* (VIANNA apud SANTOS, 2011: 98). Assim, apesar dos casos raríssimos de aparecimento de alguns periódicos literários e artísticos, pode-se afirmar, conforme Vianna, que, sempre, ou é de cunho comercial ou é de cunho político a imprensa paraense e, com muita frequência, as duas coisas ao mesmo tempo.

Parece até que n'esta duplicidade temresidido a principal condição de vida do jornalismo do Pará, onde a folha exclusivamente mercantil

ou exclusivamente doutrinaria, nunca pôde lançar raízes e assimilar os elementos necessários para a conservação da sua existência. A razão é simples: ao commerciante não sobrava tempo para ser jornalista, nem ao jornalista político os meios pecuniários para dispensar o concurso do commercio. (ÁLBUM O PARÁ, 1900: 117).

Para Vianna, as causas disso devem-se ao conservadorismo dos partidos e à sua excelente relação com a classe comercial de então; na sua maioria composta por estrangeiros e, por isso, indiferente à política do País e, portanto, sem a menor aptidão para discutir problemas políticos locais. Por outro lado, o autor comenta a importância do jornalismo para a vida na cidade e sua importância no meio social:

Sendo a imprensa, quando dispõe da necessária liberdade, um espelho que reflecte fielmente o estado da sociedade e a corrente dos espíritos, é natural e lógico, que os seus órgãos se agrupem ou se condensem ao redor dos factos importantes, que abalam periodicamente a mesma sociedade. (ÁLBUM O PARÁ, 1900: 117).

Em nota publicada no jornal Diário de Notícias, de 17 de março de 1898, podemos observar a estrita relação entre o fazer jornalístico e o fazer publicitário da época e sua relação com os leitores, ao informar: “*O publico d’ora em diante não encontrará mais difficuldades em publicações de artigos, reclames e annuncios*” (Diário de Notícia, 1898: 3); desse modo encontramos no mesmo ‘balaio’ comercial o jornalismo e a publicidade; a nota continua: “*pois Diario fará grande redução de preços em todas as publicações*” (Diário de Notícia, 1898: 3), e a preocupação tanto com o público leitor quanto com o público comerciante, ao dizer: “*facilitando assim os meios de todos falarem pela imprensa, sem lhes ser muito dispendioso*” (Diário de Notícia, 1898: 3). Ou seja, o jornal Diário de Notícias prestava uma ‘humilde’ contribuição para o desenvolvimento econômico e industrial da cidade, auxiliando os “pobres” comerciantes a divulgarem suas mercadorias ao público em geral.

Se a história é a ciência do tempo, a leitura crítica desses editoriais, portanto, legam-nos opiniões, testemunhos documentais de um lugar social datado historicamente, ao que parafraseando Jacques Le Goff: Datar

é e será sempre uma das tarefas fundamentais do ‘pesquisador’. E, ainda, segundo Le Goff, *“Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente”* (2003: 51); sem esquecer o que afirmam Cruz e Peixoto, que, desde há muito tempo, é certo o passado não nos legar testemunhos neutros e objetivos, portanto, segundo as autoras: *“Todo documento é suporte de práticas social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui”* (CRUZ, PEIXOTO, 2007: 259). E essa imprensa requer um trabalho de leitura crítica da sociedade que a construiu:

Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. (CRUZ, PEIXOTO, 2007: 260)

Todas essas considerações e mudanças causadas pelo surgimento do jornal impresso irão influenciar e, ao mesmo tempo, participar ativamente da esfera pública e privada, ou seja, “A esfera privada compreende a sociedade civil burguesa em sentido mais restrito, portanto o setor da troca de mercadorias e do trabalho social; a família, com sua esfera íntima, está aí inserida”. (HABERMAS, 2003: 46). Afinal, a imprensa é mais ou menos contemporânea ao surgimento das bolsas de valores (economia) e dos Correios (comunicação). Não é à toa que Habermas (2003) afirma,

“O público pode aceitar esta exigência tanto mais porque precisa apenas trocar a função do instrumento com a sua administração já tinha tornado a sociedade uma coisa pública em sentido estrito: a imprensa”. [E, portanto,] “O que é submetido ao julgamento do público ganha ‘publicidade’”. (HABERMAS, 2003: 41).

3. Ponto final typographico

Os diversos tipos de periódicos vão surgir pouco menos de cem anos depois da invenção de Gutenberg e vão alastrar-se pelos países europeus tanto quanto pelos países da América Latina, a partir do século XVII.

Há desde o início uma notável consciência da natureza do jornalismo periódico: jornal deriva-se do Frances journal, de jour, “dia”, e gazeta possui curiosa etimologia, pois gazzetta era uma pequena moeda veneziana com a qual se compravam as notícias (impressas) a respeito do Oriente, naquela cidade marítima – e um dos primeiros comentadores chegou a propor para a palavra a etimologia ganz Zeit (al., todo o tempo). (DORIS, KATZ e LIMA, 1975: 330).

E juntamente com os periódicos, surgem também a publicidade e a propaganda, tanto que uma característica peculiar dos jornais da época é o uso da última página e da contracapa para a utilização de mensagens publicitárias; o que demonstra a existência, na época, de uma convivência pacífica entre a atividade jornalística e a publicidade, já que é muito comum encontrarmos, nas páginas dos periódicos, as notícias misturadas com as mensagens publicitárias. No entanto não encontramos em nossas pesquisas registros oficiais sobre a existência de um profissional de publicidade, como existe nos dias de hoje, mas é evidente que a atividade publicitária se fazia presente no cotidiano dos jornais e do comércio da cidade de Belém. Assim, podemos buscar essa imagem do publicitário nos fazedores de reclames e anúncios, que, muitas vezes, são os próprios profissionais que exercem atividades gráficas e jornalísticas nos próprios jornais.

Conforme observado na análise dos editoriais dos periódicos publicados à época, podemos considerar que há um número expressivo de jornais impressos; muitos, é verdade, com vida bastante efêmera, não passando de três meses, outros, no entanto, chegando a durar mais de um ano de circulação. Mas todos sempre esperançosos, pelo menos em seus editoriais, de alcançar o sucesso por meio do reconhecimento do público (leitores) e, é claro, dos colaboradores (anunciantes).

Nesse processo de configuração dos veículos, seus conteúdos e formas, as convenções sobre como deve ser feito e o que deve conter um determinado jornal ou revista são negociados social e culturalmente, num espaço de um diálogo conflituoso sobre o fazer imprensa a cada momento histórico. (CRUZ E PEIXOTO, 2007: 261).

O contexto histórico da belle époque em Belém, impresso nas páginas dos periódicos da época, apresenta-nos diversos reclames e anúncios, muitos deles mais no estilo jornalístico do que no publicitário, informando aos seus leitores todas as novidades comerciais, industriais e de moda trazidas para a cidade pelos navios e vapores que chegavam ao porto da cidade, repletos de mercadorias vindas da Europa e dos Estados Unidos da América e saíam abarrotados de látex, ou seja, os jornais publicavam ‘todas’ as notícias, as novidades e os acontecimentos da cidade, já que, na Belém do final do século XIX e do início do século XX, a tarefa ‘publicitária’ era realizada pelos próprios jornais, por meio de seus redatores e ilustradores, ou pelos próprios anunciantes, pessoas que, com sua verve poética e tinocomercial, realizavam a criação do reclame ou do anúncio publicado nas páginas dos jornais matutinos e vespertinos da época, como também era feita pelas empresas ‘typographicas’ existentes. É importante perceber que essa relação de mão dupla (publicidade e jornalismo) é histórica e contínua, sendo gestada, experimentada, criticada e apreendida ao longo dos tempos.

Referências

ÁLBUM O PARÁ EM 1900: quarto centenário do descobrimento do Brazil. Belém do Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900.

CRUZ, Heloisa F.; PEIXOTO, Maria do R. C. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. n. 35. São Paulo: EDUC, 2007.

DORIS, Francisco A.; KATZ, Chaim S.; e LIMA, Luiz Costa. **Dicionário Básico de Comunicação**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GALLO, Max. **Belle Époque**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1989.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

JORNAL ECHO JUVENIL. Belém do Pará, 1899.

JORNAL O BINOCULO. Belém do Pará, 1897-1898.

JORNAL O CONDOR. Belém do Pará, 1897.

JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém do Pará, 1898.

JORNAL O EMPREGADO DO COMMERCIO. Belém do Pará, 1899.

JORNAL A FOLHA DO NORTE. Belém do Pará, 1896.

JORNAL O JORNAL. Belém do Pará, 1900.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SANTOS, Luiz Cezar S. dos. **publiCIDADE belle époque: A mídia impressa nos periódicos da cidade de Belém entre 1870-1912**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 2011.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO PARÁ. **Jornais Paroaras – Catálogo**. Belém do Pará: Secult, 1985.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: Natureza, homem e tempo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

Capítulo 3



A conformação do gosto nas interações da quadra junina

Marina Ramos Neves de Castro

Resumo

O artigo pretende fazer uma descrição e, quiçá, uma interpretação, do fenômeno do gosto na experiência estética e comunicativa de um grupo de quadrilha¹ junina² – tradicional manifestação cultural, presente nas diversas regiões brasileiras mas que apresenta peculiaridades em cada uma delas. Acompanhamos uma quadrilha junina de Belém, Brasil, durante a quadra junina do ano de 2015. Procuramos observar sua cultura material e suas práticas sociais, particularmente em relação à dimensão estética e sensível da sua vivência.

Palavras-Chave: Fenômeno do Gosto; Quadrilha Junina; Experiência Estética.

1. Introdução

Poderíamos começar perguntando qual é a natureza das relações entre os sujeitos que compõem o grupo junino, o grupo de quadrilha junina, e o que os envolve enquanto partícipes da quadrilha. Observamos a natureza social e sazonal do grupo e também sua natureza cultural, pois o grupo é o resultado de uma interação, de uma forma de comunicação: ele é uma forma particular de estar junto, o resultado de inter-relações de sujeitos e

1 A quadrilha está presente no universo holandês, francês, inglês e português. Evoca referências do universo rural. Ver pinturas de Rubens, século XVII, região da Flandres e referências europeias. Alguns indicativos podemos encontrar no trabalho de Leal (2011) sobre a quadrilha moderna Belém do Pará nos anos 80.

2 A quadrilha, assim como o boi-bumbá e as festas juninas são vistas como brincadeiras, e aqueles que delas fazem parte são seus brincantes. O mesmo acontece com os brincantes do carnaval; aquele que se apodera do carnaval, fantasiado ou não, sai às ruas ou vai a bailes para brincar. Aquele que participa de uma festa coletiva, folclórica e popular.

do sujeito com o seu mundo, o seu entorno. Essa forma social, ou cultural, compartilha códigos socialmente estabelecidos e os incrementa, alterando-os, na medida em que os atores sociais interagem e atuam socialmente.

Ao procurarmos compreender a experiência social da quadrilha como interação social e como partilha do gosto, estamos pensando na sua dimensão comunicacional. O fazemos a partir da perspectiva de Maffesoli (1999) de que a comunicação constitui um fato social conformado intersubjetivamente e a partir da interação social. Nessa compreensão, também utilizamos a sociologia formista de Simmel (2006), que compreende a comunicação como a própria base do tecido social, sendo ela, para esse autor, análoga ao processo de interação social.

Para a realização deste trabalho observamos as quadrilhas juninas apresentadas em 2 eventos em Belém do Pará durante a quadra junina, ocorrida no mês de Julho de 2015, nos espaços do Centur, onde ocorre o Arraiá da Capitar, evento este realizado pela Fundação Cultural do Pará, órgão do Estado do Pará; e no Portal da Amazônico, localizado na orla de Belém, evento realizado pela Prefeitura de Belém. Durante quinze dias, assistimos 30 quadrilhas e entrevistamos 26 pessoas, procedendo com uma perspectiva de observação participante. Convém observar que entendemos a dinâmica quadrilheira enquanto cultura material, com seu vestuário, tecidos, fitas, bordados, flores, rendas, saias, mijões...; sua música; sua dança, com passos e coreografia, a estrutura geral do bailado. Assim, nós compreendemos que a quadrilha como o conjunto da música, dança, vestuário, mas, também, partilha e gosto, que podem ser compreendidos como cultura material.

Observo, antes de construir minha interpretação, que não acreditamos na possibilidade do pesquisador cultural/social poder realizar uma pesquisa sem que ele próprio interfira na interpretação. O pesquisador, o autor da interpretação, leva juntamente com a pesquisa suas próprias experiências de mundo, colocada através da escolha do objeto, da forma como o objeto é abordado, das teorias e conceitos escolhidos, das construções para a concretização e evidência do objeto, dentro tantas outras possíveis escolhas.

Convém observar, para iniciarmos o trabalho, que, se a cultura é, segundo Geertz, um sistema de símbolos e significados e que deve ser

considerada como um “*um conjunto de mecanismos de controle — planos, receitas, regras, instruções (que os engenheiros de computação chamam “programas”) — para governar o comportamento*” (Geertz, 1978:32). Por outro lado também estamos de acordo com Godelier, que observa que “*l’identité d’un group est toujours le produit d’une histoire particulière, une ‘construction’ historique, qu’elle est toujours plurielle, ouverte sur des emprunts possibles*” (GODELIER, 2010: 25). Ou seja, cultura é tudo que coloca Geertz sem, no entanto, deixarmos de observar que ela é mutante.

Com Godelier (2010) partilhamos a ideia de que as relações construídas historicamente conformam e são conformadas como resultado da relação entre o imaginário e o simbólico³. Entendemos que o simbólico é o que dá concretude ao imaginário, possibilitando que o imaginário possa ser compartilhado. A ênfase para a construção do social estaria justamente, de acordo com nosso entendimento e partindo das reflexões de Godelier, na relação entre o imaginário e o simbólico. Observamos ainda que, para Godelier, é o simbólico que transforma o imaginário em relação social real. Assim, a presença desse círculo, agora conformado entre o imaginário e o simbólico, ou entre o imaginário e o concreto, está presente na conformação da interação ou na produção da sociabilidade. Círculo este que evoca, novamente, o círculo hermenêutico do conhecimento que vai engendrar a sociedade ou, uma forma de estar junto, ou ainda, uma cultura (Cf. GADAMER, 2006).

Compreendemos que a interação sobre a qual pretendemos falar está, portanto, e de acordo com o que foi colocado acima, inserida em um contexto cultural regional – Belém do Pará; e, também, uma interação que encontra em seus partícipes os componentes que incrementam continuamente essa interação, que se desenrola ao longo do tempo, fazendo-a plural e aberta a mudanças.

Os componentes são aqueles que conformam a cultura material presente.

E o gosto, onde fica nessa história? Como perceber o gosto? Como

3 Diferentemente de Levi-Strauss, Godelier observa que os componentes da ordem do imaginário têm o primado sobre os simbólicos, ainda que o simbólico seja aquele que dê concretude ao imaginário e possibilite que esse imaginário possa ser compartilhado (Godelier, 2010).

compreender sua formação através de sua materialização, a partir de um aporte antropológico? Antes de tocarmos em nosso objeto de estudo, é necessário que apontemos as premissas que nos orientam para a elaboração deste trabalho.

Para a construção dessas premissas acompanhamos o pensamento de Landowsky (2013), Godelier (2010), Simmel (2013) e Maffesoli (2005; 1999) e, a partir da reflexão que temos desses autores, entendemos o gosto como aquilo que é sentido e que ganha concretude nas ações, nos desejos, nas escolhas, para satisfazer um determinado prazer. O gosto é percebido, criado e incrementado pelas interações estéticas⁴ e, ousamos dizer, estéticas⁵, inerentes ao indivíduo. A partir da vontade e da necessidade de compartilhar tal sensação, compartilha-se igualmente o valor conferido a elas. Portanto, podemos intuir, já no preâmbulo deste artigo que a temática do gosto é uma temática relativa a experiência de aspectos sensível (Cf. SILVA, 2014), consequência ou efeito da interação.

Entendemos, portanto, o gosto enquanto um processo que é constituído continuamente em sociedade. Processo este *“realizado nos indivíduos, que condicionam sua existência enquanto sociedade – não como causas antecedentes no tempo desse resultado, mas sim como processos parciais dessa síntese que nós, de maneira condensada, denominamos “sociedade”* (SIMMEL, 2013: 656)

Esse processo social, do qual o homem faz parte, não é, segundo Schutz (2012) um “mundo apenas físico, mas também sociocultural... um mundo pré-organizado e pré-constituído cuja a estrutura particular é o resultado

4 Experiências estéticas são de caráter sensitivo. Acompanhando o pensamento de Landowski, observo que essas experiências são aquelas vivenciadas a partir das interações do indivíduo (e de seu imaginário) com o mundo tal qual ele se mostra, intermediado pelo valor simbólico construído socialmente. Para Landowski se trata de *“une classe d'interactions dans lesquelles la sensibilité du sujet – en tant que corps-sujet – se trouve mise à l'épreuve dans une confrontation avec la matérialité des choses ou avec la présence charnelle d'autrui.”* (Landowski, 2013: 25)

5 Experiência estética é compreendida aqui como aquela experiência que tem a habilidade ou aptidão de compreender, ou, melhor, apreender as percepções e sensações provocadas pelas qualidades que emanam das coisas do mundo, mas, também e, principalmente, que são frutos das relações que se estabelecem entre sujeito-objeto e/ou sujeito-sujeito e/ou sujeito-mundo (Cf. Landowski, 2013: 35-37). Esse conceito é completado pela noção maffesoliana (1999) de estética, enquanto sentir-junto. Em Maffesoli a estética é um sentir-junto que se reverbera em formas de se estar no mundo. Essa experiência resultante do encontro, da interação, primeiramente ocorre no nível dos sentidos para, em seguida, reverberar-se na concretude do mundo material. Por outro lado, esse mundo material, ao qual tomamos contato em nossas experiências de mundo, novamente provoca percepções, sensações, e engendram conhecimentos que, novamente, concretizam-se nas ações humanas, nas formas culturais, que, em um círculo sem fim, concretiza o que concebemos como o círculo hermenêutico da experiência e do conhecimento humano que reverbera nas formas de estar no mundo.

de um processo histórico que, portanto, é diferente em cada cultura e cada sociedade” (SCHUTZ, 2012: 91) Portanto, como coloca Schutz é um mundo que preexiste ao sujeito e no qual já inserido ele vivencia o mundo, ele o sabe.

(...) o mundo social no qual o homem nasce e no qual ele precisa encontrar seu caminho é experienciado por ele como uma estreita rede de relações sociais, de sistema de signos e símbolos, com sua estrutura particular de significados, de formas institucionalizadas de organização social, de sistemas de status e prestígio etc (Schutz, 2012: 92).

Esse mundo experienciado é esse mundo sabido, que advém de um saber (Wissen), do qual fala Simmel, ou seja, saber resultado de uma experiência, de uma forma de um estar, de vivenciar o mundo que não é necessariamente de forma racional, mas vivencial, emocional, intuitiva, perceptiva, subjetiva e, também, objetiva e racional.

O gosto, em nosso entendimento, seria o resultado, não imutável, não fixo ou acabado, de uma forma de estar no mundo. Seria o resultado temporário, fugaz e interativo de formas de se estar no mundo. E se compreendemos o indivíduo como ser fragmentário, no sentido simmeliano, o gosto também refletirá essa composição temporária que se conforma no tempo e no espaço que aquiesce de acordo com as interações que a acomodam.

Mapeemos a conformação do gosto. Ele ocorre na interação entre o sujeito, o sujeito-objeto, aquele que sofre e causa às impressões do sujeito - ele é um dos motivos diretos da estesia do sujeito ao com ele entrar em contato, pois as qualidades sensíveis do sujeito-objeto são conferidas pelo sujeito – e também, pelo o ambiente sócio-histórico-cultural e pelo valor do objeto conferido e pactuado socialmente e o ambiente sócio-histórico-cultural - também um dos emuladores ou conformadores da estesia do sujeito, além de conformar o próprio sujeito e o próprio sujeito-objeto. Ressaltamos que nenhum desses elementos se conformam de maneira isolada. Eles só se conformam na interação, na relação que se estabelece entre os três. Observe-se ainda que na interação o sujeito não é neófito, como observamos anteriormente: ele traz consigo percepções, escolhas e valores já conformados

anteriormente que vão contribuir para uma nova percepção, assimilação e inferência de novos valores, de valores sobre o novo, diante da nova interação. Assim, confirmamos o círculo contínuo entre sujeito e sujeito-objeto, não só intermediado pelo ambiente sócio-histórico-cultural, mas fazendo desse ambiente mais um elemento de composição da conformação do gosto. Novamente evocamos aí o círculo hermenêutico – seja da interação, seja do conhecimento, seja da percepção -que procuraremos desenvolver mais a frente.

Partimos do pressuposto de que o gosto evoca uma “*espécie de poética do viver, do provar e do sentir*” (SILVA, 2014); portanto, como *saisir*, captar, mensurar e analisar – tudo o que a ciência exige – o fenômeno, sem reduzir a sua complexidade à simples categorização cientificista que teria grandes possibilidades de mascarar o objeto?

A tentativa, exigida pela ciência, de categorizar para legitimar a pesquisa, não se coaduna com o que acreditamos e partilhamos com Landowski, que coloca que “*nous abstenant de catégoriser les choses, nous les laissons déployer, dynamiquement, leurs potentialités interactionnelles en tant que (quasi) sujets*” (2013:56). Sim, quase sujeito, pois assim vemos e tratamos nossos objetos de pesquisa. E a tentativa da qual me refiro, fica sempre no estado de tentativa, pois é uma alienação o que o pesquisador faz com a coisa-objeto categorizada, o que não poderia ser possível quando se pretende estudar a cultura, objetoinerente à interação, e sem a interação não seria possível sua existência. Dito isto, evidenciamos nosso lugar enquanto pesquisadora e a forma, provável, de como esta pesquisa se constituirá. Afinal, as escolhas evidenciam critérios prévios já assimilados (cf. LANDOWSKI, 2013: 38), que isso sirva para os gostos, para a política ou para o que quer se seja na construção do conhecimento.

2. A quadrilha junina

A quadrilha junina é uma instituição⁶, seja no Brasil, seja no Pará ou Belém. Ela está presente nas escolas e nas comunidades, nas ações públicas. Está presente nas ações de grupo, enquanto grupo folclórico, que partilha uma forma específica do estar junto durante a quadra junina. Essa forma se materializa através da quadrilha junina, com roupas, danças, música e componentes específicos da dinâmica do grupo que torna o grupo enquanto tal.

A dinâmica da quadrilha é conformada pela interação de diversos elementos, dentre eles, o que nos saltam primeiramente aos olhos são a indumentária, a musicalidade e os movimentos corporais. Esses elementos juntos conformam uma estética, uma determinada estética, a partir da qual podemos perceber um gosto, um determinado gosto que se materializa nesta manifestação folclórica⁷. Um gosto que se materializa na cultura material materializada pelo grupo e legitimada pelos seus expectadores.

3. Como o gosto se materializa?

Mas não busquemos uma simplificação do gosto partilhado, seja este partilhado por classe social ou classe econômica. Mas, busquemos uma complexificação da conformação do gosto, no sentido de que entendemos que o gosto se constrói a partir de um emaranhar relacional entre a subjetividade

6 As Instituições podem prescindir de materialidade. Elas são consentimentos sociais que organizam a vida em sociedade, estabelecendo, ratificando e retificando normas e regras, estabelecendo comportamentos, incrementando e conformando uma forma social, uma socialização.

7 Tomamos o sentido da palavra folclore segundo a colocação de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, “a idéia de folclore designa muitos simplesmente as formas de conhecimento expressas nas criações culturais dos diversos grupos de uma sociedade” (1980: 1) e de Maria Cecília Londres Fonseca, “Folclore e cultura popular são categorias de nosso pensamento, integram uma forma de organização social, um certo modelo civilizatório, e foram forjadas por uma tradição de estudos datada. Não estão dadas na realidade das coisas, definidas de modo indiscutível e de uma vez para sempre. Seu conteúdo de sentido varia ao longo de sua existência e essa variação traduz um importante debate.” Fonseca (2001) Comunicação foi apresentada no Seminário “Patrimônio Cultural e Identidade Nacional”, na mesa-redonda sobre Cultura Popular, promovida pela Frente Parlamentar de Apoio à Cultura Popular. Congresso Nacional / Distrito Federal, de 24 a 26 de setembro de 2001. Foi publicado na Revista Tempo Brasileiro, n. 147. Patrimônio Imaterial. Rio de Janeiro. 2001. pp. 69-78

do indivíduo, que é da ordem do sensível, e a objetividade, ou seja, àquela vista através das convenções que se estabelecem socialmente, ainda que essas também sejam de ordem subjetiva e, nem sempre, racional.

Na tentativa de construir uma teoria do gosto, Landowski (2013) interpreta o gosto como um efeito da interação, observando que, a priori, o gosto e o sentido das coisas não existem, e que eles passam a existir e a ter valor conferido na apreensão e no conhecimento, que será negociado, seja socialmente, seja na construção do próprio processo de identificação individual, mas com interferência de outros elementos, como o mundo, as coisas, a cultura já adquirida que sustém uma forma de percepção e que treina o sujeito a perceber e a fruir o objeto de gozo. Para o autor, *“le goût, en tant qu'effet de sens, se constitue cas par cas dans le procès même de construction réciproque de ce «sujet» et de cet «objet» à l'avantage de leur rencontre en tant que partenaires interagissants »* (LANDOWSKI, 2013 : 20). Ou seja, na conformação do gosto, sujeito A e sujeito B⁸, seja B coisa ou objeto, são atores ativos na construção do gosto. Sujeito e cultura material fazem parte desse embrincamento na constituição e na amoldamento do gosto.

Evidenciando essa construção recíproca, e, também, essa construção fragmentada do sujeito que constrói processos e se constrói em sociedade, Simmel coloca que

O olhar do outro, entretanto, integra essa existência fragmentada de tal modo a fazer dela algo que nunca pura e completamente somos. ... assim como nós integramos o ponto cego em nosso campo de visão sem que dele tenhamos absolutamente nenhuma consciência, assim também formamos, a partir dessa existência fragmentada, o acabamento [Vollständigkeit] de sua respectiva individualidade.” (SIMMEL, 2013: 659)

O gosto se constrói nesse processo, intermitente e negociável. É no grupo ele é, antes de tudo, negociado, já que o grupo é um ser coletivo que precisa definir socialmente uma determinada identidade, que é aderida pela

8 Ou sujeito e sujeito e/ou sujeito e objeto e/ou mundo. Ou seja, não importa se o sujeito B é coisa ou pessoa, ele é ativo porque ele sofre a intencionalidade do sujeito A, produzindo em A uma intencionalidade e, portanto, o sujeito B transforma-se em sujeito ativo, ou melhor, como coloca Landowski, sujeito actante.

sua aparência frente ao espectador. No entanto esse grupo está inserido em um ambiente maior, do qual sofre influência e é influenciador.

A prática da vida nos impele a configurar a imagem da pessoa⁹ unicamente a partir de seus fragmentos reais (ou seja, das partes dessa pessoa que conhecemos [wissen]¹⁰ de maneira empírica); mas essa mesma prática está baseada naquelas alterações e complementações, nas reformulações daqueles fragmentos dados que levam à universalidade de um tipo e ao acabamento da personalidade ideal. (SIMMEL, 2013: 659)

O que vemos ao entrarmos em contato com o grupo é uma determinada estética que evoca para o observador, mas também que materializa um gosto, que é conformado e evidenciado por um pouco do gosto de cada partícipe, através de pequenos ou grandes traços. Essa negociação também é uma negociação entre duas tendências correlatas de gosto que, segundo Landowski (2013: 24) podem se ajustar ou se confrontar. De um lado temos o gosto de gozar, de ter prazer das coisas, do mundo, do outro, quando transformamos o outro em objeto de prazer, este outro seja objeto seja sujeito; e, de outro lado temos aquele gosto que gera o prazer do outro, quando o sujeito faz algo pensando no prazer do outro, podendo este prazer também ser o seu.

Ainda que esta segunda forma de prazer seja o prazer de si próprio, nos propomos, no caso, a superar a dicotomia entre o eu e o outro, entendendo o prazer e a fruição do gosto como o resultado de um determinado prazer. Assim, observando que a necessidade de agradar o outro vai também contribuir na conformação do gosto, podemos ainda acrescentar que não somente o agradar o outro, o gostar referente ao outro, aquele que assiste, mas compreender que, em agradando o outro também agradamos a si próprio, nos conferimos prazer a partir do prazer do outro, duas vertentes das formas do gosto evocadas por Landowski (2013), pois o gosto seria um elemento de busca de prazer, busca de satisfação de prazer que geraria felicidade, de acordo com o autor (LANDOWSKI, 2013).

Observamos aqui o vínculo entre o gosto e o prazer (LANDOWSKI,

9 E nós, diríamos, desse grupo junino.

10 Importante observar que o termo *wissen* está mais para o saber, de ordem vivencial, do que para conhecer, de ordem racional e/ou intelectual. Mas seguimos aqui a tradução do texto e os indicativos do tradutor no estabelecimento da diferença.

2013: 26-27), corroborando que o gosto se constrói em ações e objetos que tendem a gerar o prazer. Ou seja, o gosto se constrói, ou se conforma, a partir das experiências de mundo adquiridas pelo sujeito, que testa e constrói essas (suas) experiências na interação com as qualidades do sujeito-objeto em um determinado espaço-tempo.

Com relação a negociação evocada acima, observamos a relação entre os diversos outros elementos participantes dessa conformação, dentre esses elementos que corroboram na conformação do gosto e da geração de prazer, temos o público espectador do espetáculo, aquele que assiste e que confere valor ao grupo junino, vendo no grupo o gosto do mesmo através das escolhas feitas e apresentadas na interação, ou seja, durante a apresentação para o público.

4. Elementos que compõem o cenário interpretado

Como já observamos acima, os principais elementos que compõem o cenário interpretado e que conformam o gosto, estão expostos, se dão a ver, através do vestuário (indumentária), da dança (movimentos corporais) e da música (sonoridade através da qual o corpo se movimenta). Acrescentamos agora o público espectador, o ambiente onde a quadrilha é apresentada e os demais adereços utilizados) chapéu, flores, fitilhos, cestas, vassouras, assim como outros elementos que variam segundo uma história contada pelo grupo no momento do conto, no momento da apresentação.

Observando as quadrilhas que se apresentaram na quadra junina de Belém em 2015, no concurso promovido pela Fundação Cultura de Belém - FUMBEL e no promovido pela Fundação Cultural do Pará - FCP quando há pouca variedade dos grupos de quadrilhas apresentadas, pois a FUMBEL promove a competição das quadrilhas do município de Belém, e a FCPTN promove àquelas do Estado do Pará, mas, ocorrendo em Belém há uma incidência maior de apresentações de quadrilhas da capital; podemos notar algumas similitudes que evocam a conformação do gosto coletivo e na

assimilação deste, pelos partícipes da quadrilha, pelo público e, também, pelos jurados, que através de suas avaliações, materializadas em notas, legitimam o contexto, a quadrilha e as escolhas feitas pelos grupos quadrilheiros.

O vestuário é o primeiro elemento que leva o observador a intuir uma quadrilha. Em seguida, tão importante quanto ao vestuário é o agrupamento dos elementos humanos que a compõem, assim as disposições dos brincantes em relação uns aos outros do grupo. Dependendo da situação, se for a um ensaio da quadrilha, o agrupamento se sobrepõe ao vestuário, visto o vestuário ser usado no momento da apoteose do grupo, nas apresentações ocorridas nos concursos de quadrilha ou em apresentações sociais, quando são convidados para dançar em festas juninas, aniversários, etc. O agrupamento se dá aos pares, que em uma desordem gerada em um momento pausa do treino e espera, mantém certa linearidade, os pares próximos, sendo mulheres de um lado e homens de outro, o que assegura certa imagem em par.

Existe, dentro do grupo junino, a quadrilha, os subgrupos, gerados por animosidades ou empatias, como no fluxo de qualquer interação. No entanto, a evocação do grupo no confronto com demais quadrilhas supera os atritos vivenciados ao longo dos treinos.

A festa

A quadra junina é composta pelos mesmos elementos que evocam uma festa, como a dança e a música, além de seus partícipes, pessoas que se envolvem, interagem e partilham com esses elementos. Essa festa é caracterizada por um tema, o junino, que evoca o universo caipira e rural, ainda que ocorra em um ambiente urbano; o rural e caipira fica apenas na evocação, no desejo, na apresentação da quadrilha.

Uma característica particular da festa é o seu caráter dionisíaco¹¹. Ainda que essa peculiaridade não ocorra a seus extremos, chegando ao êxtase completo e embriagador. Mas, uma parcela da festa reponde às

11 Portal, compreenda-se a ideia de abundância, delimitada e derrisão presente no mítico pré-helênico de Dionísio, a divindade que, associada à embriaguez e ao vinho, sugere a libertação das convenções e o espírito coletivo, por oposição ao centrismo individualista e racionalista de Apolo. O tema, tornado clássico por Nietzsche, foi também trabalhado por diversos autores, dentre os quais Maffesoli, que, na sua leitura das socialidades contemporâneas, descreve a importância cultural do êxtase dionisíaco na conformação das festas e das sociabilidades contemporâneas.

características dionisiacas. Dionisiaca, porque mexe, através do ambiente, da música, da dança, dos elementos imagéticos e sinérgicos que a compõe e estimulam, com os sentidos, com o sensitivo. Esse sentimento dionisiaco pode ser observado nas palavras de Vani, quadrilheira, brincante da quadrilha Romance Matuto de Canudos:

Maravilhoso, esplendido, uma emoção única, só quem está na quadra sabe a emoção que a gente tem. O mais bonito étudo, O conjunto em si é lindo; a quadrilha montada é linda. Tanto o cabelo, maquiagem, tudo. ... É um trabalho de 6 meses que vale muito a pena. Eu danço há 13 anos...” (2015) ¹²

Sua ênfase está justamente em incrementar com os elementos que conformam o espetáculo – a quadrilha na sua apresentação as sensações inerentes ao indivíduo, muitas vezes provocando êxtases que, comumente, são tomados como estados de felicidade. Portanto esse caráter dionisiaco da festividade, possibilita que a sensação e a percepção do sentimento de prazer deixe de lado possíveis categorizações dos elementos empregados que possibilitam o desenvolvimento e a dinâmica das potencialidades interacionais entre o grupo, e de cada sujeito no concurso, quando ocorre a apoteose daquele estar junto e, ainda que não seja só isso, institucionalmente todo o trabalho do grupo é voltado para aquele evento.

O vestuário

Configurado o grupo, o vestuário, que contribui para a coesão do grupo, para a construção da história a ser contada ao público e aos jurados, que contribui para o incremento de uma identidade temporária, vinculada a um conto, mas também ao próprio grupo, gerando aí um processo de identificação. O vestuário, faz parte dessa cultura material que contribui para a identificação, coesão, através do pacto da aceitação e admiração pelo que se porta, a roupa.

¹² Entrevista concedida a pesquisadora no dia 16 de junho de 2015, das 20h30 às 21h, após a apresentação da quadrilha no espaço do Centur.

Um bom exemplo disto é a participação da família do Sr. Vavá, dono¹³ da quadrilha Santa Luzia, onde os dois filhos participam, nora, sobrinhos, enquanto brincantes e envolvendo demais familiares – esposa, cunhado, cunhada, mãe – na produção da quadrilha. Outro exemplo é o da família do estilista da quadrilha sr. Dallean, que todos os participantes da família, os 3 filhos e esposa, participam da produção da quadrilha, sendo que esposa e filha são também brincantes, ou seja, dançam na quadrilha. Wellinton, que encontrei na casa do sr. Dallean é sobrinho deste, ajusta e renova, depois de cada apresentação, a roupa de sua noiva, miss Mulata Cheirosa da quadrilha Santa Luzia, enquanto a mesma trabalha. Wellinton trabalha como garçon no restaurante Point do Açaí, mas todo ano, no mês de junho tira suas férias para poder se dedicar a quadrilha.

Portanto, não é simplesmente o vestuário, mas sim a pactuação gerado em torno dele. A admiração, o prazer em usá-lo, em olhá-lo, em vesti-lo e ver-se nele. Isso é materializado não somente através dos discursos¹⁴ dos partícipes do grupo, mas sobretudo, nos movimentos dos corpos que evidenciam o prazer em portá-los. Há um jogo entre o movimento do corpo e o vestuário; esse movimento, do andar, do girar, do dançar, faz com que o vestuário seja uma extensão do próprio corpo, pois a função do corpo é, também, a função do movimento da roupa, que ocorre através do movimento das saias e anáguas com volumes, armadas e vaporosas, dos mijões¹⁵ enfeitados com rendas e fitilhos, dos tecidos, laços e fitilhos que ampliam a materialidade do corpo em movimento. A função, acreditamos, a partir de nossa percepção, é ocupar o espaço de maneira harmoniosa, provocando certo êxtase nos espectadores, provocando certo prazer em assisti-los, dialogando esteticamente com a plateia. Gosto e prazer se imbricam neste momento.

13 Aquele que é responsável pela quadrilha e sua apresentação. Ele é o encarregado financeiro e, quem vai atrás de patrocínio e detém certa ascendência sobre os demais. Seja na definição do vestuário, da coreografia, etc. Importante observar que muitas decisões são partilhadas e que seu papel não é meramente simbólico. Graças a ele, que dinamiza as interações e congrega os partícipes, a quadrilha existe enquanto grupo e detém determinada identidade possuindo um nome.

14 Fizemos entrevista com os partícipes da quadrilha, quando todos, todos os entrevistados, disseram apreciar, gostar e mesmo, se sentirem bonitos, ao usar o traje referido.

15 Calças utilizadas pelas mulheres abaixo das saias, geralmente são bem rendadas e, algumas vezes volumosas. Esteticamente fazem parte do visual, visto que a cada movimento elas devem aparecer.

A dança

A dança é vital para a quadrilha. É através dela que se desenvolve a marcação, a coreografia e a evolução, que são separadamente avaliadas pelo Júri, levando a quadrilha a vitória ou a derrota na competição. Portanto, é através da dança que se materializa e podemos observar o conjunto, a coreografia, a comunicação dos corpos, e a evolução.

Esteticamente a dança é conformada pelos elementos citados acima, conformados pelos seguintes passos, exigidos nos concursos e tradicionalmente praticados pelos brincantes, são eles: balancê, cavalheiro cumprimenta dama e vice-versa, cumprimentam público, serrote, túnel, maresia, túnel, grande roda, chuva, formigueiro, passeio dos namorados, pai da moça, buquê de rosa e buquê de espinhos, dança da vassoura (Cf. LEAL, 2011), além dos incorporados pelos coreógrafos mesmo através da estilização dos passos tradicionais, dentro dos passos incorporados a partir da década de 80, segundo Leal (2011) temos o Xote, a Macumba, o Forró, o Carimbó, com passos do balé, da dança moderna e até da ginástica de solo, dentre outros que se atualizam com de acordo com o contexto sociocultural. Como bem observou leal, *“As coreografias das quadrilhas chegavam (e digo, chegam) a um nível coreográfico de qualidade, que deixavam surpresos os jurados”* (2011:62).

No entanto, convém observar o papel importante do vestuário com quem a dança dialoga transversalmente. Como coloquei anteriormente, o vestuário é uma extensão do corpo que se realiza através do movimento da dança. Há uma interação, um imbricamento entre a dança e o vestuário através da qual o vestuário torna-se extensão do corpo e, também, extensão do grupo, formando o conjunto, aquilo que é visualizado, a dança e o vestuário, integrados ao ritmo da música formam um conjunto que é apreendido através das interações estéticas ocorridas entre o grupo, o ambiente e o público espectador.

5. Considerações finais

O que poderia ser considerado de mau gosto – excesso de rebuscamento, cores fortes, jogos inusitados na interação dos elementos -, dentro daquele contexto, relacionado com os demais elementos ali inseridos, toma uma nova concepção e aceitação, e se transforma no objeto ideal que evoca o bom gosto, o elemento estético e comunicativo certo para estar ali naquele momento. É no aceite e na assimilação que o gosto vai se conformando. O pacto advém do entendimento estabelecido entre os atores sociais e entre estes e a cultura material que os envolve e que é, também, gerada de maneira coletiva. Portanto, o gosto seria o resultado desse processo social. E, enquanto processo, é dinâmico e mutante. O gosto, enquanto forma, é preenchido com diversos conteúdos – evocação do universo rural, vestuário, música, dança, e todos os mais ínfimos elementos que o compõem, de maneira objetiva e subjetiva conformam a experiência social do gosto, com sua memória idealizada, com as experiências acumulada da coisa “quadrilha”, que permite gostar desse fenômeno, a quadra junina e a quadrilha.

A festividade da quadra junina, assim como da quadrilha dançante, legitima o gosto e o qualifica. Pois, como coloquei no início deste artigo, ao partir da vontade e da necessidade de compartilhar tal sensação, compartilha-se igualmente o valor conferido a elas. Importante observar que, ao mesmo tempo em que há uma similitude entre os grupos de quadrilhas, há também sutis variáveis que são definidas pelo coreógrafo, pelo estilista, pelo marcador e pela história a ser contada ou enredo a ser apresentado. Essas sutis diferenças evidenciam a materialização do imaginário sobre o simbólico. Esse imaginário faz parte de uma construção subjetiva que se materializa através de um possível simbólico, que nem sempre chega a ser reconhecido ou percebido pelo espectador.

Para fechar o artigo evocamos como exemplo dessa passagem, e da preponderância do imaginário sobre o simbólico, observada por Godelier (2010), as danças das misses da quadrilha, quando as mesmas, para defenderem a quadrilha, incorporam em suas coreografias passos da Umbanda, da Macumba, do Carimbó, do Jazz, do balé, ou de qualquer outro ritmo,

ainda que um ritmo e uma performance idealizados. Pois, esse imaginário materializado no simbólico, também está presente na performance de quem dança a missdo grupo junino, na coreografia da quadrilha assim como para muitos adereços utilizados na indumentária. Esse imaginário, também, no caso do gosto, tem sua primazia diante do simbólico.

Referências

CARVALHO, Flávia M. **O dicionário do folclore brasileiro: um estudo de caso da etnografia e tradução etnográfica**, Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução/POSTRAD, 2013.

CAVALCANTI, Maria L. V. de C. **Entendendo o Folclore e a Cultura Popular**. Rio de Janeiro, março de 2002. Acessado em 05 de junho 2015, http://www.cnfcp.gov.br/pdf/entendendo_o_folclore_e_a_cultura_popular.pdf

CASTRO, Marina R.N. **A arte na sua cotidianidade: Uma percepção de arte na feira do Guamá**. Dissertação (Mestrado em Artes) – Belém, Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará: 2013.

FONSECA, Maria C. L. Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica. **Revista Tempo Brasileiro**, n. 147. Patrimônio Imaterial. Rio de Janeiro: 2001 pp. 69-78.

GADAMER, Hans-G. **Vérité et méthode**, 4ª ed. Paris, Le Seuil: 2006 [1986].

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GODELIER, Maurice. **Au fondement des sociétés humaines. Ce que nous apprend l'anthropologie**. Paris: Flammarion, 2010.

_____. **L'idéal et le matériel**. Paris: Flammarion, 1995.

LANDOWSKI, Eric. **Pour une sémiotique du goût**. São Paulo: Centro de Pesquisas Sociosemióticas, 2013.

LEAL, Eleonora F. Contando o tempo: Aquadrilha moderna dos anos 80 In **Ensaio Geral**, Belém, 2011, v3, n.5, jan-jul.

MAFFESOLI, Michel. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **No Fundo das Aparências**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, Luiza H. de O. 2014. Identité du sujet, interaction et mutabilité des goûts. **Actes Sémiotiques** [En ligne]. 2014, n° 117. Disponible sur: <http://epublications.unilim.fr/revues/as/5222>. Consultado em 19/05/2015.

SIMMEL, Georg. Excursão sobre o problema: Como é possível a sociedade? In **Sociologia & Antropologia** [online]. 2013, vol.3, n.6. <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752013v3614>.

_____. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2006

SCHUTZ, Alfred. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Edição e org. de Helmut T.R. Wagner. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012.

RUBENS, Pierre P. Quadro **La ronde paysanne**. Entre 1633 e 1637. <http://utpictura18.univ-tlse2.fr/GenerateurNotice.php?numnotice=A0141>. Consultado em 28/05/2015.

_____. Quadro **La Kermesse**; hoje no Musée du Louvre. 1630. <http://www.cosmovisions.com/artKermesse.htm>. Consultado 28/05/15.

Capítulo 4



Viajantes e jornalistas: escritas e a busca do ‘outro’ amazônico¹

Vânia Torres Costa

Resumo

Narrativas sobre a Amazônia separadas por séculos, que tem em comum o fato de seus autores serem viajantes, sejam cientistas, escritores ou jornalistas, ávidos por desbravar uma terra desconhecida para eles. Trata-se de problematizar discursos produzidos que representamos sujeitos amazônicos desde o século XVIII. Os diários de viagem de ontem e hoje permitem-nos analisar modos de inserir o ‘outro’ amazônico e suas apropriações por autores-narradores em tempos diferentes. As populações locais são mencionadas pelos naturalistas do passado e observadas sob o olhar da diferença, do descrédito, dos saberes reduzidos. O discurso jornalístico atual, a partir do livro-reportagem de Daniel Piza, vai em busca de rastros de um diário escrito cem anos antes. Rememora o passado e volta à Amazônia, registra impressões, observa o que restou e o que há de novo, reconta sobre lugares, pessoas. A análise do discurso dos diários, as ilustrações do passado e as fotografias atuais nos revelam a reiteração da negação dos saberes locais e da suposta superioridade que se presentifica na enunciação dos viajantes.

Palavras-chave: Viajantes; Amazônia; Discurso.

1. Os diários como vestígios dos viajantes

A atividade de narrar faz parte da experiência humana. Coloca em

¹ Artigo inicialmente apresentado no II Colóquio Internacional Mídia e Discurso na Amazônia, realizado no período de 25 a 27 de novembro de 2015 na Universidade Federal do Pará. Disponível em <http://dcima2015.blogspot.com.br/p/inscricoes.html>. Revisto após a apresentação.

cena uma ação e uma relação entre autor, leitor e o mundo narrado. É uma necessidade transcultural que visa presentificar uma vivência: “o que importa é a maneira pela qual a práxis cotidiana ordena, um em relação ao outro, o presente do futuro, o presente do passado, o presente do presente. Porque é essa articulação prática que constitui o indutor mais elementar da narrativa” (RICOEUR, 1995, p. 96).

A narrativa, enquanto presentificação, organiza o tempo, transforma um fato em um acontecimento ordenado com princípio, meio e fim. “É um dispositivo argumentativo que visa seduzir e envolver o interlocutor, desvelando intencionalidades que lhe são implícitas” (MOTTA, 2013, p. 12). Enquanto atos de fala, as narrativas nos ajudam a atender sobre o modo como os homens produzem representações do mundo material e social.

Mas o que os homens escolhem para narrar? O que vira narrativa? O mundo inteiro não cabe no texto. O texto não é o mundo em si, mas uma parte do mundo. É o extraordinário, em confronto com a lógica da racionalidade corriqueira, que gera o desconforto, a busca da compreensão, a redução da ambiguidade e a negociação de sentido. Dessa maneira, as narrativas, enquanto leituras do mundo, tentam ordená-lo, tornando familiar o que antes era incomum (MOTTA, 2013).

As narrativas, enquanto modos de contar impressões sobre o que vemos e vivemos, constituem rico material para pensar a relação entre enunciador e sujeitos enunciados pelas narrativas. O poder da escrita está ali instaurado, como poder de dizer sobre o ‘outro’ (CERTEAU, 1994). Interessam-nos aqui os relatos dos viajantes em suas longas expedições pelo continente americano, onde o Brasil e a Amazônia eram vistos como a nova terra a ser conquistada, ‘descoberta’ e explorada².

A Amazônia vem despertando a atenção de viajantes desde o século XVI, quando foi alvo de dezenas de expedicionários (MEIRELLES FILHO, 2009; GONDIM, 2007; PIZARRO, 2012) em busca de catalogar novas espécies da flora, da fauna e humanas na maior floresta tropical do mundo. Os riscos da viagem, os desafios, as longas distâncias, os perigos da terra

2 Nesta pesquisa desenvolvida na Universidade da Amazônia, entre 2013 e 2015, nosso interesse limita-se às expedições de cientistas, interessadas em fazer uma taxonomia das espécies da flora e da fauna da Amazônia, principalmente.

‘inexplorada’ moviam os viajantes das mais diversas áreas. Muitos exemplares raros foram coletados e levados para museus da Europa.

E as populações locais? Como são representadas nesses relatos? O que se diz sobre elas, seja por meio de imagens ou de textos verbais, é justamente o que buscamos nesses diários de campo. Não temos, devido aos processos de colonização e outras questões daí decorrentes, a versão de índios e negros a partir de suas próprias vozes, o que implicaria em novos modos de enunciativos. Temos, no entanto, a narrativa dos viajantes a fornecer pistas sobre essas interações.

Ofoco deste trabalho é analisar os modos de dizer sobre esses sujeitos com quem os viajantes encontraram-se e contactaram. Interessa-nos problematizar a escrita produzida pelos viajantes do passado - os naturalistas - para comparar com os relatos do presente, aqui considerado o jornalista como coletor atual de produtos raros para divulgação (COSTA, 2011). Buscamos os fios condutores e as frequências do discurso para comparar relatos separados por vários séculos. Por meio da análise de discurso, buscamos as frequências dos textos para tecer seus fios ideológicos³, por meio das ‘formações discursivas’ (FOUCAULT, 2006; JOLY, 2001; BENETTI, 2008; COSTA, 2011), como núcleos de sentidos, que constroem e consolidam aquele sentido nuclear. Este reúne as sequências (textos) que indicam sentidos próximos, que explicitam interpretações semelhantes sobre um determinado significante.

Em um primeiro momento, analisamos os diários de campo de cinco viajantes nos trechos em que percorreram a Amazônia brasileira. São eles: John Batist Spix; Von Martius; Charles-Marie de La Condamine; Alexandre Rodrigues Ferreira, Louis Agassiz; Elizabeth Cary Agassiz. Em um segundo momento, estudamos o discurso do jornalismo contemporâneo, concretizado pelos diários de campo do Daniel Piza, jornalista, que, em 2009, realizou uma expedição à Amazônia com o objetivo de refazer os caminhos de Euclides da Cunha⁴. Assim é que nosso objeto de análise, nesse momento,

3 Bakhtin (2006, p. 31) diz que os sentidos do texto vêm de fora, do rastreamento dos sujeitos em ação. “Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia”.

4 Euclides da Cunha era escritor, jornalista e engenheiro. Veio à Amazônia em 1909 como chefe da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de reconhecimento do Alto Purus, missão designada pelo Ministério das Relações Exteriores do governo brasileiro.

volta-se para o livro ‘Amazônia de Euclides: viagem de volta a um paraíso perdido’ (PIZA, 2010).

Por meio da análise comparativa dos discursos, vamos observar como as narrativas científicas do passado e jornalísticas da atualidade, como propostas de conhecimento ‘objetivo e verdadeiro’, representam os sujeitos que encontram. Trata-se de analisar diferenças e semelhanças entre os viajantes do passado e o livro-reportagem da atualidade, buscando identificar como se disse no passado e como se diz hoje sobre a gente que vive na Amazônia. E mais: o que mudou e o que houve de avanços. Essa é a nossa proposta.

Os diários são vistos aqui como os vestígios que nos permitem percorrer no tempo as impressões deixadas pelos viajantes que atravessam a Amazônia em busca de novas experiências e ‘descobertas’. Os diários, enquanto narrativas, são vestígios datados (LEJEUNE, 2014). Temos os naturalistas do passado e a atualidade do jornalismo a ressignificar essas viagens. Os encontros e desencontros com os sujeitos moradores da Amazônia são rememorados pelo jornalista, que viaja no presente em busca de personagens e cenários das narrativas do passado.

2. A Amazônia e os viajantes do passado: o discurso científico

Os relatos sobre a existência da Amazônia brasileira surgem no cenário mundial a partir da conquista da América pelos europeus. Em fins do século XV, os espanhóis teriam sido os primeiros a sinalizar a existência de um rio gigantesco, ao qual deram o nome de Santa Maria de la Mar Dulce. Alguns navegadores, a mando da Coroa Espanhola, teriam explorado o grande rio, depois chamado de Amazonas, mas não chegaram a ocupar a área.

A história, narrada a partir daquele momento, é a história do etnocentrismo europeu, situando este povo como superior perante esse ‘novo’ mundo e suas estranhezas. Para Quijano (2005, p. 18), “a vasta e plural história de identidades e memórias (...) do mundo conquistado foi deliberadamente destruída e sobre toda a população sobrevivente foi imposta

uma única identidade, racial, colonial e derogatória - ‘índios’”. Assim como também a diversidade de povos, culturas e nações africanas foi unificada à terminologia ‘negros’.

O ‘selvagem’ era visto como um ‘bárbaro’, principalmente, diante do costume indígena da antropofagia. Era associado a animais, reduzido e desprezado, dada sua reação à exploração colonialista. “A preguiça será (...) usada como uma das justificativas da empresa colonialista em terras brasileiras, amazônicas, vista como um dos entraves de transformação regional. Trará também a ideia da inferioridade racial do norte brasileiro” (GONDIM, 2007, p.71).

A Amazônia torna-se o ‘paraíso dos naturalistas’ europeus (SCHWARCZ, 1993). Os exemplares da cultura local eram vasculhados e selecionados servindo à produção de conhecimento científico fora do país. Para Márcio Souza, são os cientistas que constroem o mito da Amazônia como um vazio demográfico, hostil aos homens civilizados, com nativos primitivos, sem vida política ou cultural. “É a Amazônia terra sem história, que tem permitido toda sorte de intromissão e arbitrariedade” (SOUZA, 2001, p.101-102). Estes pontos de vista estão registrados nos discursos dos viajantes, dentre os quais selecionamos alguns representantes dos séculos XVIII e XIX.

Entre 1743 e 1744 Charles-Marie de La Condamine percorre a Amazônia e observa: “essa gente tão pouco perigosa são homens selvagens, e quase sempre sem qualquer ideia de religião” (LA CONDAMINE, 1992, p. 122). A grandiosidade e a fartura da floresta tornam-se responsáveis por um ‘jeito de ser’ dos sujeitos locais, diminutos e vulneráveis em relação à paisagem: “a natureza parece ter favorecido a preguiça dos índios, adiantando-se a suas necessidades” (LA CONDAMINE, 1992, p. 100).

O baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, após seus estudos em Portugal e sua atuação na Real Academia das Ciências de Lisboa, é convidado a dirigir a expedição filosófica ao Grão-Pará, entre 1783 e 1792. Os relatos de Alexandre Ferreira (1974) trazem percepções sobre as moradias dos índios, seus rituais e festas. Ferreira avança no sentido de colocar em questão a representação. Declara que não se pode assegurar que os ‘bailes’

são supersticiosos ou que as máscaras usadas, por exemplo, para comemorar alguma caça realizada, são devotadas ao demônio. Questiona a frequente desconfiança dos missionários com relação aos índios.

em não poucas ações dos gentios, estão alguns missionários descobrindo bem profundos vestígios dos mais sublimes mistérios, interpretando a seu jeito certas expressões e cerimônias, que eles não entendem, e transformando tudo quanto veem, do que verdadeiramente é, para o que se lhes representa ser (FERREIRA, 1974, p. 42).

Ao mesmo tempo, Alexandre Ferreira registra que a música dos rituais é ‘monótona’ e os índios abusam dos licores fortes. Ficam bêbados até cair, muitas vezes se agriem e as festas terminam em sangue. O viajante chega a qualificar de ‘cega paixão’ a relação dos índios com as festas. E ainda observa: “dormem a maior parte do dia, ou deitados se deixam estar em uma inação insípida e estúpida” (FERREIRA, 1974, p. 45). E prossegue afirmando que são homens tristes e pensativos, que ao beberem aparentam alegria, esperteza e vivacidade.

A vinda de D João VI para o Brasil e toda sua administração inaugura um novo ciclo de viagens, abrindo o país ao viajante estrangeiro. Os naturalistas Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich Phillipp von Martius integram uma dessas comitivas. Semelhante às demais expedições, o intuito era a catalogação de espécies da flora e da fauna. O padrão da viagem é o das viagens filosóficas vigentes: “serão mais que botânicos ou zoólogos. Como naturalistas se interessarão por linguística, etnologia, geografia etc.” (MEIRELLES FILHO, 2009, p. 92).

Os relatos de Martius e Spix evidenciam suas impressões sobre os índios: pouco esforçados, sem aspirações, distantes das ‘mãos’ do Estado e de seus compromissos com o cidadão pagador de impostos. Spix e Martius os viam como ‘desgraçados’, submetidos por força ao trabalho. São vistos como ‘desamparados filhos da natureza’, distantes dos benefícios da civilização e ainda próximos do estado de selvageria: “permanece essa raça rebaixada, sofredora, sem significação no conjunto dos outros, joguete dos interesses e da cobiça de particulares, um peso morto para a comunidade, que de má vontade a suporta” (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 28).

Ao observar negros e índios, Martius e Spix reconhecem os diferentes lugaresque ocupavam na sociedade paraense, no entanto, são iguais aos no que diz respeito ao grau de civilização dessas classes: “vivem sem civilizadas, sem conhecimentos, nem instrução, nem ambição, e apenas dispostas a satisfazerem as suas poucas necessidades, entre as quais figuram, principalmente o “*dolce far niente*” (o ideal dos preguiçosos), a cachaça e mulheres” (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 26).

Von Martius e Spix (1981, p. 29) também observam a animação dos mulatos, com sua vivacidade e excitação. É uma gente “de grande vivacidade, pronta para qualquer partida, adversários do sossego, visando a efeitos espalhafatosos. Para o jogo, a música e a dança, estão o mulato sempre disposto”. Os mulatos são registrados como insaciáveis diante do som do violão, do batuque ou do ritmo dançante e sensual do lundu.

Após a morte de Spix, Martius encarrega o suíço Luis Agassiz, médico e botânico, da descrição dos peixes colecionados no Brasil. A esposa americana, Elizabeth Agassiz, é “quem redige o livro de viagem” (MEIRELLES FILHO, 2009, p. 147). No diário escrito, ela registra sua admiração relativa à solidão e ao isolamento dos índios. Em alguns trechos são tratados como ‘pobres índios’. E quando reconhece sua ‘amável acolhida’ e sua ‘figura risonha’, os chama de ‘nosso amigo’.

Os hábitos dos índios são observados, ora com simpatia, ora com estranhamento: “eles ligam tão pouca importância ao dinheiro, tendo meios para viver quase sem fazer nada, que quando se consegue contratar um deles é mais do que provável que se suma no dia seguinte” (AGASSIZ, L., 2000, p. 280). Enquanto os índios são vistos como arredios ao trabalho, as índias são observadas com suas ‘roupas pela metade’. Mas com relação ao trabalho são representadas como enérgicas e valentes.

Nessa terra tão quente, seria de supor que as mulheres fossem indolentes e moles (...); no Alto Amazonas, porém, as que são criadas fora das cidades e vilarejos, no meio dos índios, são às vezes muito enérgicas; metem mãos ao remo e à rede tão valentemente como o próprio homem (AGASSIZ L., 2000, p. 291).

Em outro momento Luis Agassiz observa o conhecimento do índio diante das ofertas da floresta. Percebe-se o tom de admiração diante de sua destreza: “nada mais curioso do que se ver com que tato os índios sabem descobrir ninhos de tartaruga. Vão, com passo rápido e movimento inquieto, como se tivessem uma espécie de instinto na ponta dos artelhos” (AGASSIZ L., 2000, p. 286).

As narrativas evocam a representação da alteridade no discurso colonial. Bhabha (1998, p. 111) argumenta que este tipo de discurso se apoia no reconhecimento e repúdio das diferenças. Ao mesmo tempo em que se exerce vigilância sobre os sujeitos, “se estimula uma forma complexa de prazer/desprazer”. A ambivalência instaura o poder de dizer sobre o outro. “A alteridade da identidade é a presença angustiada dentro do EU de uma agonia existencialista que emerge quando se olha perigosamente através de um vidro escuro” (BHABHA, 1998, p. 81). É como manter o olhar sempre à margem, sem penetrar, sem partilhar, sem trocar, deixando o pré-concebido dominar os sentidos, é enxergar apenas a diferença com o sentimento e a necessidade de se manter distante.

O encontro entre o colonizador e a ‘nova’ terra produz narrativas onde o ‘novo’ é filtrado pelo antigo, assegurando a este sua supremacia.

A prática de comparar as novidades vistas pela primeira vez com algo pretensamente conhecido, sendo domesticado, fortalecerá e documentará a estabilidade do antigo. Não é só o mundo antigo que se projeta assim sobre o novo: é o mundo de casa que se anexa pacificamente sobre os descobrimentos ultramarinos. Utilizar a analogia é familiarizar o exótico (GONDIM, 2007, p. 50).

É esse olhar sobre a nova terra, com intenções de devorá-la e não de compreendê-la, que produz as narrativas mitológicas sobre os habitantes que ocupavam o Brasil quando os europeus aqui chegaram. Dessa forma, o estranhamento é posto em cena nos jogos de relações, como diz Foucault, o que nos permite identificar frequências e ausências da produção discursiva:

trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência (...), de

estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. (FOUCAULT, 1995, p. 31).

É a ideologia que coloniza o poder e o saber ao subestimar o conhecimento do outro, comparando-o como que é produzido e compartilhado socialmente pela nação. Ao comparar sociedades vivenciando experiências completamente diferentes, tem-se uma demonstração da ideia de progresso, um conceito que se firma no século XIX. Os povos americanos eram vistos, e ainda o são, como ‘primitivos’, já que “transformam-se em objetos privilegiados para a nova percepção que reduzia a humanidade a uma espécie, uma única evolução e uma possível ‘perfectibilidade’” (SCHWARCZ, 1993, p. 44).

3. A Amazônia e as expedições do presente: o discurso jornalístico

O escritor jornalista Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*, viajou à Amazônia em 1905 como chefe da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus. Dessa viagem resultaram os livros “À margem da história” (1909) e “Contrastes e confrontos” (1907), nos quais o escritor faz uma análise social do extremo oeste da Amazônia. Um século depois, o jornalista Daniel Piza decide refazer a expedição de Euclides da Cunha ao Alto Purus. A ideia era demarcar o centenário da expedição. Mas tal intento só foi possível em 2009.

Piza embarca junto com um mutirão oficial para documentação de ribeirinhos do Acre, sob o comando do Tribunal de Justiça. Desse modo torna viável um contato amplo com a população local, principalmente nos seringais. No livro ‘Amazônia de Euclides’⁵, Piza relata suas impressões de viagem, que inclui textos e fotos para jornal e blogs durante a viagem, além de boletins, programas de rádio e um documentário. Tal qual Euclides, Piza

5 O livro foi lançado em 2010 e Piza morreu no ano seguinte, aos 41 anos, vítima de um AVC – Acidente vascular cerebral.

também era jornalista do jornal Estado de São Paulo.

Piza parte seguindo as pistas de Euclides da Cunha. Observa suas qualificações sobre a Amazônia para depois opinar a partir de suas impressões do ‘mesmo’ cenário cem anos depois. Busca reconhecer os lugares e os rastros da expedição primeira, suas pegadas: “o roteiro tinha de contemplar os pontos mencionados pelo ‘diário de marcha’ e, dentre eles, eleger os que tiveram relevância para a viagem de 1905” (PIZA, 2010, p. 23-24). O jornalista parte da narrativa do passado para o mundo da vida presente. Aqui tenta rememorar uma experiência que não é sua, mas aquela grafada por seu antecessor. Viaja no tempo e no espaço presentes em busca de uma atualização do passado. Seu critério de noticiabilidade seria revisitar um diário de campo com seus meandros, atalhos, caminhos, tal qual um mapa a indicar lugares e relações sociais.

Euclides apresenta a floresta como indomada, desgraciosa, triste, monótona, quente. Reconhece o paraíso virgem, mas com ‘lugares por batizar’ e que deixam o homem do sul ‘deslocado e exilado’, sem organização do espaço. Sobre isso Piza opina:

Subir o Purus é ainda ter essa sensação de um mundo intocado, ainda por povoar, em que o tempo parece rodar em outra escala, em que há nomes desconhecidos de plantas e bichos, em que muitas localidades só receberam o batismo oral e não o registro em mapa. As distâncias exatas não são sabidas pelos habitantes, que sempre as referem em número de horas: ‘Santo Amaro fica a seis horas daqui’, ‘Até Santa Rosa é um dia de barco’ (PIZA, 2010, p.57).

O estranhamento do narrador é posto em cena com relação às nomeações da flora e da fauna. As terras *in natura*, onde a natureza exuberante convive em harmonia com as populações locais, instigam o viajante e continuam a surpreender: precisam ser ‘povoadas’, ‘tocadas’. Os registros no mapa também são importantes para o narrador, que observa lugares e pessoas à margem do tempo e dos registros oficiais. “O ritmo ainda é o mesmo que Euclides descreveu, monótono, plano, dando a ver uma flora e uma fauna que não se destacam especialmente pela variedade ou colorido” (PIZA, 2010, p. 49).

O jornalista concorda com o impacto das primeiras impressões, no entanto, começa a observar amiúde: “o olhar atento, porém, percebe logo que a repetição é enganosa. E que há inúmeros fenômenos acontecendo detrás da aparência uniforme, um mundo ainda ignorado de espécies, relações e transformações naturais” (PIZA, 2010, p. 49). Mais adiante reconhece a diversidade, mas a diversidade da vegetação: “em todos os aspectos, a começar pela própria variedade da vegetação, não existe uma Amazônia, existem várias” (PIZA, 2010, p. 55).

Com relação às populações locais, prevalece o discurso da falta, da ausência, da negatividade (COSTA, 2011) como formações discursivas ou ideológicas. “O que se vê um século mais tarde é um rio ainda menos habitado, sem atividades produtivas, nem mesmo as exploratórias ou predatórias”. (PIZA, 2010, p. 65). Mas o que chama sua atenção à primeira vista?

A primeira pessoa que nos chama atenção é um homem sem camisa com “peito de pombo”, uma deformação óssea que projeta seu esterno para a frente. A segunda pessoa é outro homem, de meia-idade, que tem o semblante melancólico e a pele esverdeada. Os demais contam que ele está com anemia e que aparentemente sofreu um derrame cerebral, que lhe tirou o movimento de um braço (PIZA, 2010, p. 69).

A doença, a deformação, a melancolia e a pele diferente são observados pelo narrador. Piza segue recolhendo ‘raridades’: uma antena movida a energia solar e o horário de dormir alterado, quando observa que agora dormem ‘depois da novela’. No capítulo 2 do livro, Piza passa a observar as pessoas, mais atentamente. Esse é um diferencial com relação aos viajantes do passado, selecionado em nossa pesquisa. Ele entra nas casas, conversa, observa detalhes: “sua casa é peculiar pela decoração que a nora lhe deu. (...) Uma imagem de nosso senhor está sobre uma prateleira branca (...) Ao lado há outros objetos religiosos e um luminoso de Natal em forma de círculo” (PIZA, 2010, p. 82).

Quando encontra o morador mais antigo de uma vila, Seu Carlito, de 78 anos, vai aos pormenores:

é um homem de sorriso fácil, chapéu de palha, rosto talhado; no braço esquerdo, uma cicatriz de taboca (...); a camisa aberto no peito mostra uma corrente com medalhinhas católicas. Ele é o único do povoado que não aderiu aos evangélicos”. [Registra suas alegrias:] “o que lhe dá mais prazer é ficar na varanda voltada para o rio, rio que antes tinha raia, pirara, tambaqui- (...) – e ‘hoje não tem mais nada disso’ (PIZA, 2010, p. 71).

Observa que ele só sabe ler e escrever o nome. Começou a cortar seringa ainda criança e trabalhou durante 45 anos. As perdas, ora são relatadas pela voz do narrador-jornalista, ora pela voz do próprio entrevistado: “perdi minha mocidade trabalhando.

Nunca tive forró no fim de semana, nunca fui a carnaval na cidade” (PIZA, 2010, p. 71). Prevalece o discurso da negação, explicitado pela palavra ‘nunca’.

Eliene da Costa, de 26 anos, é encontrada pela equipe de Piza em meio a um cenário ‘solitário’ e de ‘desolação’. Segundo o jornalista, ela não sabe informar o nome verdadeiro do marido, apenas o apelido, não estudou e não recebe ajuda do governo. Não tem rádio, nem TV. Os personagens têm suas vidas borradas, desbotadas, atravessadas pela dor e pelo abandono.

Penso no que diz Certeau (2010, p. 101): “a estrutura desdobrada do discurso funciona à maneira de uma maquinaria que extrai da citação uma verossimilhança do relato e uma validade do saber. Ela produz credibilidade”. O poder da escrita de nomear, demarcar, expor, citar instaura a falta para valorizar o autor como detentor do saber reconhecido e apaga a voz, a cor e a vivacidade ou qualquer tipo de sabedoria das pessoas que são encontradas no caminho. Seu intuito é o de ratificar e justificar sua volta ao ‘paraíso perdido’ de Euclides.

Daniel Piza procurava pelos ex-seringueiros, aqueles que viviam da extração da borracha na primeira metade do século XX. E quando os encontrava, a conversa era mais longa. Busca suas lembranças, memórias de um tempo em que a Amazônia abastecia o mundo, as indústrias automobilísticas com a borracha in natura. A narrativa traz com frequência a comparação

com as impressões registradas de Euclides da Cunha.

Piza ressalta que encontra bem menos seringueiros que Euclides, bem menos vilas ocupadas por eles, no entanto, localiza bem mais aldeias indígenas no Acre. Encontra os Kaxinawá sem grande número e os Kulinas em menor quantidade. “Os Kulinassão bastante diferentes dos Kaxinawás. (...) São considerados menos “aculturados”, mais arredios ao contato com os brancos, e também por isso sofrem dificuldades maiores, como o alcoolismo” (PIZA, 2010, p. 86).

Nos chama atenção essa última observação do jornalista. Por que os índios menos aculturados, ou seja, com menos contatos com os brancos estariam diante de maiores dificuldades, por que mais expostos ao alcoolismo? Piza não foi até a aldeia, pelo menos não menciona este fato, não sabe, assim, da realidade cotidiana daquele povo. A herança eurocêntrica ocidental está tão viva como se estivéssemos no século XVI. “É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia discursiva’ que devemos reativar em cada um de nossos discursos” (FOUCAULT, 2006, p. 35). Sentidos culturais que nos atravessam.

4. As imagens nos discursos do presente e do passado

Além do texto verbal, para comparar os discursos do passado e do presente, atentamos também para as gravuras e fotografias que acompanham os diários de viagem. Seguimos as sugestões de Joly (2001, p. 99) para quem é preciso decifrar a ‘naturalidade’ aparente das mensagens visuais. “Para ver as formas organizadas em uma mensagem visual e compreender a interpretação a que induzem é preciso esforçar-se para esquecer o que representam e contemplá-las por si mesmas, com atenção”.

No século XVIII, Alexandre Rodrigues Ferreira (1974) faz o registro de tipos humanos, como na figura 1. Os sujeitos não tem nome. São identificados como tipos raciais, tendo anuladas suas individualidades. Tem-se uma

taxonomia da variedade de grupos encontrados. Importava mais o registro de tipos físicos e de atividades diferenciados para engrandecer as coleções europeias.

Figura 1: Índio Cambeba e índio Mura inalando Pariká



Fonte: Ferreira (1974)

No século XIX, o casal Agassiz não faz diferente, como mostra a figura 2: jovem mameluco, mulata, índia Mundurucú e índio Mundurucú.

Figura 2: Mameluco, mulata e índios Mundurucú



Fonte: Agassiz (2000)

As diferenças de gênero, vestuário, pinturas corporais, traços físicos são investigadas e comparadas. Os povos americanos eram vistos como ‘primitivos’, transformados em objetos da nova percepção que reduzia a humanidade a um mesmo processo evolutivo em direção à ‘perfectibilidade’ (SCHWARCZ, 1993). A fotografia de capa (Figura 3) do livro de Piza - “Amazônia de Euclides: viagem de volta a um paraíso perdido” - não se diferencia muito das anteriores. Traz um menino em super close, com o rosto tomado por uma pintura indígena. Sério, contrito, com os olhos em destaque, perdidos no tempo. E a pintura o mascara e não o identifica. Um atrativo para o leitor, que busca os mistérios da Amazônia exótica.

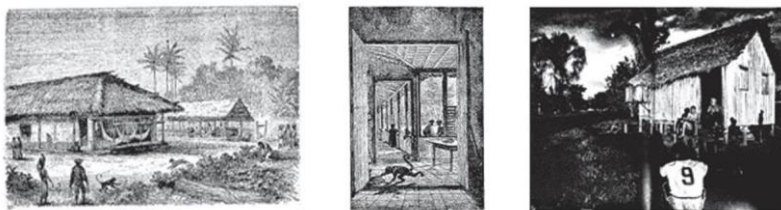
Figura 3: Capa do livro de Daniel Piza



Fonte: Piza (2010)

Observando os enquadramentos mais abertos, temos os homens em seu cotidiano vistos ao longe, em plano geral, sem expressividade. Eles quase se misturam com a paisagem. Nas imagens abaixo (Figura 4), registros do casal Agassiz (2000). Na extrema direita, uma fotografia de Daniel Piza (2010) atual.

Figura 4: registros do casal Agassiz



Fonte: Agassiz (2000)

Observam-se cenas semelhantes do passado e da atualidade. Mas na narrativa jornalística da contemporaneidade, o viajante não se limita a esses recortes que minimizam a presença dos sujeitos na cena. Nem tampouco faz uma taxonomia de tipos raciais. Eles são registrados em situações diversas (Figura 5).

Figura 5: registros de Daniel Piza



Fonte: Piza, 2010

Observa-se, no entanto, que as imagens noturnas prevalecem, tal qual observei em trabalho anterior com relação à produção televisiva sobre a Amazônia (COSTA, 2011). A preferência pelo final de tarde, a penumbra, as fotos escuras, que se identificam com a melancolia, a solidão, o isolamento.

Importante observar que todas as fotos do livro, afora a capa, são em preto e branco. A expressividade torna-se mais forte, mas ao mesmo tempo, remete a um passado, lugar esquecido, ‘paraíso perdido’.

5. Um olhar desbotado

As narrativas científicas dos naturalistas, ao serem postas lado a lado com o livro-reportagem atual, como propostas de conhecimento ‘objetivo e verdadeiro’ sobre a Amazônia tem algo em comum: podem ser tomadas como herdeiras do pensamento ocidental. Esses textos se ancoram na autoridade do autor, na materialidade dos acervos coletados e das imagens captadas.

Os discursos identificados são abastecidos pelo passado e pela memória, que colaboram para construir uma ideia cristalizada sobre a região, entre passividade para aceitar as imposições do governo e vulnerabilidade. A Amazônia, que começa a se integrar de fato ao Brasil a partir do século XIX, permanece ainda hoje como o desconhecido que está por ser descoberto e nomeado. Por isso suas paisagens e cenários são produzidos com surpresas e estranhamentos que ratificam um Brasil dividido, não só do ponto de vista espacial, mas social e cultural.

Longe de enxergar as desigualdades históricas e políticas originárias da situação atual, o discurso atual (mesmo que ele esteja atrelado ao roteiro prefixado por Euclides da Cunha) se limita a ver, nas cidades amazônicas, as marcas da falência e do fracasso. Observa a região como atrasada e abandonada à espera do progresso e da civilização. Se as populações tradicionais não ocupam o centro das questões nas expedições do passado, agora elas têm voz, rosto, nome. Há de fato uma maior interação e diálogo entre o jornalista-autor e personagem narrado. Eles estão mais próximos. Os sujeitos são individualizados, tem dores, alegrias, saudades. No entanto, o fato de chegar mais perto não é necessariamente determinante para um novo olhar sobre a região.

As formações discursivas e ideológicas identificadas nos dizem muito

mais de um afastamento geopolítico, reforçado pela divisão centro-periferia, que amordaça os sujeitos e a região quanto mais visíveis se tornam. Os homens são interpretados como indiferentes à reação, impotentes diante da ilegalidade e da impunidade e incapazes de autodeterminação na economia [só da economia?] da nação.

Referências

AGASSIZ, Louis; Agassiz, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Brasília: Senador Federal, Conselho Editorial, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BENETTI, Márcia. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos In _____; LAGO, Cláudia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 286p. parte II, cap. 1, p. 107-122.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 394p.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 351p.

_____. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
COSTA, Vânia Maria Torres. À sombra da floresta: os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade e colonialidade no telejornalismo da Rede Globo. Niterói, 2011, 295f. Tese. Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2011.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. Conselho Federal de Cultura, 1974.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995 (Coleção Campo teórico).

_____. **A ordem do discurso**. 13ª.ed. São Paulo: Loyola, 2006. 79p.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2ª. ed. Manaus: Valer, 2007. 340 p.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. 4ª. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001. 152p.

LACONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem pelo Amazonas– 1735-1745**. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. 2ª.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

MEIRELLES FILHO, João. **Grandes expedições à Amazônia brasileira: 1500-1930**. São Paulo: Metalivros, 2009.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília, UNB, 2013.

PIZA, Daniel. **Amazônia de Euclides: viagem de volta a um paraíso perdido**. São Paulo: Leya, 2010.

PIZARRO, ANA. **Amazônia - as vozes do rio: imaginário e modernização**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Brasília, Papirus, 1995.

SCHWARCZ, Lílían M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia: a incrível história de uma região ameaçada conta com o apaixonado conhecimento de causa de um nativo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

SPIX, John Batist; MARTIUS, Karl F. P. von. 1938 [1823]. **Viagem pelo Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Usp, 1981. V. III.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 19, n. 55, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/01.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2008.

Capítulo 5



Belém: Útero de areia representação poética e agô-nica na cidade decrépita de Dalcídio Jurandir

Paulo Jorge Martins Nunes

Resumo

A cidade, a partir da modernidade baudelaيرية, ganhou contornos temáticos incisivos na escrita de autores da literatura universal. Belém, que sob o ponto de vista da história capitalismo internacional viveu o fausto durante o ciclo da Borracha (Belém e Manaus, segundo Benedito Nunes e Milton Hatoum eram duas das capitais importantes da América Latina no século XIX). Desde então, a capital ocidental da Amazônia brasileira, Belém, se representa no discurso do consenso e do contrassenso através a melancolia do fausto, como apontam autores como Fábio de Castro. A literatura, desconstruindo o ‘senso comum’, refaz o papel da cidade de Belém com a maestria de grandes escritores nacionais e locais, dentre eles Dalcídio Jurandir (Ponta de Pedras, 1909/Rio de Janeiro, 1979). No painel do moderno romance brasileiro, Dalcídio destaca-se graças a criação do ‘romance de formação de Alfredo’, protagonista de 8 das 10 obras de temática amazônica. Na terceira etapa do ‘Ciclo do Extremo Norte’, o escritor publica Belém do Grão-Pará (1960). Nele se percebe a representação - através de sentimentos temáticos (espanto, encantamento e melancolia) que se espalham num ‘tableaux’ urbano - de Belém, capital do Pará, nos anos 20 do século XX, como cenário ativo. A construção de Belém do Grão-Pará dá conta da migração do Marajó a Belém, projeto de dona Amélia para seu filho Alfredo. Assim é que a cidade Belém ora é personagem, ora é cenário ativo, que interpretaremos com o condão teórico de Walter Benjamin, Willi Bolle, Fábio Castro, que apontam para a decadência socioeconômica e moral da classe média urbana da Amazônia, representada pelos Alcântara (família que abriga o migrante Alfredo). Dalcídio Jurandir, num estilo irônico na melhor tradição de Machado de Assis, desnuda as hipocrisias e maledicências de uma sociedade corroída que tem a cidade como discurso de sacrifício, tensão e distensão, resultado de acontecimentos sórdidos de uma elite decrépita, que desdenha dos criados e dos agregados, sujeitos socialmente subalternizados que tramam seus modos de resistência.

Palavras-Chave: Dalcídio Jurandir; Belém do Grão-Pará; melancolia.

“Belém é um piquiá suculento” (JURANDIR, 1960:63)

Sobolos rios que o sabemos. A cidade de Belém é um complexo geopolítico e humano (di)verso, contraditório, pululante, que deveria ser declinado no plural: Beléns do Pará. Sempre. Plural. Híbrida, entrançada, movediça, como provavelmente declinará Luiz Heleno Montoril del Castilho¹ em suas reflexões a respeito da cidade equatorial. Provocadora, esta cidade, senhora de 400 anos, ostenta um útero de areia (segundo a imaginária de Dalcídio Jurandir) e continua provocadora, e põe-se a convocar autores diversos que a narram quando fazem dela espaço e personagem: protagonismos. Muitos são os que a representam nas malhas das letras, tanto quanto o fizeram, em recente passado, os acadêmicos do Peixe Frito: Brunode Menezes, obabalaôaçu, em Batuque (2007), poemas que narra a “pretitude” amazônica; Jacques Flores, de ‘Cuia Pitinga’ (1936); De Campos Ribeiro no inimitável Gostosa Belém de Outrora (2005); ou ainda, para além dos ‘muros’ da Academia do Peixe Frito, a inigualável Eneida de Aruanda (1989) e Banho de Cheiro (1989); e tantos outros que ainda o fazem exemplo que na contemporaneidade pode se efetivar com Paes Loureiro e seu Altar em Chamas (1983), Salomão Laredo (1980), Sibele Mendes de Amor e Luta (1982), Raimundo Sodré, das crônicas Janeiros (2017), e Edyr Augusto Proença no Pssica (2016).

Belém do Grão-Pará (doravante grafado como BGP), o primeiro romance urbano de Dalcídio Jurandir, corrosivo ‘tableau’ belemense, é um exemplo singular de agonia e melancolia², que coloca em xeque os discursos hegemônicos, que consagraram, no endossar diacrônico da História em conformidade com a ideologia das elites, a cidade de Belém como a ‘Paris n’ América’. Vejamos, como exemplo, esta cena, protagonizada por Alfredo:

1 DEL CASTILO, Luis Heleno Montoril. “Lanterna dos afogados: Literatura, História e Cidade em meio à selva”, Belo Horizonte: UFMG, 2004; orientador: Prof. Dr. Wander Melo Miranda.

2 A melancolia é uma das temáticas mais desafiadoras quando a literatura tematiza a Amazônia; trata-se de uma postura quase filosófica, mas de sentidos múltiplos em que se deve destacar de um lado Euclides da Cunha, que demarca uma melancolia como desacerto; e de outro, Mário de Andrade que desenvolve a ideia de uma melancolia como contemplação e aprendizado social e estético;

Alfredo foi ver o lugar do piano e ouviu, como se fosse gravar para sempre, as vozes da Gentil, lá fora do toque de corneta ao chiar da máquina parando na estação da esquina. E tudo ali em dias se sumia, uma cidade se perdendo, aquela cidade que agora mais se apegava, porque era a de seu deslumbramento, do seu quadro de honra, de seus primeiros espantos e surpresas. Em Libânia, não via nada. Com efeito, Libânia movia-se como se não sentisse a mudança. Era a mesma, lépida, com aquele seu cheiro de suor e lenha, recolhendo da casa tudo o que pudesse levar... (JURANDIR, 1960: 204).

Em verdade estamos diante do contra discurso engendrado pelo literário, que desmonta, como, aliás, acontece efetivamente com a casa da Estrada de Nazaré (para onde se mudaram as personagens do romance) que desmorona na cabeça da família Alcântara e seus agregados. Sim, o discurso grandiloquente e ufanista desta Paris N' América, “bichada”, não suportará a trama narrativa de Dalcídio Jurandir que representa uma cidade em ruínas, que cai aos pedaços, como bem alertou-nos Marli Tereza Furtado³.

E para ironizar, de modo sarcástico, o pretenso ‘iluminismo da ‘cidade luz’ dos trópicos’, o narrador descreve uma cena provocativa, em que Alfredo e Libânia, ambos subalternizados na estrutura da família Alcântara (ele um agregado, ela criada), dialogam, e deixam antever novamente a disjunção ideológica, bem na contramão dos arroubos ufanistas que marcam os discursos ‘patrioteiros’:

- Vai ficar escuro [na casa], disse Libânia. A lamparina vai apagar.
 - Por quê? Mas se nem me deu ainda na vontade de ir, ora! Está me ouvindo? Mas que essa lamparina vai apagar, vai.
 Aí soprou, a lamparina apagou.
 Em silêncio, Libânia não se mexia na escuridão, mas Alfredo sentia-lhe o respirar.
 - Libânia?
 - Hein?
 E esse hein era de uma doçura, de um desejo que ele lhe dissesse alguma coisa que nunca tinha ouvido, que os rapazes nunca falavam e que só “aquele-menino” seria capaz, por delicado e boa cabeça. Ficou esperando, desfeita na escuridão, apressada que ele dissesse.
 – Vamos buscar os vagalumes da baixa para alumiar a casa?...
 (JURANDIR, 1960: 204-5).

3 <http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270342/1/Furtado,%20Marli%20Tereza.pdf>

O estilo narrativo que faz de Dalcídio Jurandir um dos mais férteis descendentes da ironia machadiana, se atravessa o diálogo destes dois personagens marginalizados, menosprezados pela classe média paraense, como que a implodir a ordem de poder vigente. Se estas duas personagens dão o tom de síntese do que representava a Belém de então, a projeção exaltadora da cidade (imaginada por sua elite), se dilui no ar, ou antes, é implodida pelo sarcasmo enunciativo que infesta as falas de Alfredo e Libânia. Assim a capital do Pará, representada em BGP, é exemplo de ‘universo derruído’ (para usarmos a expressão irreparável, cunhada pela professora Marli Tereza Furtado). Diferentemente do que se pode imaginar, e no contra fluxo do discurso de consenso das elites políticas conservadoras, a Belém narrativizada por Dalcídio Jurandir faz-se da movimentação de explosões enunciativas em que as metáforas ganham destaque, metáforas que con+formam um hino de melancolia, advindo da fantasmagoria destilada no fim do Ciclo da Borracha, que criou, no imaginário dos belemenses (ou em parte dos habitantes da cidade), o fausto da econômico do látex; discurso que é reiterado sempre que possível pelo ‘sistema de conforto’ dos que se regozijam no poder faz muitos anos, mas que, entretanto, vê surgir o contra discurso de críticos, que instauram uma espécie de curto circuito no sistema elétrico da ideologia oficial das nossas elites. Fábio Fonseca de Castro (2010), um destes ‘insurgentes’, afirma: “*Em Belém, durante o ciclo do látex, teve-se essencialmente, uma experiência periférica de modernidade*” (CASTRO, 2010: 135). Modernidade periférica e tardia, no dito de Castro, é algo que ecoa e faz todo o sentido em nossa leitura deste romance dalcidiano, que, de modo muitas vezes ácido, estremece o bom senso das nossas classes abastadas que se assume como elite social.

Figura 1: a virada do século XIX para o XX: o postal opta pela comunicação visual que dá conta de uma cidade travestida à parisiense



Fonte: Belém da Saudade, 4 ed. Belém, SECULT, 2014.

Além de Fábio Fonseca de Castro (2010), outro teórico que é fundamental para este texto (e já tinha sido em minha tese de doutoramento sobre o mesmo romance) é Willi Bolle (1994). É Bolle, há que se ver, é quem traduz o conceito de melancolia benjaminiana de que lanço mão.

Ao se abrir as páginas de Belém do Grão-Pará, de Dalcídio Jurandir, somos tatuados pelo clarão solar, advindo das ruas, em deslocamentos fisionômicos em que personagens, sobretudo Libânia e Alfredo (Antônio é personagem menos constante na trama, mas não menos instigante), perscrutam as ruas da ‘metrópole equatorial’, conforme a denomina Willi Bolle (1994), cidade ressignificada pelo viés do literário. O romance é

atravessado por vários episódios significativos, eles nos provocam, pedem nossa interpretação.

Este clarão epifânico não abafa algo bastante presente na ‘âni­ma’ da diege­se, que tem a própria cidade de Belém como protagonista. Estou a referir-me à melancolia (ela, de novo), uma espécie de fantasmagoria advinda da ‘ressaca’ vivenciada pelas personagens – notadamente os Alcântara - que habitam a cidade que este veno o olho do furacão do Ciclo da Borracha; fato que é linha divisora na história da Amazônia, segundo a ótica da elite capitalista. O fausto da borracha deixou marcado no imaginário das pessoas uma eterna saudade daquele momento em que a capital do Pará teria experimentado laivos daquilo que Castro (2010) chamou de “*modernidade ambígua*”, resultado da “*encenação do anti-mundo*” com a “*sensação de derrota ante ao processo colonizador*” (2010:132). Segundo, no entanto, a visão idealizada de parte da população (e isto sobrevive no imaginário cotidiano de classes médias), é como se nada mais tivesse acontecido na história social e econômica da cidade/região de mais edificante, digno de ser contado, ressaltado. E o próprio Dalcídio Jurandir não nos deixa esquecer, via, sobretudo, as falas de dona Inácia, da Cabanagem, revolução popular que marca um modo subversivo de contestar o poder estabelecido.

Castro (2010), que é um crítico desta ‘mitificação gloriosa’, espécie de endeu­sa­mento da modernização advinda do Ciclo da Borracha, sintetiza um pensamento, que a meu ver, está em consonância com o ‘mal estar’, advindo da leitura de Belém do Grão-Pará. Diz-nos o professor:

A renovação de Belém, iniciada em 1870 e concluída, dramaticamente, em 1912, trouxe no seu bojo a soma dessas experiências “de modernidade”, constituída no tecido de sua experiência histórica. A cidade-látex foi, em boa parte, um anti-mundo, uma modernidade falsamente conquistada, uma experiência urbana irregular, uma experiência social vacilante, uma experiência econômica distorcida e, sobretudo, uma experiência política flagrantemente destinada ao fracasso (CASTRO, 2010: 133).

A fim de se perceber a confluência do pensamento de Castro, sintonizada à enun­ciação irônica de Dalcídio Jurandir faz-se necessário avançarmos nesta

interpretação-passeio, espécie de “trilha literária” do romance, não sem antes descortinar o sentido da palavra melancólico que advém da leitura de Belém do Grão-Pará, melancolia aqui empregada de acordo com o conceito benjaminiano. E para nos esclarecer tal conceito, recorremos a Willi Bolle e seu *Fisiognomia da Metrópole Moderna* (1994). Segundo Bolle, Walter Benjamin identifica melancolia [Trauer]elutocomo sentimentos queestão ligados a demonstrações públicas de ostentação, relacionadas ao drama barroco alemão, a saber:

[Trauerspiele] não são tanto peças que provocam a tristeza [Traurigkeit], como peças graças às quais o luto [Trauer] encontra uma satisfação: peças para melancólicos [Traurige]. Uma certa ostentação lhes é inerente. Seus quadros são organizados para serem vistos, ordenados na forma em que querem ser vistos. Assim como o teatro renascentista na Itália, que tantas vezes influenciou o Barroco alemão, emergiu da pura ostentação, ou seja, dos *trionfi*, as procissões acompanhadas de recitativos, surgidas em Florença sob Lorenzo Médici” (BOLLE, 1994: 116-7).

A melancolia, então, é fruto de um espetáculo lúdico e exibicionista que privilegia o poder a partir do rito das procissões. Assim, “*Nas passagens benjaminianas sobre a melancolia, unem, como nos melhores momentos do drama barroco, jogo e reflexão. No jogo, emerge a figura do “Príncipe melancólico” (...)* aquele que faz o papel de príncipe: o ator...” (BOLLE: 1994, 119).

Penso que o melancólico, no sentido benjaminiano da espetacularização, é reapropriado por Dalcídio Jurandir em Belém do Grão-Pará. É notório, resultado do imaginário das elites amazônicas, que a melancolia nos persegue desde que ‘perdemos’ a belle époque, instilada pelo ciclo da borracha. Isto se deu segundo a ótica de uma burguesia capitalista, que (sub)existiu na periferia do capitalismo equatorial brasileiro. Dalcídio Jurandir, que se formou nas hostes do realismo socialista, aprimorou seu estilo irônico que por vezes beira o sarcástico, para desmontar a ideologia dominante. O autor empírico, destemido, industriase um narrador e seus personagens no sentido de desqualificar, através de cenas, objetos e ações o fantasma melancólico que talvez pudesse surgir em cena a grasnar, feitu um corvo: ‘belle époque’, se por aqui um dia existiu, Nunca Mais! Nunca mais! Nunca mais!’.

Figura 2: A antiga Estrada de Nazaré, retrato do início do séc. XX, aqui vale realçar o elétrico, que marca a vida de algumas personagens de Dalcídio Jurandir



Fonte: Belém da Saudade (idem).

O romance em questão está atravessado destes momentos em que o narrador ironiza, bem ao gosto da veia machadiana, o fausto do recente passado da cidade. Não vou tratar do comportamento de dona Inácia Alcântara, que seria talvez mais óbvio, mas o farei com alguns símbolos, representados no enredo, que são sintomáticos desta opção. E deles os principais são: o choque entre o ganso performático e o gramofone mudo, bem como a reapropriação criativa, em prosa, do poema ‘Uma passante’, de Baudelaire:

[Alfredo] logo se viu surpreendido por uma senhora que passou junto dele com roupa numerosa, deixando um rastro de misterioso perfume (...) habituava-se a ver senhoras da cidade, mas não aquela. Era um

traje que rangia como um sapato novo, uns enfeites como espiga de milharal, mas quanta joia! Que almofada de rendas era o peito! O Chapéu, uma tampa de terrina com ramalhetes caindo pelos ombros da senhora, protegendo-os do sol. No quarteirão sem calçada, cheia de goiabas podres e à vista dos cacos de vidro, a madame avançava para o Largo de Nazaré, transportada por dois negros africanos que eram aqueles seus sapatos fabulosos. Não sabia por que lhe deu na cabeça pensar isto, mas pensou que bem podia ser a mulher do Arcebispo, não?

Quando voltava, passou pela casa do ex-Governador, a melhor daquela quadra (...) Contou da senhora para a madrinha. Com seu espanto no olhar, d. Inácia explicou, numa fingida severidade:

– Rapaz, rapaz, que tu andas fazendo na rua... O que te encheu os olhos foi uma ex-artista de teatro. Hoje é a mulher do ex-Governador. Mas continua artista novestir, no calçar, no ir à missa, no se sentar no penquinho. A borracha fez do Besouro um Senador. Depois um Governador. Essa peça chegou aqui numa zarzuela. Não fala com ninguém na rua. Sai na rua como entrava no palco.

– Mas francesa?

– Por que francesa, hein, meu sem-vergonha? (...)

Naquela manhã, com efeito, pensava Alfredo, e ela não caminhava em Belém, mas no palco... (JURANDIR, 1960: 80-1).

Como se constata, há, no excerto acima, uma semelhança com aquela passante original⁴, fugidia, indiferente, criada por Baudelaire; ela que marcou decisivamente o tema da mulher que é empurrada pela multidão para longe do poeta. Aqui, a passante amazônica, ironicamente redesenhada pelas mãos do narrador de Dalcídio Jurandir, se filia ao modernizante ‘espírito do tempo’⁵.

4 A uma passante – Charles Baudelaire (tradução Marco Antonio Frangioti)

A rua ensurdecadora ao redor de mim agoniza.

Longa, delgada, em grande luto, dorma majestosa,

Uma mulher passa, de uma mão faustosa,

Soerguendo-se, balançando o festão e a bainha;

Ágil e nobre, com sua perna de estátua.

Eu, embevecido, inquieto como um extravagante,

Outra passagem agônico-melancólica é descrita abaixo, momento em que Alfredo e dona Amélia visitam a casa do padrinho do menino, um antigo aviador, que ganhara fortuna na época da borracha:

Agora o palacete pintado de novo, cortina, soldado à porta, dois pavimentos, olhava do alto a sucumbida residência.

D. Amélia bateu palmas.

Alfredo, impaciente, encabulado, com sua cabeça em pelo, voltava-se para as palmeiras da Trindade. A praça, das velhas casas tão encaixadas umas nas outras, convergia para a igreja. Lá, na torrinha, os sinos. A cruz flutuava escura no azul carregado onde as nuvens, brancas e paredes, lembravam roupas no quaraduro.

Alfredo pedia para que ninguém viesse atender. Haviam saído? (...) Mãe voltou a bater palmas. Não havia mais campainha. Bateu com avelha maçaneta. Abriu uma persiana, a medo, e uma cabeça furtiva logo se recolheu.

Quando aquela moça abriu a porta, onde estava o tapete, aonde andava a menina e o menino?

Atravessaram a sala dos discos, cheia de estantes, e entraram na sala de jantar que se avarandava para o pátio onde, em torno de um tanque seco, ao pé de uma cadeira, de embalo sem assento e um resto de caramanchão, grassava um ganso muito velho. Seria o ganso, aquele? Ainda, depois de tantos anos? Nada perguntou à mãe. Dominando os móveis, solene, num consolo repousava o gramofone. A mãe havia lhe contado que o ganso passava o tempo a escutar o gramofone, mas um dia não reinou?, e avançou contra aquela boca enorme e aquela voz. Também se lembrava agora que o ganso dava beliscadas nas pessoas, tinha ciúmes de seu Barbosa (...)

[Alfredo] olhou dentro do bocal do gramofone. Escuro, mudo, insondável. Essa escuridão e mudez enchiam a casa, mais desolada e deserta pela silenciosa quantidade daqueles discos nas estantes e esse e aquele grassar do ganso velho... (JURANDIR, 1960: 46-7).

Em seus olhos, o céu lívido onde se oculta o furacão,

A doçura que fascina e o prazer que destrói.

Um clarão... depois a noite! — Beleza fugidia

Cujo olhar me faz subitamente renascer,

Não te verei então na eternidade?

Alhures; bem longe daqui! Muito tarde! Jamais talvez!

Por isso ignoro onde tu foste, tu não sabes onde vou,

Ah se eu a amasse, ah se eu a conhecesse!

5 O idioma alemão contém uma palavra para identificar este “espírito do tempo”: *zeitgeist*, qual se adequa a o que se está a afirmar aqui.

A cena descrita exalaria a mofo, não fosse a luminiscência⁶ do menino que explora o espaço, tentando reconhecer nele os rastros de um passado de fartura e glória. Hoje, no entanto, o que se percebe, graças à intimidade do narrador com os sentimentos de Alfredo, é a sublevação da melancolia (embora o espetáculo não se dê no espaço externo das ruas, o sentido se assemelha ao empregado por Benjamin (1994), anteriormente comentado), melancolia que ecoa nos quatro cantos da casa de seu Barbosa (opadrinho), e pode ser confirmado no gramofone mudo, no velho e neurastênico ganso, na ‘escuridão e mudez’, na desolação e abandono da casa que outrora fora uma animada residência, confluência da fartura material, artifício advindo da era da Borracha.

Bem, por tudo o que se apontou aqui, estamos diante de um autor que ironiza o capitalismo e coloca sob suspeição, de modo sarcástico, a modernidade periférica, de que Belém foi sujeito e objeto, vítima e algoz.

Ao ler Belém do Grão-Pará, sinto-me impelido a parafrasear Walter Benjamin (1994) que parece ter auscultado uma concha na ilusão de ouvir as vozes do século XIX, século que, segundo ele, estava oco dentro de si. Assim eu, que neste início do século XXI, volto ao início do século XX, tempo da trama das personagens de BGP. Ao repassar os sentimentos advindos dos sentidos excitados pela escrita dalcidiana, retorno ao presente. Coloco a concha no ouvido; não ouço – e poderia? – o atrito faiscante dos bondes; não escuto mais o pregão dos leiteiros à porta das casas, mas me atenho às rasuras nas vozes de Alfredos, Libânias, Antônio... O vociferar da algazarra que perturba aqueles que ainda desejam ouvir algo, nem que sejam os motores dos coletivos que rasgam as ruas em todas as direções. Afinal a oficina da memória que pulula do romance não objetiva reconstruir o passado, mas lê-lo com a força dos que chegam à beira do abismo. Ou nem pretendem chegar a lugar algum.

6 A curiosidade ilumina Alfredo não somente neste romance mas noutros do Ciclo do Extremo Norte; onde chega, Alfredo redimensiona e chama atenção para si, devido sobretudo a seu jeito perscrutador e investigativo.

No entanto, se me fosse dado o poder de um demiurgo, eu fisgaria da garganta de Alfredo uma paródia ao ‘fragmento’ de Walter Benjamin (1994), que me instigou, via a leitura de Willi Bolle (1994), em livro supracitado, parte destas reflexões:

Quando velho gostaria de ter
no corredor-rio de minha casa flutuante
um mapa: Belém?
Conteria legenda, pontos azuis
Gentil 160, Nazaré, 34, estradavenida
ruas onde me moraram
Pontos amarelos, os lugares de minhas
namoradas que flutuam
como as pedras que assaltam as mangueiras
Com triângulo marrom
marcaria o Soledade:
onde jazem meus fantasmas de aquém-túmulo
Linhas pretas: Bosque Rodrigues Alves e o Ver-o-Peso
Que percorri com Libânia mais Andreza
(esta que deixara em minha têmpora
o veneno de cobra coral)

E flechas de todas as cores apontariam
os arredores onde as bandeirinhas encarnadas
denunciam o gosto do açai
E muitos quadrados
– o quadrado é uma instituição entre os passeantes –
marcariam aposentos de amor.
Da mais baixa espécie ou
do amor mais abrigado ao vento.

Referências

BENJAMIN, Walter, In BOLLE, Willi. **Fisiognomia da Metrópole Moderna**. São Paulo: Edusp, 1994.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da Metrópole Moderna**. São Paulo: Edusp, 1994.

CASTRO, Fábio. **A Cidade Sebastiana: era da Borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade**. Belém: edições do autor, 2010.

CAVALCANTE, Vasco(org.). Antologia de Autores Paraenses no Cultura Pará, In www.culturapara.art.br. Acesso, 20 de novembro de 2015.

DEL CASTILO, Luis Heleno Montoril. **Lanterna dos afogados: Literatura, História e Cidade em meio à selva**. 2004. 208 f. Tese (Literatura Comparada). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ENEIDA. **Aruanda e Banho de Cheiro**. Belém, Fundação Cultural do Pará, 1989.

FLORES, Jacques. **Cuia Pitinga**. Belém, Oficina do Colégio Lauro Sodré, 1936.

FURTADO, Marli Tereza. **Universo derruído e corrosão do herói em Dalcídio Jurandir**. 2002. 262 f. Tese (Literatura). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas.

FRANGIOTTI, Marco A. **Obras Completas de Charles Baudelaire**. Paris, Edições Roberto Laffont S.A., 1980.

LAREDO, Salomão. **Senhora das Águas**. Belém, Edições do Autor, 1980.

_____. **Sibele Mendes de Amor e Luta**. Gráfica Falangola, 1982.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Altar em Chamas**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.

MENEZES, Bruno. **Batuque**, 7 ed., Belém Edição do Autor, 2007.

NUNES, Paulo Jorge Martins. *Útero de areia, um estudo do romance ‘Belém do Grão-Pará’*, de Dalcídio Jurandir. 2007. 196 f. Tese (Literaturas de Língua portuguesa). Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PROENÇA, Edyr Augusto. **Pssica**. São Paulo, Boitempo, 2016.

RIBEIRO, De Campos. **Gostosa Belém de Outrora**. 2 ed., Belém, SECULT-PA, 2005.

SILVA, Rosário Lima; FERNANDES, Paulo Chaves. **Belém da Saudade**: a memória da Belém do início do séc. XX em cartões postais. 4 ed., Belém: SECULT, 2014.

SODRÉ, Raimundo. **Janeiros**. Belém, Chronos Editora., 2017.

Capítulo 6

A Amazônia e a construção imagética da identidade: Uma leitura fenomenológico-hermenêutica da revista Amazônia Viva¹

Lídia Karolina de Sousa Rodarte

Resumo

O presente artigo reflete a identidade pessoal e a construção imagética da identidade narrativa na Amazônia, tendo como referencial a perspectiva dialógica de Paul Ricoeur, enfocando a vivência no tempo e a influência do outro na construção do si-mesmo. Analisa-se como as narrativas são tecidas por meio dos textos e das leituras ao longo da história, e a dificuldade de identificar e diferenciar, em alguns momentos, os elementos reais ou ficcionais dentro da narrativa da identidade. Utiliza-se nesta escritura o método fenomenológico-hermenêutico proposto por Ricoeur e desenvolvido em por Motta em sua proposta de movimentos para a análise crítica da narrativa, processo pelo qual o significado é desvelado para além do conteúdo manifesto. Como objeto analisamos a capa da revista Amazônia Viva, cujo destaque da edição é a identidade amazônica. Seleccionamos a capa da edição de nº 40 da revista AV, que tem por título “Quem são os Amazônidas?”. Na interpretação, adotamos a análise dos movimentos de análise, que compreendem as ações dentro da trama, a análise do perfil dos personagens e de sua atuação dentro da história, bem como as estratégias narrativas adotadas pelo narrador. Notas pessoais foram registradas em relação a dúvidas no entendimento da narrativa ou possíveis ambiguidades, assim como observações relativas às conjecturas e pré-julgamentos em relação aos sentidos produzidos pela capa e intencionalidade do autor na construção dessa identidade imagética.

Palavras-chave: Amazônia; Identidade; Narrativa.

¹ Trabalho apresentado no II Encontro de Antropologia Visual da América Amazônica, realizado entre os dias 25 e 27 de outubro de 2016, Belém/PA.

1. Identidade pessoal e identidade narrativa

Na concepção ricoeuriana (RICOEUR, 1994) de identidade, a problemática do tempo se torna um elemento fundamental de reflexão sobre o sujeito. Segundo o autor, a gênese do problema estaria na própria origem da palavra ‘identidade’, que deriva de dois termos latinos *idem* e *ipse*. Em latim, *idem*, revelaria a identidade mesma no tempo, naquilo que essa não tem de efêmero naquilo que se repete e que se afirma como fixo, imutável, atributo que o autor chamou de ‘mesmidade’; enquanto *ipse* primaria pelo aspecto fluídico da identidade, que se desdobra pela palavra, na forma de narrativa no tempo.

A identidade narrativa estaria, portanto, intrinsecamente ligada à gênese do termo identidade, e as abordagens relacionadas tanto ao *ipse* quanto ao *idem*. Ela se conta por meio da história no tempo, e para Ricoeur (1990b), por meio da vivência e experiência do sujeito no mundo, racionalizada através de histórias e narrativas.

A narrativa de uma pessoa ou de uma comunidade ocupa o lugar entre história e ficção. As vidas humanas são compreendidas ou interpretadas quando decodificadas a partir das histórias que a gente conta, traduzidas nos modelos narrativos onde se manifesta a trama do sujeito em seu cotidiano. (COSTA, 2010, p. 152)

Ricoeur (1990b) pensa a identidade pessoal de forma reflexiva, começando pela forma como se refere ao sujeito, utilizando o pronome reflexivo ‘si’ e não a primeira pessoa do singular ‘eu’. O sujeito para ele é dialético, construindo-se ora em atividade, ora em passividade. Em ‘O si-mesmo como um outro’, Ricoeur trabalha a identidade de forma dialética, em que “*A mesmidade designa o ser idêntico a si e imutável enquanto a ipseidade designa a identidade pessoal e reflexiva constituída de uma alteridade intrínseca*” (PIVA, 1999: 208) ao sujeito, ou seja, o que dentro da constituição do sujeito não seria somente próprio de si, mas construído também pelo outro.

Ao tratar da fragilidade da identidade, na discussão sobre a construção da memória individual, o autor deixa claro acreditar que nossas memórias

e vivências são também construídas fora de nós mesmos,

Não só a ideia de memória colectiva parece apropriada a uma experiência directa e imediata da memória partilhada, mas podemos também legitimamente perguntar se a memória pessoal, privada, não é em grande parte um produto social: pensai no papel da linguagem na memória na sua fase declarativa: uma recordação diz-se na língua materna, a língua de todos, as nossas recordações mais antigas, as da nossa infância, representam-nos associados à vida dos outros, em família, na escola e na cidade; é muitas vezes juntos que evocamos um passado partilhado. (RICOEUR. 2000: 2).

NaperspectivadialécticadeidentidadedosujeitoemRicoeur(1990b) a problemática da identidade pessoal encontra-se vinculada à questão da temporalidade. “*É na noção de identidade narrativa que se articulará dialeticamente mesmidade e ipseidade.*” (PIVA, 1999: 208).

Ao trabalhar a temática da força do pré-construído acerca da noção de identidade na Amazônia, Dutra (2009), cita Bhabha (1998) trazendo a ideia de estereótipo na estratégia discursiva, resgatando alguns pontos do aspecto do idem da identidade, pois este estereótipo construído destacaria o aspecto imutável, ou como ele mesmo chama “fenômeno de reiteração”. Esse ocorre desde o período da colonização e tem se repetido nas narrativas ao longo do tempo, e seria reconhecido como “*uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre no lugar, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido (...)*” (BHABHA, 1998: 105 *apud* DUTRA, 2006: 64-65).

Dutra traz o fenômeno da reiteração para o contexto das narrativas midiáticas, destacando que essas, ainda resgatam até hoje elementos dos primeiros textos históricos sobre a Amazônia

recuperando elementos constitutivos de textos precedentes, já presentes no imaginário, atualizando-se, cada um em seu momento, e transmitindo, por meio de novas enunciações, noções cristalizadas, porém recontextualizadas, a outros relatos que o sucedem (Dutra, 2009: 71).

A relação de reiteração constante vincula-se à perspectiva da identidade amazônica como cristalizada no tempo, tendendo para o reforço do aspecto mesmo da identidade, vinculando-a à noção de mesmidade, porém os discursos produzidos e reproduzidos exaustivamente nos trazem o elemento externo, do olhar do outro, do composto de alteridade presente no ipseísmo e defendido por Ricoeur (1990b) ao escrever sobre a identidade narrativa, e mencionado por Dutra (2009, p. 234) como palavra delegada pelo produtor midiático, à qual ele denomina ‘palavra de outros’.

Na análise da construção da identidade amazônica, com perspectiva ricoeuriana, toma-se como objeto a revista *Amazônia Viva*, editorial mensal, produzido pelas Organizações Rômulo Maiorana, com o patrocínio da empresa Vale S/A, encartada no jornal paraense *O Liberal*, nas primeiras quartas-feiras de cada mês.

2. O método fenomenológico-hermenêutico e a compreensão da realidade amazônica

Apesar de utilizar a hermenêutica como método para compreensão e interpretação de narrativas, Ricoeur (1990) a vê também como uma filosofia, como uma espécie de vínculo do sujeito com sua identidade, com sua memória, como uma forma de compreender ontologicamente a si mesmo e ao mundo. Ele defende que o homem se instituiu ao longo do tempo por meio de suas ações, e se compreendermos essas ações e esse mundo de outras épocas, interpretaremos o sujeito, uma vez que em cada uma dessas épocas o homem criou mecanismos de compreensão, por meio da cultura, do simbólico e das relações sociais. “A história universal torna-se, assim, o próprio campo hermenêutico. Compreender-me, é fazer o maior desvio, o da grande memória que retém o que se tomou significativo para o conjunto dos homens.” (RICOEUR. 1990a: 28). Ou seja, a interpretação teria como alicerce a dialética entre explicação e compreensão.

A grande memória, que faz referência à própria história humana, ganha

uma dimensão temporal linear a partir da invenção da escrita (FLUSSER, 2012). Esta pode ser entendida como um dos principais mecanismos cultural e simbólico criados pelo homem para se situar, enquanto sujeito, no tempo e no espaço.

Para Flusser a invenção da escrita seria como o “*desenrolar da imagem em linhas*”, linha essa que “*arranca as coisas de cena para ordená-las novamente (...) Ela desenrola a cena e a transforma em uma narrativa. Ela ‘explica’ a cena na medida em que enumera clara e distintamente cada símbolo isolado*” (2012, p.132). O autor identifica o texto como um desenvolvimento de imagens, pois este sempre se reporta a cenas, que se reportam a vivência concreta. Portanto, o texto estaria um passo atrás das imagens em relação à vivência concreta, o que explica a necessidade de se empreender maior esforço na interpretação dos textos.

O autor também compartilha da visão dialética de Ricoeur (1990a) em relação à interpretação, porém, acrescentando a questão da “*precedência do diálogo*” (FLUSSER, 2012: 97). Assim como Ricoeur (1990a) defende que nossas memórias, vivências e discursos são construídos coletivamente, Flusser (2012) entende que todo discurso, visto de um contexto mais amplo, faz parte de um diálogo com os discursos que o precederam e se orienta para os discursos que o sucederão, portanto, todos os discursos já nasceriam direcionados para a troca.

Levando-se em conta a relação de troca entre o texto e o leitor, Ricoeur sinaliza a tarefa a que se propõe o método do círculo hermenêutico desenvolvido por ele, que pressupõe, de certa maneira, a compreensão e interpretação trabalhada pelo leitor durante todo o percurso da leitura, e que a compreensão está implicada nos saberes que adquirimos *a-priori* com aquilo que vamos apreendendo ao longo do texto. E quando lemos entramos no círculo onde fazemos o caminho de ida, no sentido do texto, e o caminho de volta no sentido de nós mesmos.

D’un côté, la compréhension de soi passe par le détour de la compréhension des signes de culture dans lesquels le soi se documente et se forme; de l’autre, la compréhension du texte n’est pas à elle-même sa fin, elle médiatise le rapport à soi d’un sujet qui ne trouve

pas dans le court-circuit de la réflexion immédiate le sens de sa propre vie. Ainsifait-il dire, avecune égale force, que la réflexion n'estrien sans la médiation des signes et des oeuvres, et que l'explication n'est rien si elle ne s'incorpore à titre d'intermédiaire dans le procès de la compréhension de soi ; bref, dans la réflexion herméneutique – ou dans l'herméneutique réflexive -, la constitution du soi et celle du sens son contemporaines. (RICOEUR, 1986. p. 152) ².

Esse caminho que fazemos em direção à compreensão é o que Ricoeur (1990a) chamará de 'boa leitura', e Motta (2007) de contrato cognitivo, e pressupõe dois lugares e mundos diferentes, que se permeiam, ou seja, uma diferenciação entre o mundo do autor e o mundo do leitor, e ambos são levados em conta na interpretação, pois na fenomenologia da leitura, proposta por Ricoeur, ao mesmo tempo que o texto constrói o leitor, a partir do que ele apreende e compreende por meio do texto e do que foi proposto pela construção intencional do autor, a leitura também fica limitada aos limites do mundo das crenças, das vivências e experiências do leitor.

Enquanto o leitor acompanha as expectativas propostas pelo texto ele se torna um lugar irreal, ocorre uma pausa na reflexão. Por outro lado, enquanto o leitor incorpora (inconscientemente ou não) os ensinamentos de suas leituras à sua visão de mundo, a leitura deixa de ser um lugar em que ele se detém para ser um meio que ele atravessa. (SCHRAMM. 2002: 19)

Para ele, a hermenêutica se relacionava de maneira privilegiada com a linguagem escrita. Ele sustenta que essa não pode ser comparada à linguagem falada, pois *“a escrita torna o texto autônomo relativamente à intenção do autor. O que o texto significa, não coincide mais com aquilo que o autor quis dizer.”* (RICOEUR, 1990a: 53). Na leitura não ocorre a interlocução entre

2 Por um lado, a compreensão de si parte, inicialmente, da compreensão dos signos culturais de onde aqueles signos se documentam e se formam; por outro lado, a compreensão do texto não tem nela mesma seu fim, ela media o discurso à si de um sujeito que não encontra no curto-circuito da reflexão imediata o sentido da sua própria vida. Então, se diz, com igual força, que a reflexão não é nada sem a mediação dos signos e das obras, e que a explicação não é nada se ela não se incorpora ao título de intermediária do processo da compreensão de si mesmo; em suma, na reflexão hermenêutica – ou na hermenêutica-reflexiva -, a constituição de si e do sentido são contemporâneos. (tradução livre, feita pela autora do artigo)

as partes, a relação entre o leitor e o autor é para Ricoeur (1986) de outra natureza, pois o diálogo na oralidade pressupõe questionamentos, perguntas e respostas, enquanto no texto escrito isto não ocorre,

(...) il n'y a pas d'échange de cette sorte entre l'écrivain et le lecteur ; l'écrivain ne répond pas au lecteur ; le livre separe plutôt en deux versant l'acte de d'écrire et l'acte de lire qui ne communiquent pas ; le lecteur est absent à l'écriture ; l'écrivain est absent à la lecture. Le texte produit ainsi une double occultation du lécteur et de l'écrivain ; c'est de cette façon qu'il se substitue à la relation de dialogue que noue immédiatement la voix de l'un à l'ouïe de l'autre.³(RICOEUR, 1986: 139)

De certa maneira a autonomia do texto não permite que se apreenda o sentido real daquilo que o autor pretende comunicar, ela liberta o texto, se abre à polissemia dos significados, não se prende às certezas do diálogo, mas se abre a algo que ele denomina “a libertação da coisa escrita” (RICOEUR, 1989:53),edizqueesseéomaisnotávelefeitodaescrita,poisvirtualmente, o texto é aberto de significados e de público, sendo este, potencialmente, todo aquele que sabe ler.

Porém, em seus estudos do método fenomenológico-hermenêutico de Ricoeur (1989) aplicado os estudos de recepção, Schramm (2002) menciona que para Ricoeur (1989), nem toda leitura pode ser considerada uma boa leitura, para que assim ela o seja, deve existir um equilíbrio entre a irrealidade, àqualoleitorseentregaquandoapreendeaficçãodotexto,eodistanciamento que permite a reflexão do leitor sobre esse. A fenomenologia da leitura prima pelo distanciamento, levando em conta o contexto de inserção do leitor, e a forma como ele interpreta e apreende aquilo que lê.

Ao tratar de ficção, escreve Eco (1994), sempre que nos depararmos com algum tipo de relato, temos uma tendência a pressupor que o sujeito

3 (...) Não há troca deste tipo (da que há na oralidade) entre o escritor e o leitor; o escritor não responde ao leitor; o livro separa mais evidentemente em duas partes a arte de escrever e a arte de ler, que não se comunicam; o leitor é ausente na escrita; o escritor é ausente na leitura. O texto produz então uma dupla ocultação, do leitor e do escritor; é dessa forma que ele se sobrepõe à relação de diálogo que une imediatamente a voz de um ao ouvido do outro. (Tradução livre, feita pela autora do artigo)

que relata quer que tomemos a história que ele conta como verdadeira. Dessa forma, tendemos a categorizar relatos como verdadeiros ou falsos, dependendo das estratégias do narrador, e do aparecimento ou não de traços ficcionais na história. Com base nisso o autor categoriza a narrativa em dois tipos: natural ou artificial. Eco (1994) nos lembra que por vezes na história, a ficção da narrativa torna-se tão convincente, que é difícil acreditar que ela não seja verdadeira. A narrativa se desdobra de um autor para o outro tomando traços de verdade incontestável, que nem mesmo os fatos documentais e dados são capazes de depor em contrário.

Essa problemática do elemento ficcional permeando a narrativa histórica é muito presente nas narrativas que falam da Amazônia. Segundo Dutra, “*o discurso ficcional ganha vida própria (...) e colocam os cronistas da colonização na posição cômoda de quem produz um saber que vem de longe.*” (2009: 62).

Com relação à autonomia desses relatos ao longo do tempo, Dutra (2009) afirma ainda que, apesar de os cronistas serem as fontes primárias desses relatos, os documentos históricos que se seguiram a eles, assim como textos contemporâneos, tanto literários, quanto midiáticos continuam reforçando e recuperando os elementos típicos desses relatos iniciais. A identidade e o imaginário amazônida se remodela, se recontextualiza, porém permanecem cristalizadas no tempo e no espaço, presas às primeiras narrativas do período da colonização.

A forma como a região é vista hoje é resultado dos discursos que chegaram até nós, e prepondera, obviamente, a visão de mundo do colonizador, do alóctone, e não do nativo. Sequer essas duas vozes estão em equilíbrio nos discursos que se faz hoje sobre a Amazônia. Por isso a grande quantidade de estereótipos ligados à região: vazio demográfico, floresta, rios caudalosos – representações ligadas a sua fisiografia –, bem como a indolência dos nativos. Estes estereótipos são reproduzidos amplamente porque é desta forma que o alóctone, aquele cujo discurso sobre a região predominou – e continua predominando – vê a Amazônia. (BUENO, 2002: 65)

A produção do isolamento e da identidade amazônica tem sido construída entre os fatores do distanciamento físico, da economia, da história

e da cultura da região. Esse isolamento historicamente produzido por esses fatores, criaram uma cultura muito própria, que tem muitos de seus aspectos invisibilizados em benefício de um todo homogêneo retratado em narrativas produzidas inicialmente pelo olhar estrangeiro de que fala Bueno (2002) mas que se perpetuam nas narrativas atuais. É, portanto, oportuno fazermos o questionamento de até que ponto as narrativas amazônicas oficiais, produzidas pela mídia, pelo Estado e pela literatura, retratam a cultura e a identidade amazônica?

3. Quem são os Amazônidas?

Para empreender a análise fenomenológico-hermenêutica da revista *Amazônia Viva*, escolhemos uma edição que trata do tema da identidade, e é na busca de elementos que caracterizem qual a noção de identidade presente na narrativa da revista que orientamos esta pesquisa. Para tanto, observaremos a lógica presente no círculo hermenêutico-dialético, trabalhando na perspectiva ricoeuriana, desenvolvido sob influência da fenomenologia de Husserl.

De acordo com Oliveira (2011), ao considerarmos o desenrolar do círculo hermenêutico-dialético na análise, não podemos trabalhar com nenhum esquema fechado, precisamos adaptar a análise fenomenológico-hermenêutica para ser condizente com a pesquisa e as particularidades de cada contexto. Portanto, algumas adaptações serão necessárias para o melhor andamento da análise de dados.

As adaptações foram feitas principalmente em função da perspectiva inicial de Ricoeur (1999) de envolver elementos de textos literários e não midiáticos, não que isso interfira no resultado da análise se levarmos em conta que “*o próprio autor nos autoriza a aplicação do método, ao estender a noção de texto para qualquer objetivação humana.*” (SCHRAMM. 2002: 19).

Em sua obra *Teorias da Interpretação*, Ricoeur propõe um questionamento: “*Como deciframos o discurso escrito?*” (1999: 83). Em seguida

apresenta a proposta do método dialético da explicação e compreensão como uma alternativa de resposta a essa questão.

O autor defende que o discurso possui uma estrutura dialética, e portanto o ato de leitura também deve se orientar dessa maneira.

Dentro desse método, composto por explicação e compreensão, Ricoeur (1999, p.84) aponta que a explicação encontra sua aplicação mais ostensiva nas ciências naturais, enquanto a compreensão se origina como aplicação nas ciências humanas. O primeiro se baseia em métodos hipotético-dedutivos, onde o explicar é evidenciado, enquanto o segundo se pauta pela experiência de outro sujeito, de outra mente.

O autor salienta que a interpretação seria, na sua concepção, a dimensão da compreensão “*aplicada às expressões escritas da vida*” (RICOEUR. 1999: 85), e que o problema da interpretação se centraria no fato de todas as pessoas não possuírem a mesma vida psíquica, ou seja, as mesmas vivências, memórias e experiências.

Ricoeur, ao propor a análise do círculo hermenêutico para se compreender o texto escrito, buscava uma compreensão ampla, que nos possibilitasse tanto a compreensão da intencionalidade do autor quanto da própria enunciação, enquanto estrutura analítica do texto. Ele sugere, dessa forma, uma leitura inicial ingênua do texto, com nossas conjecturas iniciais já formuladas acerca desse, e como segunda parte da análise um distanciamento para obtermos uma objetivação em relação ao texto, apoiando-nos em procedimentos explicativos.

Há porém problemas que devem ser levados em consideração, como o caráter conjectural da interpretação, este pode ser exemplificado tanto pelo juízo de importância das coisas dentro do texto como pela pressuposição da unilateralidade da intenção do autor. Portanto é necessária a validação das conjecturas que fazemos a respeito do texto analisado, mesmo com ressalvas do autor ao frisar que “*mostrar que uma interpretação é provável à luz do que sabemos é algo diferente de mostrar que uma conclusão é verdadeira*” (RICOEUR. 1999: 90).

Porém, é possível se extrair um conhecimento científico do texto, defende Ricoeur, visto que esse “*apresenta um campo limitado de construções*

possíveis” (RICOEUR. 1999: 91) e que o círculo hermenêutico não é um círculo vicioso que se auto confirma, existe a possibilidade de arbitrar entre as interpretações possíveis, que se diferenciam pelos critérios de superioridade em relação a outra interpretação, o que ele denomina de “lógica da probabilidade subjetiva”(RICOEUR, 1976: 91).

Para este trabalho, definimos como texto de análise a matéria de capa da revista *Amazônia Viva*, edição nº 40, de dezembro de 2014, cujo título de capa apresenta a questão ‘Quem são os amazônidas?’.

Por meio da análise dialética do círculo hermenêutico, pretendemos identificar elementos construtivos da identidade do sujeito amazônico, ou seja, quais os elementos que a matéria de capa da revista AV identifica como ‘identidade amazônica’.

Para além desse objetivo, seria interessante verificar se os elementos encontrados nesse trabalho reforçariam ou não os elementos cristalizados da identidade narrativa amazônica presentes em textos midiáticos antigos e até contemporâneos que tratam da questão da identidade, porém, por questões metodológicas, de extensão da pesquisa e de *corpus* de análise, esse desdobramento será realizado em pesquisas futuras.

4. Procedimentos metodológicos e análise qualitativa

Para este trabalho empreendemos a análise das camadas de sentidos presentes nos principais aspectos abordados na fenomenologia de Ricoeur (1990), retomados por Motta (2013) na forma de conceitos-chave como tempo, ação, intriga e narrativa.

O objeto empírico selecionado para a análise foi a matéria de capa da edição de nº 40 da revista ‘*Amazônia Viva*’, que tem por título ‘*Amazônidas do século XXI*’ e subtítulo ‘*Mesmo diante dos constantes desafios sociais da atualidade, que envolvem saúde, educação, geração de renda e segurança, os 27 milhões de habitantes da Amazônia congregam um modo especial de ser e viver na região*’.

Com base na trama do texto jornalístico e da imagem se estruturou a análise dos sete movimentos organizados por Motta (2013) que equivalem aos elementos de compreensão da intriga, de compreensão da lógica presente na narrativa, dosurgimentodenovosepisódios, darevelaçãododrama, dos personagens, das estratégias de argumentação selecionadas pelo narrador e do aparecimento da metanarrativa dentro do texto.

Percebemos que a figura do narrador se coloca de forma evidente no texto analisado. Ele não se esforça para desaparecer ou para apagar as suas marcas no discurso, como ocorre frequentemente nos textos jornalísticos, isto fica mais evidente devido ao uso de adjetivos, que aparecem inicialmente, logo na chamada de capa da revista, quando, ao se referir à região amazônica, o narrador a classifica como promissora, e ao povo da região como “unido pelo orgulho de fazer parte” (O LIBERAL, 2014: 1) dela.

O narrador opta por iniciar a narrativa apresentando clichês recorrentes ao se abordar a Amazônia como temática, como forma de marcar sua posição de contrariedade em relação a eles, anunciando desde o início do texto que busca apresentar uma narrativa diversa desta que trata a região como ‘inferno verde’ ou ‘pulmão do mundo’.

Como forma de conferir status de verdade ao seu discurso anticlichê, ele faz uso abundante de dados numéricos, porcentagens de pesquisas realizadas por órgãos governamentais, com números acerca da composição étnica da população amazônica, da sua disposição geográfica e demográfica, do seu índice de desenvolvimento humano e do índice de progresso social. Dados esses que contrapõem crenças, segundo ele pautadas no absoluto desconhecimento a respeito da região, de que na Amazônia a maior parte da população vive zona rural e é pouco desenvolvida.

Apesar de não escrever explicitamente esta afirmação no texto, o autor fornece, por meio de números, contrapontos que demarcam seu posicionamento e deixam evidente que ele considera uma visão limitadora a de que a Amazônia é menos desenvolvida que as demais regiões do Brasil.

O narrador aporta seu discurso na fala de outros personagens, três deles aparecem dentro do texto, todos cientistas, sendo um pesquisador sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)

e dois sociólogos, uma professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e um professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). Outros 8 personagens aparecem por meio de imagens e falas em caixas isoladas, porém fora da trama principal.

Percebemos um destaque para uma personagem que não está na matéria, mas que ilustra a capa e constrói uma relação de sentido com a chamada principal ‘Quem são os amazônidas’, a cantora do mercado e ponto turístico tradicional de Belém, o Ver-O-Peso, Gina Lobrista.

Gina aparece na foto de capa ornamentada com um cocar de penas em uma foto tirada em plano fechado. Ela não nasceu na Amazônia, é pernambucada, e não está (como personagem) na matéria principal, porém, é mencionada no título de outra matéria desta mesma edição da revista, no qual o narrador refere-se a ela como “a voz doce do Ver-O-Peso”.

É possível apreender a mensagem de que a imagem da Gina faz referência ao tema principal da revista e à fala do terceiro personagem (um sociólogo, doutor e professor da UFPA), colocado no texto em discurso direto pelo narrador, na qual ele diz que “ser da Amazônia é se sentir amazônida” (O LIBERAL, 2014: 45), que esse pertencimento é parte de uma atitude de identificação que é construída na vivência.

Os outros oito personagens, cujas falas e fotografias aparecem em espaço determinado, fora da trama principal, são todos personagens da Amazônia urbana, sendo quatro homens e quatro mulheres. Todas as falas, em discurso direto, trazem aspectos positivos sobre viver na Amazônia e ‘ser’ amazônida. Em geral elas versam sobre a afetividade do povo e o orgulho de fazer parte da região, buscando com frequência minimizar os aspectos negativos, para isso, utiliza-se de estratégias discursivas de contraposição de ideias como em “o povo enfrenta dificuldades para lidar com problemas sociais” mas “é um povo guerreiro” (O LIBERAL, 2014: 43) e em “a gente tem problemas também” mas “eu não trocaria o Pará por outro Estado”. (O LIBERAL, 2014: 41).

A intriga principal, também conhecida como drama ou frame cognitivo, da matéria reflete a problemática principal desta pesquisa, que é a construção da identidade do “ser amazônico”. Para elaborar uma narrativa tecida em

várias frentes, o narrador se vale de diferentes pontos de vista, o texto se inicia com a menção aos clichês e posteriormente se desenrola com a apresentação de números e dados quantitativos que se referem ao espaço geográfico, às pessoas e à disposição dessas pessoas no espaço geográfico.

Em um segundo momento a conclusão da intriga se completa na fala dos personagens-referência, cientistas e acadêmicos que exprimem os seus pontos de vista acerca da questão da formação da identidade e das pluralidades que a compõem.

Um aspecto interessante em relação ao tema principal é que os personagens da Amazônia rural, como ribeirinhos, índios e caboclos, aparecem na fala de uma personagem, a socióloga e professora universitária, porém em nenhum momento eles aparecem em discurso direto, ou como algum dos entrevistados (como os oito destacados anteriormente).

Ao todo a narrativa é composta por um total de 12 personagens, sendo o primeiro deles a Gina, que aparece somente por meio da imagem, na capa, ou seja, apresenta-se apenas na composição de sentido, mas não na trama textual, outros três são pesquisadores e acadêmicos e os outros oito são revelados em discurso direto, com seus nomes assinando suas falas, juntamente com suas profissões/ocupações, sendo respectivamente: um pedagogo, uma fiscal de loja, um jovem-aprendiz, um piloto, uma enfermeira, um estudante, uma terapeuta ocupacional e uma estudante.

O enredo pode ser dividido em três quadros: o primeiro da apresentação dos clichês, o segundo da apresentação dos dados estatísticos e numéricos e o terceiro da apresentação das especificidades das relações que formam os componentes da identidade e tornam o ser amazônida único e especial, segundo o narrador. Todos os quadros se passam na Amazônia urbana do século XXI, sendo esse inclusive o título da matéria de capa ‘Amazônidas do século XXI’, acompanhado de uma imagem da Amazônia urbana em que aparecem várias pessoas indo e vindo numa rua que poderia ser a rua de qualquer cidade.

Diante disto, percebemos certa divergência entre a narrativa textual e imagética. Há um esforço por parte do narrador, ao elaborar a narrativa textual, que procura evidenciar aspectos peculiares que poderiam compor

a identidade amazônica, como a ‘mistura’ tão citada pelos personagens da trama, a ‘riqueza’, a ‘cultura diferente’, que vai no sentido contrário à narrativa da imagem que mostra uma Amazônia urbana que em nada se difere de qualquer outra região do Brasil.

A Amazônia peculiar e os signos que a compõe são mencionados na fala do professor universitário, mas não mostrados, o personagem da Amazônia tradicional da fala da professora e socióloga é citado, mas não entrevistado. O esforço de fugir dos clichês se mostrou na narrativa imagética que se refugia no urbano e invisibiliza o ambiente rural. O título da matéria “Amazônidas do século XXI” explicita um sentido do qual o autor tenta fugir no texto escrito, porém acaba tropeçando na imagem, o sentido que vincula diretamente o urbano ao atual e, por relação de oposição, o não-urbano ao atrasado.

5. Considerações Finais

Por meio da análise da narrativa percebemos que ela prioriza os aspectos positivos de ser da Amazônia, mesmo ao reconhecer as dificuldades enfrentadas por quem vive na região. Percebemos, na matéria analisada, uma tentativa de se livrar do estigma do componente de mesmidade presente na identidade, e largamente utilizado para reforçar clichês ao se referenciar a Amazônia, e ao mesmo tempo uma tentativa de valorizar o aspecto ipseísta da identidade, que faz referência ao dinâmico e conseqüentemente ao que parece mais atual.

Parece contraditório o reforço à ideia de que o principal aspecto definidor da identidade do amazônida, de acordo com o texto, seria justamente a falta dela, que reside na ideia da diversidade, chegando-se a utilizar o termo ‘ecossistema multicultural’. A principal voz que tece a narrativa nos faz crer que a diversidade, aliada à vivência das relações, é o que a define, porém se utiliza de falas de personagens, que repetem os mesmos termos ao se referir à identidade: povo, acolhedor, mistura, orgulho e privilégio.

Ser amazônida, nas várias vozes do discurso, sintetizadas pelo narrador, é ser plural, é ser tão diferente e às vezes até contraditório, que não seria possível se chegar a uma definição qualquer que seja minimamente fidedigna à essa identidade. Porém, identificamos, mesmo por meio da primeira leitura, ainda ingênua, que a palavra povo, no seu sentido de contato, de relação, de vivência em comum é citada em diversos momentos por vozes diferentes, indicando que apesar do reforço ao diverso, há uma unidade natural na relação entre esse mesmo ‘povo’.

Na conclusão do percurso narrativo percebe-se uma ênfase na construção da identidade narrativa, por meio da escolha das falas dos personagens dentro da narrativa principal que são apropriadas para encerramento do texto. Ambos versam sobre as relações e a vivência, sobre a construção da identidade por meio do dia a dia que tecem as relações sociais, sobre uma forma de ver a região e a si mesmos que se aportam nos aspectos coletivos, na forma de um ecossistema. Ou seja, a identidade estaria mais vinculada a uma condição de estar e fazer parte que a uma condição de ser e pertencer.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Com Revista Amazônia Viva jornal O Liberal, do Grupo ORM/Pará vence Marketing Best 2013.** Disponível em: <<http://www.anj.org.br/2013/12/09/com-revista-amazonia-viva-jornal-o-liberal-do-grupo-orm-para-vence-marketing-best-2013/>>. Acesso em: 27 de julho de 2015.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa.** São Paulo: USP, 2002. 187f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

COSTA, A. A. O. Reconhecimento de si e identidade narrativa: o si mesmo que se diz de múltiplas formas. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v.1, n.1, pp.151-152, 1º sem. 2010.

CORREIA, Carlos João. A Identidade Narrativa e o Problema da Identidade Pessoal. Tradução comentada de “L’identité narrative” de Paul Ricoeur. **Arquipélago** 7, 2000, pp. 177-194.

DUTRA, Manoel Sena. **A natureza da mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta**. São Paulo: Anablume, 2009.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado: Por uma filosofia do design da comunicação**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística In Cláudia Lago; Marcia Benetti. (Org.). **Metodologia da pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 144-167.

O LIBERAL. **Amazônia Viva**, Belém, ano 4, n. 40, p. 38-45, dez. 2014.

OLIVEIRA, M. M. Círculo hermenêutico-dialético como sequência didática interativa. **Interfaces Brasil/Canadá** (Impresso), v. 12, p. 235-251, 2011.

PIVA, Edgar Antônio. A questão do Sujeito em Paul Ricoeur. **Síntese/26**, nº 85 (1999), pp. 205-237.

RICOEUR, Paul. **Do texto à ação**. Tradução de Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Porto: Rés, 1989.

_____. **Du texte à l’action**. Paris : Éditions du Seuil, 1986.

_____. Identidade frágil: respeito pelo outro e identidade cultural, **Congresso da Federação Internacional da Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura**, 2000.

_____. **Interpretação e ideologias**; organização, tradução e apresentação de Milton Japiassu. Rio de Janeiro, F. Alves, 1990a.

_____. _____. **z** Paris: Éditions du Seuil, 1990b.

_____. **Tempo e Narrativa.** Campinas – SP: Papirus, 1994.

_____. **Teoriada interpretação: o discurso e o excesso de significação.** Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1999.

_____. **Teoriada interpretação: o discurso e o excesso de significação.** Lisboa: Edições 70, 1976.

SCHRAMM, Luanda. Interpretação e leitura: a hermenêutica fenomenológica de Paul Ricoeur como fundamentação para os estudos de recepção. Trabalho apresentado no NP01 – Núcleo de Pesquisa Teorias da Comunicação, **XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação**, Salvador/BA, 04 e 05. Setembro 2002.

Capítulo 7



Imagens cotidianas da semiosfera ribeirinha Amazônida - para uma fotomorfose do olhar

Carolina Maria Mártires Venturini Passos

Resumo

Este ensaio retrata discussões levantadas no Projeto de Pesquisa “Imagens cotidianas da semiosfera amazônida - para uma fotomorfose do olhar” acerca do uso da fotografia como ferramenta às ciências sociais, no que tange sua linguagem documental e artística, no registrar e refletir cotidianos culturais do/no espaço-tempo vivido pelos ribeirinhos amazônidas. Enfatiza-se a fotografia enquanto reveladora não só de um espelho do real, e de visões transformadoras do real, mas, possibilitadora de uma transcendência do real a partir do interlocutar a relação do homem-natureza enquanto construtor de seu espaço-tempo.

Palavras-chave: Fotografia; Cultura; Amazônia.

1. Introdução

No início do século XXI ainda se observa no debate mundial estratégias para a preservação ambiental amazônida e, nela, sendo experimentadas práticas sob a denominação de ‘desenvolvimento sustentável’. Tal ideologia e prática têm sua centralidade na revolução tecnológica que, de forma exponencial, vem transformando o mundo, globalizando mercados, simplificando processos de força-de-trabalho-humano, exigindo (em discursos e consumo) produtos menos agressivos ao ambiente construído. A proposição do Projeto de Pesquisa ‘Imagens Cotidianas da semiosfera Amazônida - para uma fotomorfose do olhar’ tem a intenção de iniciar ‘um olhar’ para o mundo particular do

‘modo-de-ser’ dos ribeirinhos amazônidas-paraenses - no que tange sua sustentabilidade diante das novas formas visuais reflexos da globalização, e, com isto, abrir possibilidades de novas construções teórico-metodológicas para as Ciências Sociais; buscando interligar os fragmentos capturados das ações humanas deste citado espaço utilizando a fotografia como instrumento maior, revelador de um real e, por seu intermédio - apoiado na linguagem da fotografia documental e sua narratividade, expor sentidos, significados.

O processo de significação e re-significação de uma identidade aqui esboçada nas inter-relações do sujeito na fotografia – esta, livre de tempo e espacialidades - é, portanto, uma sobreposição de tempos e espaços registrados, singulares, porém comuns a uma temporalidade social universal. Assim a preocupação em abordar a questão se faz primeiramente por registrar fotograficamente e perceber novas realidades e propostas ao ato fotográfico e reflexivo, através das imagens formadas por fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços, percursos e enunciados dos sujeitos em realidades transcendentais e totalizantes.

2. Cotidiano cultural amazônida: imagem-olhar, espaço-tempo

Refletir acerca do olhar lançado sobre as imagens que o cotidiano do ribeirinho amazônida revela e, de como estas (fotografias) se constituem em reflexos da própria prática no espaço-tempo; privilegiar-se-á especificidades e particularidades de uma totalidade, o que, pode significar a intenção de tornar invisível ou “visivelmente normal” alguma situação, que, sendo antes visível, ‘incomodava’ ao olhar.

Nesse sentido, é bom lembrar da inexistência de uma única espacialidade para o humano, em que possa permanecer inatingível, e que pela invisibilidade do outro, negue a si mesmo, enquanto variável espaço-tempo praticado. O olhar lançado sobre o outro e que compõem as imagens cotidianas construídas, está impregnado daquilo que se é. Portanto, o olhar fotográfico é fruto da história e que se constrói na medida em que se atua sobre ela.

A fotografia em acordo a Philippe Dubois (1990) altera a inserção do sujeito no mundo quando como representação social sobre o real apreendido e, conseqüentemente, como fundamento deste. O sujeito passa a vivenciar o mundo pela visibilidade que a apreensão fotográfica permite por meio de relações imaginárias que os situam em uma homogeneidade padronizada do mundo, e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, permitem situá-lo em sua particularidade e singularidade.

Vale lembrar aqui que, espaço - com referência em Milton Santos (2004), é uma instância que envolve questões culturais-ideológicas, econômicas e político institucionais; um fator de evolução que contém todos os elementos da natureza, da sociedade. Os processos, as funções e as formas estão no espaço. As organizações sociais e os indivíduos estão sob influência do espaço. A produção, a distribuição e o consumo estão contidos no, e contém o, espaço. O self do indivíduo e o ethos das comunidades recebem a forma e as características no espaço. O humano produz e reproduz um modelo de exploração com base nas instâncias interativas deste espaço, onde ele intervém e sofre intervenção.

É importante compreender a distinção entre o lugar como configuração instantânea de posições que implica uma indicação de estabilidade. E espaço, um cruzamento de móveis, de certo modo animado pelo conjunto de movimentos que aí se desdobram. Portanto, o espaço onde estas imagens são produzidas é um campo que carrega um movimento de forças antagônicas que se configuraram pela sua instabilidade. É esse espaço, em constante movimento de forças, que define o campo dessas imagens, que juntas carregam representações e realidades.

No entendimento de Santos (2004) todo lugar é o mundo, cada qual à sua maneira, e a análise de um cotidiano deve seguir a totalidade de suas relações para o desenvolvimento da solidariedade, para a definição de laços culturais e, a criação de suas identidades, na qual distingue uma atividade racional que visa um fim prático, de uma atividade comunicacional mediada por símbolos, analisadas em ampla e profunda visão, se realça o papel da interação na produção dos sistemas sociais.

Quando, num lugar, a essência se transforma em existência, o todo em

partes e, assim, a totalidade se dá de forma específica, nesse lugar a história realchega também como símbolos. Desse modo, há objetos que já nascem como ideologia e como realidade ao mesmo tempo. É assim que eles se dão como indivíduos e que eles participam da realidade social.

Assim, pretende-se que a discussão levante outras possibilidades, que permitam perceber o reflexo dessas imagens, como um espectro possuidor de múltiplas cores e matizes, sujeitos carregados de subjetividade, que se percebem construindo a imagem à medida em que nela se constituem. Aborda-se alguns aspectos da imagem-fotografia como instrumento de análise utilizada pela pesquisa social, na cognição e percepção de um modo-de-ser-vida, do ponto de vista do fotógrafo-pesquisador, quanto da significação e re-significação da família agrícola ribeirinha da Amazônia, para embasar a implementação do ‘saber-fazer’ de projetos sociais, como eleva Ítalo Calvino (1999).

Desta forma, estas imagens refletem o próprio mundo social da semiosfera ribeirinha amazônica-paraense. Porém o que aqui importa, é o olhar lançado sobre estas imagens (reais ou retratadas), que muitas vezes se configuram, num aprisionamento, quando se busca o “visivelmente normal”, justamente pela impossibilidade de ver aquilo que está além do que é imposto por este mundo social. Trata-se então, de desnaturalizar este olhar, se percebendo construtor dessas imagens do cotidiano.

3. Semiosfera - natureza amazônica

Cultura consiste do modo-de-ser-vida de cada sociedade representada por traços identitários que revelam em sua acepção, a pura relação entre uma determinada sociedade e seu espaço. A cultura torna possível a metamorfose da natureza pela relação de adaptação do homem ao espaço e vice-versa.

Para Néstor García Canclini (2008) é impossível separar a comunicação da cultura, principalmente pelo atual processo de mundialização vivenciado pelas sociedades, ou seja, nada é só de um povo ou de um lugar, tudo se

interpenetra se mistura, se troca. Convive-se num sistema de valores e significações que se transforma permanentemente ante a ação humana num movimento totalitário - como realidade social - na tentativa de impor ou renovar valores de cada símbolo coexistente.

Com referência a Yuri Lotman (1996) quando aproximou os conceitos de cultura, história e comunicação, como processos semióticos revela que cultura não é um depósito de informações; é um mecanismo organizado, de modo extremamente complexo, que conserva as informações, elaborando continuamente os procedimentos mais vantajosos e compatíveis. Recebe as coisas novas, codifica e decodifica mensagens, traduzindo-as a um outro sistema de “signos”. Ao abordar cultura como informação, diz ser a cultura mecanismo complexo e dúctil da consciência e que o âmbito da cultura é o teatro de uma batalha ininterrupta de tênues desencontros e conflitos de toda ordem, lutando-se pelo monopólio da informação.

Concordando com o pensamento de Lotman (1996), cultura é informação, codificação, transmissão, memória, e “somente aquilo que foi traduzido num sistema de signos pode vir a ser patrimônio da memória”. O autor instiga, quando afirma que a história intelectual da humanidade, e Jerusa Pires Ferreira (2004) acrescenta a história da criação, seja popular ou não) pode ser considerada como uma luta pela memória.

Aprender a observar e interpretar culturas em formas visuais passa a determinar os artefatos imagéticos como parte essencial da prática de pesquisa pela fusão entre o pensar (teórico) e o fazer (empírico). Lotman (1996) explica pela função mimética e pela integridade do retrato: por um lado, a fotografia expõe essa condição mágica da representação, que concebe a uma imagem a capacidade de substituir uma pessoa e de até mesmo poder se comparar e descrever sua identidade e seu próprio nome; por outro lado, a semelhança entre uma pessoa e sua imagem é concebida por uma pura convenção cultural, que dirige ao homem um valor, onde o ideal não contradiz o individual, pois se realiza nele e através dele.

O modo-de-ser nestes espaço e homem contemporâneos, para Valzeli Sampaio (2007) se caracteriza por uma prótese de sentidos, da própria natureza intrínseca do homem, que desenvolve valores individuais baseados

em uma realidade social espelhada por suas necessidades e valores culturais. Cita Sampaio (2007, p. 273) “*o indivíduo coloca na sua relação social, consciente ou inconscientemente, os valores culturais do contexto ao qual pertence e a partir de onde cria, sendo ao mesmo tempo uma nova forma de comunicação de todos com tudo*”.

Essas relações com o mundo, com o outro, envolvem-se numa rede de interesses, comportamentos e valores individuais e grupais, expressos através da cultura, e muitas vezes moldados pelos sistemas culturais sobre o qual vivem; que a determinada cultura previamente designa como normas de vivência entre o grupo. Suas culturas costumam seu modo-de-ser-vida como a uma colcha de retalhos bordada através de seus relacionamentos cotidianos, suas crenças, suas ideologias, sua organização social-política e econômica, moldando formas de pensar, de agir, etc.

Desta forma, coloca-se a cultura também como forma de comunicação e memória, influenciando sobre os comportamentos do grupo, para a não descaracterização de sua identidade, desculturização, ou desterritorialização de seu espaço. Tal percepção e apropriação de seu modo-de-ser-vida coloca a linguagem como meio de representação de significados e valores às coisas, objetos, pessoas e acontecimentos.

4. Olhar - ‘fotomorfose’ (percepção-imaginário) transcendência do real

O conceito imagético de fotomorfose – em construção, tem seu significado atrelado à biologia, no que tange a ação exercida pela luz na evolução de seres vivos. Por isso a transposição do termo ‘ação da luz’ resultando numa forma (*morphe*) coincide em sentido ampliado com a fotografia (retrato). Daí a possibilidade de aplicação do conceito restrito de fotomorfose à fotografia (potencializando a captação via instrumento) das formas apresentadas por um objeto, revelando-as em uma cópia que perenize a ação daquele momento olhado a possibilitar, como um jogo de espelhos, infinitas reflexões.

Aomesmotempo emquea designação desejada se insinuanomundo da análise, propicia a imaginação e a criatividade, exigindo o estabelecimento de critérios precisos para realizar a pesquisa, igualmente carregados de ambiguidades construídas culturalmente. Assim, poder-se-ia dizer, *grosso modo*, que fotomorfose é aquele processo que se encontra em uma fase caracterizada pela discrepância entre a forma capturada e o revelado, pela desnaturalização do olhar. Sua característica seria, também em termos genéricos, a existência de um projetar a reflexão gerada, acompanhado de estratégias com graus variados de idealização.

Propõe-se ao termo fotomorfose, um significado ampliado: trata-se de transformações operadas pela luz, não apenas sobre o objeto físico que a reflete, mas referindo-se àquelas que se realizam no interior daquele que lida com este objeto, na captura de imagens possíveis (fotografia), tecendo redes significativas de afeto, percepções, conhecimento, ressignificações (*reframing*), igualmente cambiantes, dinâmicas.

Em acordo ao pensamento de Roland Barthes (1990) a fotografia em seu caráter de texto visual, de leitura aberta e multiforme, ao narrar suas histórias, ultrapassa molduras e conta com o repertório do observador/leitor/decifrador, provocando-lhe, neste processo, novas percepções, transformações, pela escrita luminosa. O que acontece segundo Luiz Eduardo Achutti (1997) ao ultrapassar seus aspectos ilustrativos a compor coleções de sentidos lineares entre semelhanças e diferenças existentes nas imagens selecionadas.

Para Walter Benjamin na análise de Feldman-Bianco & Leite (2006), é esta dimensão transcendental que engrandece o uso das imagens pelas Ciências Sociais, não apenas pela fotografia cumprir sua função útil, mas, por entender-se como modelo da ‘imagem dialética’, do ‘isolamento inalienável’ do pensamento. É por intermédio da fotografia que se pode pensar na apropriação da história em sua forma; na apreensão do passado; no acontecimento, no ‘instante em que é reconhecido’.

5. Imagens cotidianas da semiosfera ribeirinha amazônida - para uma fotomorfose do olhar

Todo espaço e tempo possuem suas representações específicas, suas linguagens próprias, que os caracterizam, diferenciam e marcam a historicidade do homem. O espaço geográfico de uma cidade, sua paisagem, sua população, sua arquitetura, sua cultura, são micro-linguagens que mostram as identidades sociais, econômicas, ambientais, culturais e temporais do espaço determinado, ou seja, contextualizam-no imagetivamente.

As imagens fotográficas do cotidiano cultural da semiosfera ribeirinha amazônida contribuem como produtos da experiência humana vivida pela própria comunidade, ampliando o diálogo entre universos culturais, não se limitando apenas à documentação histórica e/ou à análise estética e técnica da imagem refletida, mas principalmente ao uso sistemático das imagens enquanto linguagem enquanto ferramenta às ciências sociais como objeto de percepção de uma realidade social, possibilitando inter-relações semióticas produzidas por seus próprios atores sociais.

Figura 01: Santa Maria de Belém do Grão-Pará



Fonte: Carolina Venturini, 2013.

As fotografias geram informações, leituras, narrativas visuais, que, juntamente com uma análise do contexto social, exploram significados do modo-de-ser-vida dos indivíduos e suas relações sociais. A percepção e interpretação deste modo-de-ser-vida por meio de seus contextos histórico-culturais visuais permite analisar também suas transformações no espaço-tempo. Tais percepções leva-se a um mundo de signos, sentidos e significados, apresentados por descontinuidades presentes nas formas imagéticas e nos conceitos que delimitam as visões de mundo e o *ethos* da comunidade.

Como tantas outras invenções e descobertas que o homem revelou para si e seu desenvolvimento, a partir do momento em que atingiu um domínio técnico sobre o registro imagético, passou a preocupar-se não apenas com uma simples representação ou o simples significado que aquela imagem identificava, mas também, com uma representação estética, que fosse mais bela e harmônica, e representativa, posto que os ‘símbolos’ ou ‘signos’ visuais, apresentavam um alto valor informacional que, se traduzido em palavras, demandaria grande tempo e espaço.

Figura 02: Esse rio é minha rua



Fonte: Carolina Venturini, 2013.

A construção da identidade se processa nas relações de interdependência entre distintos contextos culturais. É no entrelaçamento de elementos produzidos pela teoria social de comunidade e sociedade, que se constrói a identidade. A fotografia faz a luz revelar e relevar-se de forma a se constituir elementos essenciais à sua capacidade de expressão e linguagem; pois, permite constantemente em sua contraposição observacional: luz/sombra, claro/escuro, quente/frio, denso/rarefeito, simetria/dissimetria, equilíbrio/desequilíbrio, na sua relação de vórtice em permanente movimento (caos), o cosmo e o microcosmo.

Ao se compor tais imagens procurou-se o intuitivo; as formas estéticas e subversivas do olhar - já intrínsecas na experiência fotográfica - revelaram-se não propositalmente. Procurou-se retratar as imagens e seus construtores, por se tratar de imagens de análise social, portanto, da relação do homem no espaço-tempo. As imagens quais não possuem construtores de si, expressam ações e construções inegáveis do mesmo, que se usa como representação do tal.

Figura 03: Reflexos da noite-dia



Fonte: Carolina Venturini, 2013.

O exercício da reflexão acerca do olhar lançado sobre as imagens reflete a subjetividade do ato fotográfico sobre o outro observado - como um espelho, e permite perceber o reflexo dessas imagens, não como uma lâmpada capaz de iluminar caminhos, erguida sobre o princípio da racionalidade e da crença de que existe um sujeito transcendental e uma realidade transcendental, mas como um espectro possuidor de múltiplas cores e seus matizes e texturas, de sujeitos carregados de subjetividade, ao perceberem-se construindo as imagens na medida em que nela se constituíam.

Eduardo Peñuela Cañizal (2004) informa que a fotografia faz ver este lado invisível das coisas, dos signos, faz perceber este lado reverso do mundo cotidiano, por uma intertextualidade das múltiplas significações de uma palavra ou de uma imagem, em uma determinada dinâmica social, seja por sua sintaxe, seja por sua semântica. A fotografia é impregnada de valores metalinguísticos, ou seja, é um recurso midiático capaz de revelar o lado comum, imperceptível, das coisas cotidianas, ou seja, por suas imagens refletidas a fotografia é capaz de esmiuçar e tornar perceptível, cada pequeno detalhe apreendido do vasto território da cultura pelas lentes da câmera fotográfica.

Figura 04: Sagrado Coração de Jesus



Fonte: Carolina Venturini, 2010.

Só é perceptível ao homem, às ciências, aquilo que lhes tem significado, que lhes é conhecido, que lhes é enquanto símbolo de seu presente ‘lugar’. Para adentrarem uma propriedade do desconhecido, denominada por Marc Augé (1994) de um ‘não lugar’, e transformá-lo em algo presente e consciente, que tenha um símbolo (imagem), um significado (conhecimento), e uma significância (valor), retrata-se imagens cotidianas desnaturalizando o ‘olhar’ para além da cegueira moderna.

6. Considerações

Destarte o olhar, hoje, fotografias de um determinado instante passado, não é reduzi-las a um mecanismo de representação de uma realidade, mas sim, um exercício de pôr em relevância uma visão de mundo (desejada, desenhada, sonhada, querida, almejada, objetivada), como um meio de comunicação analítica que pode desde que “lida” criticamente, fornecer “imagens” do permanente ‘fazer cotidiano’ dos fotografados.

O construir da historicidade humana é marcada pela linguagem que constitui o seu existir; portanto, cultura é como tal, adstrita ao campo da subjetividade. O sócio-cultural decorrente da ampliação e da transformação do universo da comunicação impõe às Ciências Sociais desafios que exigem permanente pensar sobre o orientar o sujeito para lidar com diferentes maneiras de pensar a informação e o conhecimento; isto é, significar seu compromisso maior: tornar as várias incertezas matéria-prima do pensamento.

Figura 05: Rosinha, minha canoa



Fonte: Carolina Venturini, 2013

Esta identidade do *topos* (lugar) tal qual do *logos* (linguagem) que possibilita identificar características da paisagem construída qualquer que seja ela, também se sustenta entre o oculto e o revelado (fragmentos). Assim, a significação e re-significação adquirida pela localidade, antes desesprincípio, resulta de um jogo de figuras materiais e imateriais demarcando ‘territórios’.

Referenciando-se em Barthes (1984) neste estudo, a fotografia utilizada como registro, fraciona a realidade expondo detalhes que, ao adquirir significado e re-significado, a reconstrói a partir dos fragmentos, tornando-se o passado como referência, pelos olhos da memória.

Revela-se então, a importância da comunidade em conhecer-se, em entender seus sistemas, apreender sua identidade e modo-de-ser-vida, bem como, identificar potencialidades e possibilidades, identificar possíveis inovações, forças e recursos próprios que possui, sempre enfatizando sua

própria sustentabilidade; que cada indivíduo não somente se veja como um ser social partícipe de sua comunidade, como também o seja de fato, como agente responsável e comprometido em suas ações individuais no intuito de abranger toda sua coletividade.

Para gerar tal processo de conhecimento, imagens fotográficas retratadas de comunidades em seu modo-de-ser-vida, seus atos cotidianos, se moldam como espelhos, refletindo na objetividade do visível, a subjetividade do invisível. O poder transcendente do espelho faz enxergar-se a metáfora do visível para o invisível.

Figura 06: Invisibilidade



Fonte: Carolina Venturini, 2010.

Uma exata representação do espaço-tempo que a comunidade constrói em seu próprio ato de ser social; não só revelando significados através dos traços e das identidades culturais representativas daquele modo-de-ser-vida, como provocando uma re-significação em seu modo de ser social no espaço-tempo. Assim, a cultura, revelada nas imagens fotográficas, coloca-se como uma lente, pela qual o homem perceberá o mundo e a si mesmo, como ser social-espaço-temporal, e se refletirá na construção e desenvolvimento de sistemas para a sua sustentabilidade.

Acredita-se que a proposta inicial deste trabalho, se realizou na medida em que, a leitura das fotografias, à luz dos pressupostos teóricos e filosóficos delineados, possibilitou perceber a proficuidade da linguagem sócio-imagética como mecanismo que pode auxiliar, a partir de sua natureza, buscar novos caminhos de compreensão de uma semiosfera.

Referências

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia: um Estudo de Antropologia Visual sobre o Cotidiano, Lixo e Trabalho**. Porto Alegre: Palmarinca, 1997.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 1994.

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura** (Obras Escolhidas I). São Paulo: Brasiliense, 1994.

CALVINO, Ítalo. **Se Um Viajante Numa Noite de Inverno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e Cidadãos**. 7.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

CAÑIZAL, Eduardo P. O outro lado do texto fotográfico. In **Studium** 16, UNICAMP, 2004. Disponível em: <http://www.studium.iar.unicamp.br/16/3.html>. Acesso em: jun/2013.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico**. Campinas: Papirus, 1990.

FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam L. Moreira. **Desafios da imagem: Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais**. Campinas: Papirus, 1998.

FERREIRA, Jerusa Pires. **Armadilhas da memória e outros ensaios**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. Cultura amazônica: uma poética do imaginário. In **Obras Reunidas** v.4. São Paulo. Escrituras, 2000.

LOTMAN, Yuri. **La Semiosfera I - Semiótica de la Cultura y del Texto**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1996.

SAMPAIO, Valzeli F. Reflexões sobre tecnologia e cultura. In **Arte: Limites e Contaminações - Anais do 15º Encontro Nacional da ANPAP**. Salvador: ANPAP, 2007, pp. 272-276.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

VENTURINI, Carolina M. M. **Terra de Tauá: a imagem fotográfica na significação e re-significação do rural amazônico**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

Capítulo 8



Estratégias de comunicação da saúde em populações ribeirinhas da Amazônia

Fábio Fonseca de Castro

Everaldo de Souza Cordeiro

Resumo

O artigo analisa a atuação da organização não-governamental Projeto Saúde e Alegria junto a uma população tradicional amazônica, os habitantes de Suruacá, situada na reserva extrativista Tapajós-Arapiuns, no estado do Pará, Brasil. Procuramos compreender suas estratégias de comunicação da saúde junto a essa população, observando como a ONG interage, culturalmente, com os habitantes da comunidade, produzindo sentidos que impactam sobre suas condições de saúde. Debates a diferença entre estratégias de comunicação culturalistas – aquelas que se produzem, interacionalmente, com a comunidade – e as estratégias baseadas num processo de sensibilização cultural, caracterizadas por uma abordagem mais conservadora e dicotômica e procuramos descrever o impacto intersubjetivo produzido pela ONG sobre a população observada.

Palavras-chave: Comunicação; Saúde; Amazônia.

1. Introdução

A organização não-governamental Projeto Saúde e Alegria (ONG-PSA) – oficialmente Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental (CEAPS) – é uma das muitas ONGs que atuam na Amazônia brasileira. Sua proposição central é desenvolver ações de prevenção e promoção da saúde por meio de estratégias de comunicação e educação, entrelaçadas

nas diferentes formas culturais construídas por populações amazônicas. Com 26 anos de atuação (em 2014), o PSA constitui, hoje, um agente social conhecido e reconhecido, tanto nacional como internacionalmente. Sua contribuição transcende o campo da saúde e se estende pela organização social, educação, promoção de consciência ambiental, valorização cultural e identitária e pela comunicação cidadã.

Seu modelo de atuação é definido como uma estratégia de empoderamento social centrado no tripé comunicação-cultura-educação. Com efeito, ainda que o PSA possua quatro áreas de atuação – a) Saúde, b) Organização Comunitária, c) Economia da Floresta e d) Comunicação, Cultura e Educação (Saúde e Alegria, 2013) – nos parece ser esta última que, de maneira estrutural, conduz a estratégia da ONG de ativação desse empoderamento social que constitui, para tantas organizações similares, um compromisso ético e político fundamental.

Nosso objetivo, neste artigo, é compreender as motivações e os procedimentos de atuação da ONG e avaliara sua eficácia, enquanto estratégica de comunicação, no espaço amazônico. Também procuramos discutir a tipologia de suas formas de atuação na promoção da saúde pública por meio de ações de comunicação e educação e compreender como essas estratégias dialogam com as diferentes experiências culturais das populações amazônicas.

Após esta introdução procuramos, no tópico seguinte, sistematizar o debate atual sobre a relação entre cultura, comunicação e saúde, mapeando as tradições e as estratégias de procedimento de agentes sociais nesses campos a partir da reflexão dos autores que o têm discutido. Procuramos compreender essa relação nas práticas contemporâneas de ação local – ou seja, de interação direta, dos agentes de comunicação da saúde, no cotidiano das populações beneficiadas. Em seguida, descrevemos a atuação do PSA em suas linhas gerais e, especificamente, sua atuação em Suruacá para, por fim, refletirmos sobre seus procedimentos e estratégias enquanto estratégias de comunicação centradas na ação local.

2. Métodos

Observamos a atuação do PSA durante 12 meses. Primeiramente por meio de uma pesquisa prospectiva, revisando o material institucional produzido pela ONG e o *corpus* de produções jornalísticas e analíticas que falam sobre ela. Em seguida, observamos *in loco* os seus procedimentos, acompanhando ação do PSA em uma das inúmeras comunidades em que atua – Suruacá, localizada na reserva extrativista (resex) Tapajós-Arapiuns, às margens do rio Tapajós. Por fim, realizamos uma série de entrevistas, tanto com os coordenadores e com o pessoal atuante na ONG como com agentes sociais reconhecidos por sua importância política, social e intelectual, da cidade de Santarém-PA, onde se localiza a sede do PSA.

A relação entre cultura, comunicação e saúde tem sido tematizada por inúmeros agentes sociais, dentre os públicos, os privados e aqueles surgidos no chamado terceiro setor, como um fato elementar, básico para qualquer iniciativa no campo da saúde pública.

Essa relação não passa despercebida à pesquisa em comunicação. Brislin (1993) observa como a noção de cultura se tornou central na comunicação de saúde. Lupton (1994) compreende que o contexto cultural é decisivo para o êxito de qualquer ação de comunicação de saúde e, com apoio da teoria crítica, examina como “*the concepts of power, ideology, and hegemony play out in the development and implementation of health promotion efforts that have purpose fully attended to culture*” (Lupton, 1994: 35).

Dutta (2007), procurando sistematizar as perspectivas em que essa reflexão tem se produzido identifica duas grandes famílias estratégicas na abordagem de questões de saúde centradas nos contextos socioculturais: a abordagem centrada na cultura, ou culturalista, e aquela centrada na sensibilização cultural. A primeira é fundada na disposição em elaborar teorias e aplicações a partir da própria experiência e das práticas culturais do grupo no qual a ação de comunicação será desenvolvida. A segunda, mais conservadora – pois não pressupõe qualquer mudança no status quo estabelecido – na disposição de adaptar as mensagens aos marcadores culturais da população visada (Dutta, 2007: 304).

A primeira família estratégica é representada por Dutta-Bergman (2004a; 2004b; 2005). A segunda família, por Brislin (1993); Brislin & Yoshida (1994); Bronner (1994); Ulrey & Amason (2001). A diferença central entre as duas abordagens é descrita por Dutta da seguinte maneira:

A culturally sensitive approach is labeled as such because it seeks to modify the existing health communication practices to suit the characteristics of the culture, as opposed to the culture-centered approach that puts culture at the core of health communication practices. Whereas the cultural sensitivity approach focuses on developing culturally appropriate health education efforts that would change individual attitudes, beliefs, and behaviors of cultural participants by tailoring messages to cultural characteristics of audience members, the culture-centered approach emphasizes attempts at changing social structures surrounding health through dialogues with cultural members that create spaces for marginalized cultural voices (DUTTA, 2007, p. 304).

Evidentemente, as fronteiras entre as duas abordagens são fluidas, e muitas experiências utilizam modelos de comunicação híbridos entre elas. Ambas utilizam a noção de cultura no centro de seus pressupostos, justificativas e visões de mundo e, junto com ela, a ideia de envolvimento da população nas ações propostas. A variação de abordagem entre elas, nos seus dois polos mais antagônicos, parece corresponder a modelos diferenciados da noção de cidadania – ou melhor, de articulação entre ação externa, cultura e forma de envolvimento dos grupos sociais impactados em torno das práticas cidadãs.

A família das estratégias culturalistas tem sua origem, ainda de acordo com Dutta (2007) nos estudos sobre a subalternidade – ou, especificamente, na pesquisa sobre a posição subalterna, ou de ‘voz subalterna’ (Escobar, 1995) que os indivíduos ocupam, em relação aos conhecimentos dominantes, em dados espaços sociais. Essa condição, tematizada por Beverly (2004), Escobar (1995) e Guha (1982), se configura não como um vazio de sentidos, como em geral se pensa, mas como um silêncio eloquente, que marca sua posição por meio de elipses e lacunas. Investigando esses espaços de expressão do

subalterno, esses estudos procuram mapear espaços discursivos e vozes marginalizadas.

Enquanto estratégia de ação para a comunicação da saúde a abordagem culturalista tem por objetivo, segundo Dutta,

to offer an alternative entry point for theorizing and practicing health communication by highlighting the absences and/or silences in current health communication theory and practice, and by presenting voices of the marginalized sector through engagement in dialogue (DUTTA, 2007, p. 12).

Procuramos observar essa discussão no espaço de Suruacá, identificando as variáveis que compõem a realidade e a experiência social local.

3. Resultados

A partir de nossa observação, acreditamos que a perspectiva de Dutta (2007) constitui a mais próxima ao processo de comunicação da saúde que se produz em Suruacá – e, por extensão, provavelmente, em todo o corpo de experiências de interação sociocultural mantido pelo PSA no Pará. O encontro de alteridades que ali ocorre permite a enunciação de algumas das subalternidades locais, com o resultado de que a comunicação de saúde realizada se torna mais eficaz do que em outras experiências administradas, na Amazônia, por meio da família de estratégias que se pautam pela sensibilização cultural.

Importante destacar, porém, o fato de que as comunidades atendidas pelo PSA sofreram, desde 1960, a influência da Rádio Rural de Santarém, emissora vinculada à Diocese sediada nessa cidade, comprometida com um trabalho de educação pelo rádio de grande envergadura que contribuiu para a formação de processos identitários e políticos importantes na realidade local. A Rádio Rural, durante muitos anos, reproduziu o Movimento de Educação de Base da Igreja Católica, fundamento nas ideias do educador

Paulo Freire de promoção da autonomia e do empoderamento social.

Nessas circunstâncias se evidenciam margens de negociação da subalternidade bem mais expressivas que as verificáveis em outros espaços amazônicos. Ou seja, o trabalho do PSA encontrou um terreno já trabalhado e, portanto, fértil, no qual as estratégias culturalistas da comunicação da saúde poderiam florescer com mais facilidade enquanto que, correlatamente, as estratégias de sensibilização cultural apresentariam, provavelmente, menor potencial de êxito.

O Projeto Saúde e Alegria foi criado em 1988, a partir das atividades desenvolvidas em comunidades ribeirinhas da Amazônia pelo médico sanitarista paulista Eugênio Scannavino juntamente com a arte-educadora Márcia Gama. Ambos haviam sido contratados, em 1983, pela Prefeitura de Santarém, para desenvolver ações de assistência em saúde nas comunidades rurais do município. Em 1985, o irmão de Eugênio, Caetano Scannavino, na época estudante de Comunicação Social em São Paulo, veio para Santarém e juntou-se ao grupo, ajudando a incorporar ao projeto estratégias de comunicação a fim de ampliar os resultados.

Percebendo que a maioria dos problemas de saúde poderiam ser evitados por meio de ações simples de prevenção, o grupo iniciou um trabalho de treinamento de voluntários, como objetivo de disseminar esses conhecimentos. A ideia principal era melhorar as condições de higiene das populações rurais de Santarém e a reduzir os altos índices de desnutrição e mortalidade infantil. Elaborou-se estratégias de motivação desses voluntários e das comunidades beneficiadas por meio de ações de arte-educação, como gincanas educativas e atividades lúdicas de informação.

Decidindo a se estabelecerem em Santarém e a continuarem as ações iniciadas de maneira duradoura esses indivíduos fundaram o Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental (CEAPS), chamando-o de Projeto Saúde e Alegria. Ao longo do tempo foi sendo consolidada uma proposta de desenvolvimento comunitário integrado, de forma gradual e o quanto possível participativa. Em 1987 o PSA alcançava 16 comunidades do rio Tapajós. Com o passar do tempo, esse número foi se multiplicando, com o apoio dos próprios moradores. Hoje, a ONG atua diretamente em

150 comunidades localizadas em quatro municípios da região oeste do Pará – Aveiro, Belterra, Juruti e Santarém – beneficiando aproximadamente 30 mil pessoas.

A ONG desenvolve quatro grandes programas: Saúde comunitária; Organização comunitária e desenvolvimento territorial; Economia da floresta e Comunicação Cultura e Educação. O programa de Saúde Comunitária constitui a atividade inicial e essencial do PSA. Seu fundamento é a construção de um modelo demonstrativo de saúde, adaptado à realidade amazônica, marcado pela atuação direta nas comunidades e com foco na saúde preventiva. A ONG estima realizar 98% da cobertura vacinal das áreas atendidas e já construiu ou instalou cerca de 150 poços semi-artesianos, 5 mil filtros de água, 5 mil pedras sanitárias e beneficiou mais de 1.500 famílias com água encanada. Por meio de uma “ambulância”, realiza cerca de 50 remoções, anualmente, das comunidades mais distantes para os centros onde há postos de saúde e hospitais.

O PSA também conta, atualmente, com um hospital fluvial, o Barco Abaré que percorre as comunidades oferecendo ações de primeiros socorros, exames e mesmo intervenções cirúrgicas. Esse barco realiza atenções básicas nos moldes do Programa Saúde da Família de uma forma itinerante. Ele atende a 72 comunidades, realiza anualmente cerca de 7 mil exames e 18 mil atendimentos médicos, além de 350 cirurgias. Também recebe estudantes de medicina e residentes médicos e apoia projetos de investigação científica. Convênios com universidades e outras organizações reforçam o trabalho. Um exemplo disso é a parceria com a ONG Expedicionários da Saúde, que permite a realização de jornadas cirúrgicas para a solução de problemas graves como hérnias e cataratas.

O programa de Organização comunitária e desenvolvimento territorial consiste num conjunto de ações organizadas a partir da lógica territorial e cultural própria das comunidades. Há um esforço por reconhecê-las em suas histórias e em sua experiência social, em função do que o PSA se envolve diretamente, acompanhando as comunidades na luta pela criação da Resex Tapajós-Arapiuns e da Floresta Nacional do Tapajós. A proposta do programa é fortalecer a autogestão das representações comunitárias, de

forma a auxiliá-las no enfrentamento de um cenário no qual os territórios ainda são ocupados de forma desordenada, com práticas de exploração madeireira ilegal, avanço do agronegócio e de outras frentes predatórias que aumentaram o desmatamento, a grilagem de terras e os conflitos sociais. O programa assessora as lideranças locais em questões de regularização fundiária, procura capacitar lideranças, assessora os movimentos sociais, dentre outras atividades de promoção política da cidadania.

Por meio do programa Economia da Floresta o PSA procura gerar empreendimentos sustentáveis, buscando, junto as comunidades, alternativas para o próprio sustento e para a otimização dos produtos por elas gerados. A ênfase da ação é capacitar pequenos produtores e grupos de mulheres por meio de ações de agricultura familiar, agroecologia, manejo florestal, empreendedorismo, economia doméstica, ecoturismo e sistemas de energia renovável.

Por fim, o programa Educação, Cultura e Comunicação constitui uma estratégia que, de certa forma, unifica a visibilidade de todas as outras iniciativas da ONG. Ele visa ampliar as oportunidades de aprendizagem, despertando a cidadania e a consciência ambiental para o desenvolvimento e a valorização da cultura local. Diante da realidade educacional das comunidades ribeirinhas, este componente se torna estratégico. O acesso ao ensino fundamental tem melhorado nos últimos anos, porém, somente 7,5% dos jovens dessas comunidades, no Pará, conseguem concluir o ensino médio. Onde existem escolas, com poucos recursos além do livro didático, o currículo segue padrões nacionais ainda pouco apropriados à realidade e à cultura local. Assim, sendo já precário o ensino, o índice de evasão aumenta devido ao desestímulo, à falta de criatividade dos professores e da inadequação dos materiais.

O programa promove ações complementares às escolas, através de arranjos educativos locais que são formados como polos de uma Rede de Aprendizagem Colaborativa que engloba diversos outros trabalhos, desenvolvidos por ONGs ou pelo poder público, dentre as quais a Rede Mocaranga de Comunicação Popular, a Inclusão Digital na Floresta, Educação pelos Direitos da Infância e o Circo Mocarongo de Saúde e Alegria.

Esse programa também estimula o empoderamento popular da comunicação. Nesse sentido, já organizou mais de 70 polos com rádio amadores, instalou infocentro e auxiliou várias comunidades na demanda por autorizações para operação de rádios comunitárias.

Em Suruacá, a comunidade às margens do rio Tapajós na qual acompanhamos a ação do PSA, a ONG atua por meio de seus quatro programas, desenvolvendo ações integradas em torno de alguns projetos especiais, como o apoio a um circo, a uma rádio comunitária e a um infocentro.

Comefeito, Suruacá é uma das referências do PSA, um de seus primeiros locais de atuação e a primeira comunidade a acolher um polo permanente do projeto. Por isso, Suruacá é uma das localidades mais divulgadas pela ONG na publicização de suas ações.

Evidentemente essa atuação, em Suruacá ou em qualquer outra localidade, não é sem conflitos. Os interesses litigantes entre a comunidade – em si mesma, naturalmente, um complexo de interesses potencialmente conflitantes – a ONG, o poder público em seus diversos níveis e outros atores sociais costumam ser negociados e acomodados através de longo processo de debate, com eventos públicos e privados. Essas discussões podem se prolongar por meses ou anos. O debate em torno da criação da resex é um exemplo desse processo, pois produziu diversas polarizações ainda hoje recordadas por nossos informantes. Porém, é preciso observar que todo conflito é parte constante do jogo social e resultado necessário de todo processo dialógico. Assinalar essa dinâmica se faz necessário para que possamos compreender o conflito como uma etapa dinâmica na própria negociação das subalternidades em questão – e, ainda, como a própria fricção do encontro de alteridades que se verifica em qualquer estratégia de comunicação da saúde.

4. Discussão

De acordo com Dutta (2007), como acima referimos, há duas famílias estratégicas na abordagem relação entre cultura, comunicação e saúde. Uma primeira, centrada na cultura, está fundada na disposição em elaborar teorias e aplicações a partir da própria experiência e das práticas culturais do grupo no qual a ação de comunicação é desenvolvida. Outra, centrada na sensibilização cultural, está fundada na disposição de adaptar as mensagens aos marcadores culturais da população visada. Enquanto a primeira família estratégica permite uma maior fruição da relação entre o agente da intervenção – no caso, o indivíduo que se propõe a transmitir, por meio de ações de cultura e de comunicação, informações sobre saúde a uma dada população – e essa população, a segunda família estratégica, ao contrário, mantém uma reserva, um distanciamento, entre o agente da intervenção e a população beneficiada por suas ações.

Culturalistas, por um lado, procuram um encontro com a alteridade e deixam-se adaptar, em suas estratégias, pelas formas da cultura e da comunicação da comunidade onde atuam, adaptando seus materiais, mensagens e conteúdos aos padrões, costumes e marcadores culturais dessa comunidade. Nessa atitude está implícita a possibilidade de mudança no seu próprio status quo, ou seja, na sua condição sociocultural, na maneira como se percebe diante do outro e na própria maneira como conduz sua experiência de encontro com a alteridade e, eventualmente, nos conteúdos que deveria administrar no espaço social visitado. Sensibilizadores culturais, por outro lado, adotam uma perspectiva mais conservadora: em seu encontro com a alteridade não estão dispostos, a princípio, em permitir uma real inversão de papéis, que lhe demandaria uma mudança no status quo estabelecido. Atuam como tradutores culturais. Como explica Dutta, possuem a disposição de adaptar suas mensagens aos marcadores culturais da população visada (Dutta, 2007).

Podemos dizer que a abordagem culturalista dialoga com as vozes socialmente desfavorecidas admitindo, a um tempo, aprender com elas, e, a outro, comunicar com elas. Por sua vez, a abordagem da sensibilização

cultural não necessariamente aprende, mas apreende. E não se comunica com, mas comunica para.

Partindo dessa reflexão, procuramos identificar a natureza da ação do PSA na comunidade de Suruacá, acreditando que os resultados dessa observação são extensivos ao conjunto das práticas de cultura e comunicação empreendidas pela ONG na sua atuação.

Nossa conclusão imediata foi de que a abordagem culturalista consiste na prática comunicativa-cultural fundamental do PSA. Concluímos, igualmente, que a duração e o sucesso das ações da ONG na região onde atua, bem como a extensão e a penetração social de suas ações, no campo da saúde pública, demonstram que a abordagem culturalista tende a uma eficiência que está fundamentada na internalização comunicativa das ações desenvolvidas e não na eficiência da informação transmitida. O seja, que é por meio do processo comunicacional-cultural, e não por meio do processo informativo, ou seja, pela abordagem da sensibilização cultural, que se alcança a eficiência necessária para a adoção de práticas de saúde pública.

Embora este artigo não parta de uma perspectiva comparativista, é fácil constatar que a ação culturalista do PSA perdura bem mais, no espaço social do Baixo Amazonas paraense, que outras iniciativas semelhantes, ali empreendidas, por meio de uma estratégia de sensibilização cultural – por exemplo, as ações de comunicação e ação cultural do Governo do Estado do Pará e do município de Santarém, além da atuação de outras ONGs, no campo da saúde pública. Concentramo-nos na experiência culturalista do PSA.

Como se dá essa experiência, como se desenvolve essa estratégia? Em Suruacá, a comunidade observada, a ação do PSA foi construída numa perspectiva de longa duração pautada pela disposição, nos agentes externos, de estabelecerem um contato duradouro, respeitoso e com efetiva disposição para a troca com os moradores da comunidade. Desde o começo da experiência da ONG essas características estiveram presentes. O PSA não se via como uma agente ‘civilizador’, ou seja, como um agente exterior dotado de meios comunicativos e de recursos tecnológicos ‘superiores’ aos do lugar. Não pretendia, simplesmente, ‘aprender’ a falar a linguagem local para, por meio

dele, transmitir uma mensagem.

Discursivamente, essa disposição se traduzia por meio do termo ‘empoderamento’, em geral associado ao termo ‘comunidade’. Eram e são palavras presentes e com significado político ativo, associados à ideia de coesão social, de valorização de identidades e de reforço dos laços sociais. O PSA se dispunha a ‘aprender com a comunidade’, ‘ser parceiro’, ‘empoderar a sociedade’. São expressões que coletamos na comunidade quando pedimos para que a relação com os agentes do PSA fossem descritas.

Percebemos haver, em Suruacá, uma espécie de pacto discursivo que regia o encontro das alteridades ali presentes. Essas e outras expressões eram universalmente conhecidas e usadas, o que nos levava a perceber que elas conformavam esse pacto, o acordo desse encontro e dessa troca. Era geral o sentimento de que a atitude do PSA, ao trazer ideias, conselhos, práticas de saúde, a Suruacá, era respeitosa. Os agentes do projeto, por sua vez, sempre diziam que aprendiam com a comunidade tanto quanto lhes traziam, e isso não parecia ser, simplesmente, um produto retórico. Tratava-se, em nossa percepção, de códigos que reafirmavam o acordo estabelecido para o encontro e o convívio entre os agentes e a comunidades.

Em diversas falas de nossos informantes percebemos um sentimento de gratidão e de proximidade para com os agentes do PSA. Esse sentimento não era forte o suficiente, certamente, para abolir a alteridade, mas criava uma situação de troca centrada na confiança no outro, o que criava as condições de eficácia necessárias para uma longa duração dos efeitos.

Um exemplo dos efeitos desse processo, desse encontro, nos foi dado por um indivíduo que possui um papel social estimado na comunidade. Trata-se de DML, único Agente Comunitário de Saúde em Suruacá. Tendo chegado à comunidade com pouco mais de 20 anos, anda hoje pela casa dos 50. DML lembra que o PSA chegou a Suruacá em 1986 e começou a atuar na comunidade, efetivamente, em 1987. A chegada da ONG coincidiu com um momento de crescimento exponencial de casos de diarreia – e com a recorrência de casos de coqueluche e sarampo. Nesse contexto a ONG se empenhou, ainda de acordo com o informante, em produzir soluções para o tratamento de água. Antes da chegada do PSA não havia qualquer tratamento

de água na localidade. Poços e cacimbaseram feitos relativamente próximos beira do rio. DML recorda que, nesse tempo, “*dava muito limo na água do rio que banha a vila, ou seja, um tipo de alga (...) que matava muitos peixes e muitas crianças eram vítimas da diarreia e desidratação*”. O informante também recordaoiníciodoseuenvolvimentocomoPSA,ocorridoquandorecebeu capacitação para conhecer e tratar problemas relacionados a carrapatos e a micosesdegalinhas,ummalrecorrededolocal.Esseenvolvimentoinicial deu início a 12 anos de voluntariado no projeto, como monitor de saúde.

O informante também produziu uma avaliação das condições atuais da atuação da ONG em Suruacá. Disse que o PSA “*desejava que, um dia, essas populações caminhassem com os próprios pés*” e que, atualmente, a ONG, acreditando que esse momento tenha chegado, tem-se afastado da localidade. Porém, na avaliação do informante, esse momento ainda não chegou: “*as lideranças ainda não estavam preparadas para o processo e faltou o incentivo e mais presença, mais apoio, pois muitos moradores ainda precisam de incentivo e presença*”. Essa mudança de situação é bem perceptível na sua função específica, pois, como agente comunitário de saúde, remunerado pelo município, sozinho tem de atender 127 famílias. Essa situação é mais problemática em relação à assistência dada por meio do barco-hospital Abaré, que deixou de atender a localidade, passando a responsabilidade para a Secretaria Municipal de Saúde de Santarém. DMLnos disse que “*os moradores ainda precisam de vários pés para caminhar mais e melhor, e isso inclui os pés de fora*” (DML, 2012, informante da pesquisa).

A abordagem culturalista da questão da saúde, sendo mais respeitosa da alteridade, consegue alcançar um nível de interação comunicativa, um nível dialógico, quenão é, normalmente, alcançado pela abordagem centrada em estratégias de sensibilização cultural, geralmente centradas num nível de interação que, embora também dialógico, é menos interativo e menos eficaz.

O que faz a diferença entre a estratégia culturalista e a estratégia de sensibilização cultural nos parece ser uma forma de transcendência do processo dialógico. Podemos colocar essa diferença em termos de nível: uma dialogia com menos interação das alteridades pode até alcançar uma certa eficiência informativa, enquanto que uma dialogia com maior interação entre essas

alteridades conseguiria transcender tal eficiência informativa para alcançar um nível de troca que poderíamos descrever como intersubjetivo – sendo, assim, um fenômeno propriamente comunicativo, ou melhor, comunicacional.

Prevaleceem Suruacá a ideia de que o PSA possibilitou o ‘protagonismo’ dos moradores em sua atuação nos programas desenvolvidos, visando sempre o ‘desenvolvimento sustentável local’. Os termos são de uso corrente e fazem parte do contrato discursivo que firma as condições desse encontro de alteridades. Naturalmente que nem todos os habitantes de Suruacá participam, ao menos de maneira direta, desse contrato, mas os benefícios produzidos por ele alcançam a todos, sobretudo no que se refere às condições de saúde pública, que constituem o objetivo primordial do PSA.

Esse processo de construção do ‘protagonismo’ é da ordem daquilo que Paulo Freire (1981; 1986) chama de ‘conscientização’. Os termos, longe de pertencerem ao vocabulário e à perspectiva analítica deste artigo, são empregados por alguns moradores de Suruacá e pelos agentes do PSA para caracterizar a realidade de sua interação. Freire é um autor conhecido e usado tanto pela comunidade de Suruacá – em função da ação evangelizadora e educativa do Movimento de Educação de Base e da Rádio Rural de Santarém, como já referimos – como pelos agentes do PSA. Por ‘conscientização’ esses agentes entendem o estabelecimento de critérios de análise das ações do PSA e dos resultados destas na visão daqueles que foram envolvidos diretamente com elas, e que, assim, ampliaram a sua visão de mundo e sua capacidade de integração com os desafios propostos.

Quando indagamos aos informantes de Suruacá sobre a contribuição que o PSA tinha dado à melhoria da saúde pública na comunidade obtivemos, com frequência, respostas de que a ONG havia possibilitado aos moradores da vila condições de ‘protagonismo’, de ‘empoderamento’ e, também, favorecido processos de ‘conscientização’ por meio dos quais eles próprios passaram a gerir as condições locais de saúde.

Foi recorrente a fala de que o PSA lhes trouxe informação sobre saúde e que, além disso, ou principalmente, lhes estimulou a preservá-las e disseminá-las nas novas gerações ou mesmo em comunidades vizinhas. Igualmente recorrente foi a fala de que a ONG procurou interagir com eles,

valorizando a identidade e a cultura local, adotando o vocabulário e certas visões de mundo da vila.

Percebe-se nesse processo a formação de sentimentos de identificação e de afirmações de autoestima. O sentimento de pertencimento possibilita que os moradores de Suruacá considerem-se uma comunidade com uma identidade, reconhecida em sua cultura por eles próprios e pelos de fora.

Percebe-se que, em Suruacá, muitos moradores, a partir das ações desenvolvidas pela ONG, assumiram uma posição de protagonismo na construção da própria identidade e dos sentidos da sua história comum. Esse processo nos faz perceber o quanto é inválida a percepção funcional tradicional que afirma que o emissor se conforma como sujeito social absolutamente ativo, no processo comunicacional, e que o receptor, ao contrário, passivamente receberia o enunciado. A partir dessa constatação percebemos que a diferença entre uma estratégia culturalista e uma estratégia de sensibilização cultural, em última instância, consiste no fato de que esta última possui uma dominante funcional, norteadada por essa percepção, enquanto a proposição culturalista advoga uma interação comunicativa mais ampla, e complexa, entre os indivíduos.

A estratégia culturalista entrecruza as perspectivas da comunicação pretendida com as práticas e vivências culturais da população em questão. Quando comunicação e cultura se entrecruzam, naquilo que Morin (2011) chama de valores complexos, os resultados de análise não se dão apenas pelo viés racional, como se fossem procedentes da uma racionalidade pura. Nessa proposição se reconhece a ideia de Morin de que o encontro, o diálogo de alteridades exige *“ultrapassar a ideia de razão pura, pois não há racionalidade sem afetividade. É preciso uma dialógica entre racionalidade e afetividade, uma razão mestiçada pela afetividade, uma racionalidade aberta”* (MORIN, 2011, p. 42).

A mesma validação dos processos dialógicos se vê em Freire (1996), quando reconhece a necessária diferença e diversidade nos processos comunicacionais e educacionais que primam pelo diálogo e liberdade na tarefa de assumir enquanto gente, pessoa. Em Pedagogia da Autonomia, diz ele que

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos como professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a ‘outredade’ do ‘não eu’, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu. (FREIRE, 1996).

Paulo Freire propõe mudanças no campo educacional na conscientização do ser humano a partir das próprias condições históricas e culturais. Esse processo dá-se pela dialética da aplicação do pensamento humano na natureza-cultura-história, tendo o diálogo como fundamento. Trata-se de uma proposta que revoluciona a maneira de pensar comunicação e educação.

Para Edgar Morin (2011), os valores humanos também são complexos e, mesmo em suas diferenças, podem ser integrados. Pensamos que as estratégias culturalistas da comunicação da saúde são pautadas por essa mesma sensibilidade, propondo-se não como informação, mas como comunicação, não simplesmente como uma dialogia, mas como uma dialogia que transcende o encontro de alteridades para se tornar uma dialogia verdadeiramente intersubjetiva, construída sobre uma tessitura de valores, experiências e visões de mundo. Pensamos, por fim, que é essa tessitura que se buscou alcançar, como estratégia de comunicação, na comunicação da saúde que se fez no encontro entre o PSA e a comunidade de Suruacá: considerar novas sensibilidades que adentram no imaginário dos chamados povos da floresta, deixando a experiência social fluir como troca intersubjetiva.

Referências

BEVERLY, John. **Subalternity and representation: Arguments in cultural theory**. Durham: Duke University Press, 2004.

BRISLIN, Richard. **Understanding culture's influence on behavior**. Orlando: Harcourt Brace, 1993.

BRISLIN, Richard; YOSHIDA, Tomoko (Eds.) **Improving intercultural interactions: Modules for cross-cultural training programs**. Thousand Oaks, California: Sage, 1994.

BRONNER, Yvonne. Cultural sensitivity and nutrition counseling. **Topics in Clinical Nutrition**, Nova York, v. 9, n. 2, p. 13-19, mar., 1994.

DML (iniciais). Informante da pesquisa realizada. **Entrevista** concedida em Suruacá no mês de janeiro de 2012.

DUTTA, Mohan. Communicating About Culture and Health: theorizing Culture-Centered and Cultural Sensitivity Approaches. **Communication Theory**, Munique, v. 17, n. 3, p. 304-328, jul., 2007.

DUTTA-BERGMAN, Mohan. The unheard voices of Santalis: Communicating about health from the margins of India. **Communication Theory**, Munique, v. 1, n. 14, p. 237-263, ago., 2004a.

_____. Poverty, structural barriers and health: A Santali narrative of **health communication**. **Qualitative Health Research**, Salt Lake City, v. 14, n. 8, p. 1-16, dez., 2004b.

_____. Theory and practice in health communication campaigns: A critical interrogation. **Health Communication**, Philadelphia, v. 2, n. 18, p. 103-122, nov, 2009.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: The making and unmaking of the third world**. Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press, 1995.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Extensão ou Comunicação**, 7a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUHA, Ranajit. On some aspects of the historiography of colonial India. **Subaltern Studies I**, Oxford, v. 1, n. 1, p.1-6, jan., 1982.

LUPTON, Deborah. Toward the development of a critical health communication praxis. **Health Communication**, Philadelphia, v. 6, n. 1, p.55-67, jun.,1994.

MORIN, Edgar. **Rumo ao abismo? Ensaio sobre o destino da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SAÚDE E ALEGRIA. **Website da ONG**. Disponível em: www.saudeealegria.org.br. Acessado em 12/11/2013.

ULREY, Kelsy Lin; AMASON, Patricia. Intercultural communication between patients and health care providers: An exploration of intercultural communication effectiveness, cultural sensitivity, stress, and anxiety. **Health Communication**, Philadelphia, v. 13, n. 4, p.449-463, dez., 2001.

Sobre os organizadores

Alda Cristina Silva da Costa

Atual diretora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará. Professora do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia e da Faculdade de Comunicação da UFPA. Doutora em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela UFPA, com pós-doutoramento em Comunicação, Linguagem e Cultura, pela Universidade da Amazônia. Coordenadora dos Grupos de Pesquisa Mídia e Violência e Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense. E-mail:aldacristinacosta@gmail.com

Célia Regina Trindade das Chagas Amorim

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia e da Faculdade de Comunicação, na Universidade Federal do Pará. Doutora e mestre em Comunicação e Semiótica, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia. E-mail: celia.trindade.amorim@gmail.com

Marina Ramos Neves de Castro

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará, com estágio doutoral realizado no departamento de Antropologia do University College London, Universidade de Londres. Mestre em Artes pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da UFPA e mestre em Études des Sociétés Latino-Américaines pela Université de Paris 3 (Sorbonne Nouvelle). E-mail:mrndecastro@gmail.com

Informações sobre os autores

Alda Cristina Silva da Costa

Atual diretora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará. Professora do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia e da Faculdade de Comunicação da UFPA. Doutora em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela UFPA, com pós-doutoramento em Comunicação, Linguagem e Cultura, pela Universidade da Amazônia. Coordenadora dos Grupos de Pesquisa Mídia e Violência e Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense. E-mail: aldacristinacosta@gmail.com

Carolina Maria Mártyres Venturini

Mestre em Serviço Social. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Linguagens e Cultura, da Universidade da Amazônia. Professora da Faculdade de Comunicação Social, da Universidade Federal do Pará. Coordenadora do projeto de pesquisa “Imagens cotidianas da semiosfera Amazônica – para uma fotomorfose do olhar”. E-mail: carolinammventurini@gmail.com

Célia Regina Trindade das Chagas Amorim

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia e da Faculdade de Comunicação, na Universidade Federal do Pará. Doutora e mestre em Comunicação e Semiótica, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia. E-mail: celia.trindade.amorim@gmail.com

Gabriel da Mota Ferreira

Graduado em Comunicação Social, Jornalismo, pela Universidade Federal do Pará; ex-Bolsista de Iniciação Científica – Pibic – do Projeto de pesquisa “Mídias Alternativas na Amazônia. UFPA – CNPq. E-mail: gabrielmotaf@gmail.com

Lanna Paula Ramos da Silva

Graduanda de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará. Bolsista de Iniciação Científica – Pibic – do projeto de pesquisa Mídias Alternativa na Amazônia. E-mail: lannapaular@gmail.com

Lídia Karolina de Sousa Rodarte

Mestre em Comunicação pelo Programa de pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA e graduada em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, pela UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa “Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense - Narramazônia”. E-mail: lidiakarolina@gmail.com.

Luciana Vasconcelos

Graduada em Comunicação Social, Jornalismo, pela Universidade Federal do Pará; ex-Bolsista do Projeto de Extensão Documentários Biográficos na Amazônia (UFPA- Proex) E-mail: lucianavasconcelos95@gmail.com

Luiz LZ Cezar Silva dos Santos

Professor do Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia e da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, pela UFPA. E-mail: lzcezar@ufpa.br.

Mariana Pereira da Silva

Graduanda de Comunicação Social, Jornalismo, da Facom. Bolsista de Iniciação Científica – Pibic – do Projeto de pesquisa “Mídias Alternativas na Amazônia”. UFPA– CNPq. E-mail: mariana.silva78@live.com

Marina Ramos Neves de Castro

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará, com estágio doutoral realizado no departamento de Antropologia do University College London, Universidade de Londres. Mestre em Artes pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da UFPA e mestre em Études des Sociétés Latino-Américaines pela Université de Paris 3 (Sorbonne Nouvelle). E-mail: mrndecastro@gmail.com

Milene Costa de Sousa

Graduanda de Comunicação Social, pela Universidade Federal do Pará. Bolsista do projeto de extensão Academia Amazônia e colaboradora do Projeto Mídias Alternativas na Amazônia (CNPq-UFPA). E-mail: milenecostadesousa@gmail.com

Paulo Jorge Martins Nunes

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia. Doutor em Letras- Literaturas em Língua Portuguesa - pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2007), mestre em Letras: Teoria Literária pela Universidade Federal do Pará (1998) e graduado em Letras pela Unama. Membro do grupo de pesquisa “Narramazônia: narrativas contemporâneas na Amazônia paraense” e coordenador do projeto “Academia do Peixe Frito: intersecções entre jornalismo e literatura”. E-mail: pontedogalo3@gmail.com

Rogério Silva

Graduando de Comunicação Social, Publicidade e Propaganda, da Universidade Federal do Pará; ex-estagiário do Projeto de Extensão Academia Amazônia e ex-Bolsista do projeto Documentários Biográficos da Amazônia. (DOC BIO). UFPA-Proex. E-mail: rogsilva29@gmail.com.

Vânia Torres Costa

Jornalista. Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará. Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense e mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. E-mail: vaniatorrescosta@gmail.com

